



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO – POGE
EIXO: EDUCAÇÃO E TRABALHO

**TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS TRABALHADORES DE ESCOLAS
PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
PROCESSOS DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

REGINA CÉLIA DE BARROS

ORIENTADOR: PROF. Dr. ERLANDO DA SILVA RÊSES

Brasília, DF

2016

Regina Célia de Barros

**TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS TRABALHADORES DE ESCOLAS
PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
Processos de intensificação e precarização do trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de Pesquisa Políticas Públicas em Educação. Área de concentração: Educação e Trabalho.

Brasília, DF

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DR335t DE BARROS, REGINA CELIA
TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS TRABALHADORES DE
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL: PROCESSOS DE
INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO / REGINA
CELIA DE BARROS; orientador ERLANDO DA SILVA RESÊS.
-- Brasília, 2016.
101 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2016.

1. CAPITALISMO E TRABALHO. 2. TERCEIRIZAÇÃO. 3.
INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO. I. DA SILVA RESÊS,
ERLANDO , orient. II. Título.

**TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS TRABALHADORES DE ESCOLAS
PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
Processos de intensificação e precarização do trabalho**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses – Orientador
Faculdade de Educação – PPGE/UnB

Profº Drº Raphael Lana Seabra – Membro
Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Profª Drª Shirleide Pereira da Silva Cruz – Membro
Faculdade de Educação – PPGE/UnB

Profª Drª Silvia Cristina Yannoulas – Suplente
Departamento de Serviço Social – SER/UnB

DEDICATÓRIA

À MINHA MÃE

A ti, que, quando eu era bem pequenina, levou-me no colo e alimentou-me com seu olhar de felicidade, que me ensinou a balbuciar os primeiros sons e as primeiras palavras, que perdeu noites de sono quando enferma estive, guardiã de minha vida;

Que me fez descobrir a beleza do mundo;

Que me incentivou diante do temido vestibular e das provas de pós-graduação, que me orientou e me fortaleceu diante dos obstáculos da vida, com afeto e dedicação, para que eu percorresse meus caminhos sem medo;

Que me aconselhou nos momentos de fraqueza; que se doou por inteiro e renunciou a muito de seus sonhos, para que eu pudesse realizar os meus.

A ti, que me deu a vida em toda a plenitude, muito obrigada é pouco.

Na verdade, não existem palavras para exprimir todo o carinho, amor e dedicação.

Todas as minhas conquistas, também pertencem à senhora.

EU TE AMO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Erlando da Silva Rêses pela orientação, dedicação, paciência e principalmente, pela amizade durante todo o processo.

Aos meus professores da Universidade de Brasília que abriram caminhos para o conhecimento.

A Deus que ilumina minhas escolhas e caminho.

Aos grupos de estudos, em especial aos participantes do Grupo Consciência, da Universidade de Brasília.

Aos meus filhos Sarah e Pedro e ao meu marido Rainer que me compreenderam nos momentos em que estive ausente de casa para pesquisas, aulas e leituras.

À minha mãe Ildete e padrastrô Osvaldo, que me proporcionaram condições para uma vida honesta, dedicada à educação e ao futuro.

Aos meus irmãos Andréa, Marcelo e Luís Carlos que sempre me apoiaram, incentivando-me dia a dia.

Aos meus colegas de classe e amigos pessoais Adriana Vargas, Lukelly, Valéria, Luzeni, Márcia, Irani, Márcio, Adriana, Juliana, Suzana, Alessandra e outros, que sempre me deram uma grande força.

A coleta Paty que fez toda a revisão da dissertação.

E a todos os participantes da pesquisa como sujeitos.

RESUMO

A presente dissertação aborda a implantação da terceirização de serviços dos trabalhadores de escolas públicas do Distrito Federal, em especial os de conservação e limpeza. O referencial teórico parte da concentração do trabalho e educação, com as contradições entre processos de trabalho na terceirização, relatando a existência da divisão sexual do trabalho, a existência no processo de terceirização do trabalho de intensificação, as precarizações salarial e material, pesquisando sobre a terceirização do serviço público no Brasil, as medidas legislativas que regulamentam a terceirização e a terceirização nas escolas públicas do Distrito Federal, especificamente na carreira de apoio conservação e limpeza. A pesquisa possuiu ambiente natural como fonte direta de dados, um Centro de Ensino Médio, um Centro de Ensino Fundamental e uma Escola Classe, especificamente localizados na cidade de Taguatinga, Distrito Federal e como sujeitos diretores, supervisores administrativos, professores e servidores terceirizados da área de limpeza e conservação de escola pública. Os dados coletados foram, predominantemente, descritivos e são constituídos de transcrições de entrevistas para todos os sujeitos, além de aplicação de questionário socioeconômico para os servidores terceirizados. A análise possibilita a reflexão sobre os aspectos, categorias, valores e influências que ajudam na conscientização e compreensão da sociedade. Foram evidenciados dois tipos de processo de implementação, além dos impactos nos trabalhadores e quais os elementos de resistência e desistência encontrados. As opiniões de diretores, supervisor administrativos e professores sobre a terceirização de seus cargos também compõem o *corpus*, bem como os dados sobre as condições de trabalho precarizado e intensificado dos terceirizados e suas condições socioculturais. Notou-se precariedade resultante de redução de salários na pulverização sindical, nas relações de trabalho e na própria vida do trabalhador terceirizado. Por fim, foi analisada a visão de todos os pesquisados sobre os trabalhadores brasileiros. Como resultado é possível identificar como ocorreu o processo de implementação da terceirização nas escolas pesquisada. Que as condições de trabalho atual dos terceirizados se identifica a existência de precarização salarial e material além do resultado mostrar sua intensificação. Pode se destacar os elementos de resistência e desistência as funções dos professores, diretores, supervisores administrativos e terceirizados. E compreende a visão dos pesquisados em relação as condições dos trabalhadores brasileiros.

Palavras-Chave: Terceirização; Intensificação; Precarização.

ABSTRACT

The present master thesis approaches the implementation of outsourcing of public schools employees of Distrito Federal, specially the ones who take care of maintenance and cleanliness. The theoretical part of the concentration of the work and education, with the contradictions between working in outsourcing processes, reporting the existence of the sexual division of work, the existence of the outsourcing process of intensification, the wage and material precarizações, researching about the outsourcing of public service in Brazil, legislative measures regulating outsourcing and offshoring in the Federal District public schools specifically on supporting conservation and cleaning career. The survey has an natural environment as a direct resource of data: a High School Center, a Middle School and an Elementary School Center, specifically located in Taguatinga, Distrito Federal. As subjects, the principals, administrative supervisors, teachers and outsourced servers on cleaning and maintenance of public schools. The data collected was, mostly, descriptives and are constituted of transcriptions of interviews to all the individuals, besides the socioeconomic questionnaire to the outsourced servers. The analysis allows a reflection on the aspects, categories, values and influences that help on the awareness and comprehension of the society. Two kinds of process of implementation were identified, besides what were the impacts on the workers and which elements of resistance and waiver were found. The opinions of the principals, administrative supervisors and teachers about the outsourcing of their positions also compose the corpus, as well as the data about the precarious and intensified work conditions of the outsourced and their socio cultural conditions. It was noted resulting precariousness wage reduction in union spraying, in labor relations and in the very life of the outsourced workers. Finally, it was analyzed the view of all the surveyed on the brazilian workers. The focus of attention was to the different conflicting thoughts about the conception of reality and what mediations encountered by these individuals to confront and suggest new perspectives. On several occasions, we found assertives that deserve new research on the subject. As a result it is possible to identify as the implementation process of outsourcing in the schools surveyed. The current working conditions of outsourcing identifies the existence of wage and material insecurity beyond the result show their intensification. Can highlight the elements of resistance and giving up the duties of teachers, principals, supervisors and administrative outsourced. And understand the vision of the surveyed about the conditions of Brazilian workers.

Keywords: Outsourcing; Intensification; Casualisation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF – Centro de Ensino Fundamental

CEM – Centro de Ensino Médio

CIL – Centro Interescolar de Línguas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EC – Escola Classe

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

FE – Faculdade Educação

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Educação

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PROFUNCIONÁRIO - Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais da Educação Básica

PL – Projeto de Lei

PO – População Ocupada

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RAIS – Relação Anual de Informação Social

SAE/DF – Sindicato dos Auxiliares em Educação do Distrito Federal

SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal

SEPLAN/DF – Secretaria de Planejamento do Distrito Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UnB – Universidade de Brasília

USAID – United States Agency for International Development

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO I – Distribuição das populações, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011) -----	28
GRÁFICO II – Participação na população ocupada, por grupamento de atividade, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011). -----	28
GRÁFICO III – Distribuição da população ocupada, por posição na ocupação, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011). -----	29
GRÁFICO IV – Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) (2003 – 2011). -----	30
GRÁFICO V – Quantos entrevistados estavam na escola durante a terceirização. -----	53
GRÁFICO VI – Forma de Locomoção para o ambiente de trabalho pelos terceirizados-----	56
GRÁFICO VII – Intensificação do trabalho. -----	60
GRÁFICO VIII – Estado físico após rotina de trabalho-----	63
GRÁFICO IX – Idade do terceirizado-----	63
GRÁFICO X – Sexo dos terceirizados pesquisados-----	64
GRÁFICO XI - Escolaridade dos terceirizados pesquisados. -----	65
GRÁFICO XII – Possuem qualificação profissional -----	65
GRÁFICO XIII – Quem cobra o resultado dos terceirizados. -----	66
GRÁFICO XIV – Quais os principais problemas entre os terceirizados elencados pelos entrevistados. -----	67
GRÁFICO XV – Diferenças entre concursados e terceirizados. -----	68
67GRÁFICO XVI– Existe discriminação entre concursado e terceirizado-----	69
GRÁFICO XVII – Opinião sobre a terceirização-----	70
GRÁFICO XVIII – Opinião sobre a terceirização na própria função que exerce-----	73
Tabela XIX – Ações de resistência individual. -----	74
Tabela XX – Ações de resistência coletiva. -----	74
Tabela XXI – Você conhece a Lei 4330/04. -----	75
Tabela XXII – Sindicalização dos entrevistados-----	75
Tabela XXIII – Opinião sobre o sindicato -----	76
Tabela XXIV – Considera a classe unida. -----	76

QUADRO 1 – Listagem das escolas terceirizadas por empresa atendida. -----	43
QUADRO 2 - Quanto ao sujeito e o instrumento utilizado na pesquisa -----	50
QUADRO 3 – Classes temáticas, categorias e subcategorias obtidas por meio das entrevistas - -----	52
QUADRO 4 – Informação dos diretores acerca da implementação do processo de terceirização. -----	54
QUADRO 5 – Acrescentar algo que não perguntei sobre terceirizados. -----	58
QUADRO 6 – Divisão de grupos e atividade laborais por período de trabalho -----	61
ESQUEMA I – Organograma do sistema implementação-----	57
ESQUEMA II – Condições de trabalho dos terceirizados-----	71
ESQUEMA III – Movimentos de Resistência e Desistência-----	78
ÁRVORE I – Expressões identificando o principal problema para cada um dos entrevistados-- -----	80
ÁRVORE II – Consciência das pessoas frente aos desafios-----	82

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	IV
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	VIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	X
INTRODUÇÃO.....	8
CAPITULO I – CAPITALISMO E TRABALHO	15
CAPITULO II –TERCEIRIZAÇÃO.....	22
A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL	32
MEDIDAS LEGISLATIVAS PARA REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO	36
A TERCEIRIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	40
ESCOLAS TERCEIRIZADAS NA ÁREA DA PESQUISA	42
CAPITULO III - PROCESSOS DA TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO.....	45
CAPITULO IV – PESQUISA DE CAMPO.....	50
ESTABELECIMENTOS DA PESQUISA	50
PARTICIPANTES DA PESQUISA	50
EIXOS DE ANÁLISES ENCONTRADO.....	51
<i>PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO.....</i>	<i>52</i>
<i>CONDIÇÕES DE TRABALHO.....</i>	<i>58</i>
<i>PAR DIALÉTICO RESISTÊNCIA/DESISTÊNCIA À TERCEIRIZAÇÃO.....</i>	<i>72</i>
<i>CONDIÇÕES E CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS</i>	<i>79</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
APÊNDICE A	95
APÊNDICE B	97
APÊNDICE B	99
APÊNDICE C	101

INTRODUÇÃO

A seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela mudança contínua dos seus padrões e com a ficção jurídica do contrato (MARX, 1989, p. 667).

O trabalho como secretária escolar há mais de 24 anos na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) e a atuação em diferentes escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais –, Educação Especial, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Centro Interescolar de Línguas (CIL) constituem, na prática profissional, a estudante formada em Pedagogia, Orientação e Administração Escolar, que sempre busca na sua formação não se acomodar diante da educação e do esquecimento das demandas sociais.

Dentro desse contexto, com objetivo de ampliar os conhecimentos e, por meio do Programa de Pós-Graduação, me permito responder algumas inquietações em torno da terceirização de serviços das escolas públicas no Distrito Federal.

A pesquisa tem dois momentos distintos: o primeiro quando define a discussão sobre terceirização no ambiente escolar e um posterior quando emerge a perspectiva de discuti-la a partir do cenário capitalista que se apropria da configuração da terceirização.

Justifico o tema, pensando no trabalho dentro de várias perspectivas, em especial, da terceirização de escolas públicas no Distrito Federal. Isso implicou conhecer as demandas que a sociedade capitalista, na terceirização, estabeleceu como resposta ao crescimento desenfreado na busca do lucro e da competitividade. Dentro dessa realidade, a sociedade seria regida pelo modo de produção capitalista, caracterizado pela divisão social e pelas contradições que direcionam suas relações entre os homens e, ao mesmo tempo, os alienam.

No contexto das relações do trabalho, existiram várias questões a entender, mas, no que diz respeito à terceirização dos trabalhadores das escolas públicas do Distrito Federal, os problemas se evidenciaram na sua instalação e na crise proporcionada aos trabalhadores. Discursos falseados foram desvelados na busca de analisar se ocorreu discrepância entre os gastos previstos e os gastos efetivos dos contratos.

Essa crise foi sentida pelos trabalhadores, pois, em seus quadros, antes da terceirização, todos eram concursados. Dessa forma, estimulou-se a desunião com o acúmulo de trabalho que ocorria pela falta de concurso público para os cargos de conservação e limpeza e de vigilância, na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Ademais, o corpo dos trabalhadores de apoio, de conservação e de limpeza se encontrava envelhecido e com muitas aposentadorias. Com o acúmulo de serviço e a falta de trabalhadores, criava-se uma ruptura entre as pessoas e começava a se instalar um processo de intensificação dos trabalhos e da sua precariedade.

Sabe-se que toda política pública está baseada em uma concepção de Estado, de homem, de sociedade, de mundo. A terceirização é também uma política pública. Sendo assim, as contradições encontradas nessa configuração podem ser determinantes nas ações desenvolvidas pelas escolas. Isso porque seu caráter excludente ou inclusivo, centralizador ou participativo, pode ser decisivo nas atividades executadas dentro da escola, na medida em que contribui ou não para a formação desses sujeitos.

Historicamente, viu-se que foi a rebeldia dos trabalhadores que levou o Estado a diminuir o tempo de trabalho. A mais valia do prolongamento do tempo de trabalho já não era mais possível com essa rebeldia. Então, o Estado entrou com o seu poder conciliador e coercitivo, mas, em contrapartida, os capitalistas focaram nas máquinas a mais valia relativa, com aceleração e desenvolvimento de máquinas.

Sobre a mais valia, Marx (2012, p. 202-206), ao analisar o sistema capitalista, afirma que ela representa a “própria exploração do trabalhador por parte do dono dos meios de produção”, na disputa desigual entre capital e proletário. A mais valia absoluta acontece quando os “donos dos meios de produção ampliam a produtividade física do trabalho pela via da mecanização”.

Na obra “Reflexões sobre o conceito de homem, liberdade e estado em Marx e as políticas educacionais”, Mendes (2006) coloca que as pessoas não têm a dimensão do quanto são exploradas e dominadas e do quanto suas péssimas condições de vida são necessárias à manutenção do capitalismo.

O Estado tenta anular, a seu modo, as diferenças de nascimento, de *status social*, de cultura e de ocupação, ao declarar e proclamar que todos são iguais. Como Marx, em “Questão Judaica” (2007), concordamos que a emancipação humana implica emancipação política e, com ela, adquirimos o direito de cidadania dentro do estado e podemos reclamar nossos direitos à liberdade de consciência, de praticar qualquer culto e de proclamar o direito humano da categoria liberdade.

A emancipação política e, simultaneamente, a dissolução da velha sociedade em que repousa o estado alienador e a dissolução do poder senhorial (MARX. 2007, p. 39).

Como concepção, busquei quebrar a postura que separa fatos e valores, ideologia e ciência, sujeito e objeto e reduzir o objeto de estudo a unidades, individualidades, fatores ou variáveis isoladas, autônomas e mensuráveis. Na mudança dessa concepção de mundo, possibilita ver todos os fenômenos, formas, categorias como eternamente isolados uns dos outros, como eternamente imutável.

E com a postura dialética no plano de realidade, de historicidade sob a forma de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação de fatos, concordando com Marx e Engels, esta pesquisa entende que

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Podem-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. “Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida: passo esse que é condicionado por sua organização corporal” (MARX; ENGELS, 1986, p.79).

A dialética implicou que a observação do objeto foi, em sua totalidade, na sua contradição, na sua mediação e demais categorias, considerando-as uma síntese de múltiplas determinações alicerçadas nas relações sociais materiais e históricas do trabalho, ou seja, nas dimensões micro e macrossociais do modo de produção e no modo como se trabalha e se intensifica o trabalho.

Para analisar o problema, foi necessário romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante. Essa é a condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação. De acordo com Frigotto (1987), aqui reside, a seu ver, uma armadilha, entre outras, na qual se tem caído comumente no processo de investigação nas ciências sociais, de modo geral, e na área de educação em especial. Trata-se de não dar a devida importância ao inventário crítico das diferentes e conflitantes concepções de realidade gestadas no mundo cultural mais amplo, nas concepções religiosas, nos diferentes sentidos comuns, especialmente o da concepção positivista da ciência.

Esta pesquisa, portanto, consistiu em descobrir o real e permitir o aparecimento de novas realidades que possam nos tornar conscientes. Não obstante na elaboração de uma crítica a essa concepção de mundo que temos, Gramsci (1978) coloca:

Pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar. Somos conformistas de algum conformismo, somos

sempre homem-massa ou homens coletivos. O problema é o seguinte: qual o tipo histórico do conformismo e do homem massa do que fazemos parte? [...] O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhecer-te a ti mesmo” como que produto histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos em seu benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário” (GRAMSCI. 1978, p.78).

As reflexões que fiz sobre a terceirização indicaram que determinadas práticas do bom gerenciamento da administração pública são repetidas em discursos cotidianamente e dirigidas de maneira que os funcionários não veem o ideário capitalista que ali perpassa. Esse é posto para muitos como se sempre tivesse existido e vivesse para a posteridade.

A partir dessas reflexões, foi preciso historiar o que aconteceu com a escola pública no Distrito Federal no momento em que não havia a terceirização em seus quadros funcionais, descobrir e desvelar o que, como e por que isso aconteceu. Além disso, perceber quais foram as influências presentes no ambiente da escola que deram significado às ideias e aos conceitos capitalistas que vão permear as ações do Estado com a terceirização de seus serviços.

Para justificar ou fundamentar esta pesquisa sobre a terceirização dos trabalhadores dentro do ambiente escolar, houve a necessidade de conhecer temas como a intensificação, a precarização do trabalho para dialogar numa perspectiva emancipadora para que as aparentes diferenças dos trabalhadores não ocultem as suas semelhanças.

Teve como objetivo geral compreender o processo de terceirização do trabalho dentro da carreira de apoio administrativo de escolas públicas do Distrito Federal, em especial de limpeza e conservação, além de seu impacto sobre os trabalhadores, a resistência e a desistência da categoria. E como objetivos específicos: identificar como ocorreu o processo de implementação da terceirização na carreira de apoio, conservação e limpeza; analisar, nas condições de trabalho dos terceirizados, se há precarização e intensificação; identificar os elementos de resistência e desistência à terceirização na função de diretor, supervisor administrativo, professores e terceirizados de Escolas Públicas do Distrito Federal; compreender a visão de diretores, supervisores administrativos, professores e terceirizados em relação às condições gerais do trabalhador brasileiro.

A metodologia escolhida fundamentou-se na perspectiva da pesquisa qualitativa e quantitativa, para desvelar e criar novos códigos que podem contribuir para diminuição da dominação e a discriminação que passa despercebida na relação capital e trabalho. Sob essa perspectiva, o método não foi apenas um recorte para investigação determinada, nem um conjunto de regras no qual o sujeito de pesquisa escolhe, conforme sua vontade, “enquadrar”

o seu objeto de investigação. Ao contrário, com esse método, extrai-se da terceirização as suas múltiplas determinações, já que quanto mais se avança na pesquisa, mais se descobre teoricamente, e, assim, conhece-se o objeto em suas determinações concretas. As “abstrações mais tênues” e as “determinações as mais simples” poderão ser carregadas nas relações e nas dimensões do objeto, do qual, por sua vez, poderão se adquirir novos pensamentos. De acordo com Rêses (2014), a concepção teoria-método em Marx parte

De três categorias: totalidade, contradições e mediação. Totalidade é diferente do “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Trata-se de totalidade concreta inclusiva e macroscópica de máxima complexidade, constituída de totalidade de menor complexidade (síntese de múltiplas determinações). A realidade é concreta exatamente por isso, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade (RÊSES, 2014, p. 155).

Na terceirização, há relações entre o real das leis que as regulamentam e o imaginário do Estado, da administração e dos governos que não desvelam o que foi apropriado pelo capitalismo e que proporcionou ao governo ou ao Estado escândalos e problemas ao trabalhador.

Com o intuito de facilitar as indagações, essa dissertação será organizada em capítulos. O primeiro capítulo buscou-se compreender, as categorias capitalismo e trabalho. Nas características do sistema capitalista e suas influências no pensamento e nas ações para se apropriar do trabalho, parte se do contexto histórico, enfatizando algumas características do sistema capitalista no mundo do trabalho e das expropriações ocorridas nessa trajetória.

A segundo capítulo trata do impacto da terceirização. Ele está dividido em cinco itens. No primeiro descrevo quais os instrumentos de descentralização podem ser utilizados para sua implementação. No segundo, destaco como ocorreu a terceirização dos Serviços Públicos no Brasil. No terceiro item, quais medidas legislativas foram utilizadas para regulamentação da terceirização. No quarto, destaco a ocorrência da terceirização nas escolas públicas e no último e quinto item identifico quais escolas possuem terceirização nos quadros de conservação e limpeza na área pesquisada.

O terceiro capítulo procurou identificar as características, elementos e teorias que fazem parte do processo de terceirização no trabalho, com foco principal da intensificação e precarização do trabalho.

No quarto capítulo é responsável pela pesquisa, nele pretendeu-se analisar dentre a área limitar quais estabelecimentos e participantes seriam pesquisados. Sendo escolas que possuíssem o quadro de conservação e limpeza terceirizado e seus eixos de análises foram divididos:

No primeiro eixo, implementação é responsável em detalhar como ocorreu a terceirização, especificando o processo, analisando a situação dos concursados e dos terceirizados que chegaram na escola, além de detectar especificações desse processo de implementação de terceirização em escolas públicas.

No segundo eixo, responsável pela condição de trabalho dos terceirizados, relata quais ocorrências de intensificação da carga horária, do salário e do cumprimento das tarefas e mostra a ocorrência da precarização salarial e material descrita pelos entrevistados.

O quarto eixo, sobre resistência e desistência dos trabalhadores, procurou-se identificar quais instrumentos, relações e condutas são utilizadas em momentos de resistência e desistência. As perguntas consideram todos os entrevistados e a análises de cada categoria: Direção, Assistentes Administrativos, Professores e Terceirizados.

O quinto eixo procurou desvelar as condições gerais dos trabalhadores e a consciência destes frente aos novos desafios.

Por último, a conclusão da pesquisa dessa dissertação, mostra na primeira classe temática: Implementação, a existência de dois modelos de implementação da terceirização da carreira de conservação e limpeza, sendo encontrado as categorias: Processo; Concurado e Contrato. Dentro da categoria processo os modelos discutidos e não discutidos com a categoria. Na categoria concursado, a existência de duas maneiras de locação ou distribuição dos concursados. Quanto a categoria contrato, desvela a existência de dois contratos com Secretarias diferentes para terceirizados exercerem a função dentro de escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Na classe temática Intensificação, se encontrou as diferenças existentes na carga horária, no salário, em cursos profissionalizantes oferecidos e na participação na eleição de diretores, entre terceirizados e concursados. A precarização salarial e material foram categorias destacadas pelos sujeitos da pesquisa. A classe temática de resistência e desistência de cada categoria pesquisada destacou na desistência fatos favoráveis

a terceirização atual, desconhecimento de novas leis de terceirização, não participação de greves e paralisações e não sindicalização. Já na resistência o destaque se dá pelo conhecimento da lei, pela sindicalização, pela participação em movimentos trabalhistas e na condição de contra a terceirização. Na classe temática condições dos trabalhadores brasileiro, a perda de direitos trabalhistas e fonte principal de preocupação. Já na classe consciência frente aos desafios há o realce da necessidade de maior participação. Foi possível triangular o referencial teórico, com a historicidade e a interpretação dinâmica da realidade, assim pode se assegurar o pretendido olhar dialético sobre o objeto de estudo: a terceirização.

CAPITULO I – CAPITALISMO E TRABALHO

Nas mesmas condições que se produz a riqueza, produz-se também a miséria (MARX, 1867/2012).

O capitalismo não só substituiu o sistema feudal, mas também foi muito mais complexo e penoso para os trabalhadores na fase pré-capitalista, em que pequenos camponeses foram expulsos das suas terras. Nesse período, suas propriedades eram transformadas em latifúndio e as pequenas terras aráveis e comunais, em pastagens voltadas para o comércio. De acordo com Marx e Engels (1986, p.38), tal fato levou milhões de trabalhadores à proletarização, “sendo obrigados, desse modo, a vender a sua força de trabalho por preço insuficiente para garantir os meios de subsistência”. Marx ressalta que:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalho dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2002, p. 828).

Os camponeses, com dificuldades de adaptação ao novo sistema social, “foram colocados à margem e punidos pelos crimes de mendicância, vadiagem e roubo” (ENGELS, 1845, p.38). Surge uma multidão de miseráveis, sem trabalho, transitando pelas cidades em busca de comida: o proletariado.

Cabe dizer que mesmo a terra sendo o bem material de maior expressão econômica, dela não se extraía lucro, nem seus frutos “geravam riqueza acumulada”. Muitos servos pagavam ao seu senhor pela utilização da terra com o seu trabalho naquele espaço territorial, tendo apenas alguns dias da semana para trabalhar em seu próprio favor. Anteriormente, os camponeses se alimentavam e faziam uso dos bens que eles próprios produziam ao lado da sua família, incluindo os móveis, as roupas e essas atividades que eram totalmente desprovidas de interesse comercial. E mesmo que, logo depois, de acordo com Marx (2012, p.827), a “terra seja tratada na condição de mercadoria valiosa, já se alterava a forma de pagamento que fora substituído radicalmente pelo uso do dinheiro”.

Segundo Marx e Engels, os capitalistas industriais, na acumulação primitiva,

[...] tiveram por seu turno de desalojar não só os mestres artesãos corporativos, mas também os senhores feudais que se encontravam de posse

das fontes de riqueza. Desde ângulo o seu ascenso apresenta-se como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e os seus privilégios revoltantes, bem como contra as corporações e os grilhões que estas colocaram ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem (MARX; ENGELS, 1986, p. 825).

A terra, a força de trabalho, a arte, a ciência, além de variados produtos e criações humanas, submeteram-se aos caminhos da transação comercial. As estruturas do regime feudal foram corroídas, sistematicamente, por um revolucionário movimento introjetado nas relações de produção responsável. Em síntese, Marx (2012, p. 829) diz que isso ocorre “pela mercantilização da totalidade das coisas e valores existentes no mundo”

O capitalismo inaugurou a era comercial, transformou comerciantes e especuladores privados em banqueiros financiadores de mercadores e propiciou o surgimento do sistema financeiro e a legitimação da usura dos bancos fomentadores de novas atividades capitalistas no momento de sua radical industrialização.

Assim, a base da produção capitalista nasceu durante o feudalismo, pois, segundo Marx (2012), nenhum sistema econômico é destruído sem que estejam presentes as condições materiais objetivas para tanto, ou seja, já existiam alterações mais profundas em seu âmago, sejam elas vagarosas ou aceleradas. Marx também diz que “A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela”. (MARX, 2012, p. 828)

Ainda de acordo com a história, Marx traz que (2012. p.829) “A acumulação primitiva de capital e a suposta docilidade do proletariado não se fizeram sem resistência, opressão e repressão à classe operária”. O Estado criou mecanismos entre os quais o funcionamento do mercado em “peias”, o incremento tecnológico na atividade produtiva e a larga exploração da mão de obra, para permitir a transformação de camponeses em proletários.

Durante a fase pré-capitalista, antecedente à Revolução Industrial, as leis de natureza trabalhista, ao contrário da sua vocação moderna, tiveram como escopo a proteção do capital contra os movimentos dos trabalhadores e de suas organizações. A liberdade de contratação não autorizava nenhum debate em torno das condições de trabalho. E Marx e Engels (1848), publicam um dos primeiros Manifestos históricos que discute os direitos dos trabalhadores, que fala da proteção e união dos trabalhadores.

Huberman (1986) oferece um exemplo desse fato:

A Lei de trabalhadores (Statue of labourers), na Inglaterra, em 1349, estabelecia que: nenhum homem pagará ou prometerá pagar maiores salários que os habituais [...] Nem de qualquer forma receberá ou pedirá o mesmo,

sob pena de pagar em dobro do que pede. Quem a descumprisse era punido com pena de prisão: o patrão com 10 dias e o empregado com 20 dias. Esse estatuto, que serviu de modelo para outros países, fixava o salário máximo a ser pago, silenciava sobre o seu mínimo, vedava a associação de trabalhadores, conferia a juizes de paz – todos pertencentes às classes dominantes – o poder para dirimir conflitos entre o capital e o trabalho (HUBERMAN, 1986, p. 60).

O Estado-nação, intensificando, na mesma velocidade da riqueza dos proprietários, as leis trabalhistas de amparo ao capital, com seu caráter repressivo aos trabalhadores e com o discurso de um estado mínimo, protege a burguesia dos mais diversos ataques. O que se faz é transferir para o “Estado deveres que estavam vinculados à propriedade do solo” (MARX, 2002, p. 837).

Essas leis, na definição de Marx (1979, p. 64), são “de um terrorismo grotesco, pelo açoite, que marca com ferro em brasa, a tortura e a escravidão”. Em 1930, as alterações realizadas no Estatuto dos Trabalhadores da Inglaterra endureceram as penas aplicáveis aos empregados, a ponto de autorizar o capitalista a conseguir trabalho pelo valor da tabela legal mediante violência corporal.

O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo (MARX, 2002, p.838).

Desmontar o mito da liberdade de contratação, que Marx (2002) qualificava como farsa, dada tamanha quantidade de normas legais protetoras do capital que conferiam liberdade de máxima exploração dos trabalhadores aos patrões, faz cair por terra a máxima do liberalismo clássico de que o esforço, o talento e a liberdade individuais, sem nenhum tipo de intervenção estatal, conduzem à almejada prosperidade geradora da riqueza pessoal. Contudo o sistema capitalista exigia a subordinação da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumento de trabalho em capital (MARX, 2002).

Segundo a concepção marxista, a “acumulação primitiva” alcançada durante a fase comercial do sistema capitalista, no curso da história do regime mercantil, demandou a utilização de força bruta do Estado, a serviço da burguesia contra camponeses e proletários. O Estado agiu, nesse período, como regulador de salários, rebaixando-os para autorizar exaustivas jornadas de trabalho e para legitimar o imenso número de acidentes, suicídios e outros tipos de mortes de crianças e mulheres diante do horror do trabalho degradante a que eram submetidos. Isso contribuiu para tornar o trabalhador integralmente submisso ao

despotismo do capital. Esse Estado armado é movido pela ojeriza ao trabalhador e possibilita ao capital a propriedade de toda a riqueza material construída pelos povos expropriados ou explorados.

Então assim fica determinado duas condições bem distintas para a existência do capital, que são vinculadas aos recursos que se aplicam na compra dos meios de produção e a força do trabalho, além da segunda condição que seria a existência de trabalhadores livres, que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Assim define-se duas classes sociais básicas: as dos capitalistas e a dos assalariados.

Com a industrialização de fábricas verticais, controladas com mão de ferro pelo burguês, o capital teve de dar sequência ao processo de acúmulo de riquezas materiais. Movida pelo ímpeto desbravador, a classe emergente necessitava completar a tarefa da “acumulação primitiva de capital”, fazendo-a sempre sob as marcas das velhas armas utilizadas contra os camponeses, transformados em proletários e miseráveis (MARX, 2002).

O processo de dissociação entre os trabalhadores e suas condições de trabalho, os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num polo, e, no polo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em pobres que trabalham, essa obra-prima de indústria moderna (MARX, 2002, p. 873).

As grandes navegações europeias, no século XV, tiveram como pressuposto a abertura de comércio com outros continentes, tendo se transformado, no entanto, em encontro com seres humanos desconhecidos do modo de vida europeu, dotados de menor “grau de resistência” aos desígnios autoritários da exploração capitalista, e que serviram à pilhagem das riquezas naturais encontradas em terras submetidas ao “regime extremado de exploração” (Marx, 2012). Negros africanos e indígenas humilhados pelos violentos e sangrentos sistemas escravagistas na América, foram reduzidos à escravidão.

São violentos os atos que explicam a “segunda etapa da acumulação primitiva”. Marx (2002) fala que, implantada no regime colonial, é nessa etapa em que se usurpa tesouros e outras riquezas naturais. Frise-se: “esse regime tinha a missão de desenvolvimento do comércio pela via da navegação”, mas era extremamente selvagem, sequestrava, raptava, torturava, chicoteava e matava, incluindo crianças, com finalidade de conseguir riquezas rápidas sem nenhum pagamento aos trabalhadores, além de extorquir as riquezas encontradas (MARX, 2002). Assim se “Descobriu que o capital não é uma coisa, mais uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas” (MARX, 2002, p. 882) e “o capital é uma relação social de produção” (MARX, 2002, p. 882).

Marx (1979) assinala sobre o grau de violência utilizada pela burguesia para converter índios e negros ao trabalho forçado e sobre a natureza fundamental do capitalismo:

Alguns desses métodos apoiam-se no emprego de força bruta, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem capitalista e abreviar as fases de transição. A força é a parteira de toda velha sociedade nas dores do parto. A força é um agente econômico [...] (p. 94-95). Se, segundo Augier, é “com manchas de sangue sobre uma de suas faces que o dinheiro veio ao mundo”, o capital chegou suando sangue e lama por todos os poros [...] (p.112-113). O modo de produção é de acumulação capitalista, e, portanto, a propriedade privada capitalista pressupõe o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho pessoal; sua base é a expropriação do trabalhador (MARX, 1979, p. 140).

O desenvolvimento da indústria manufatureira capitalista, entre os séculos XVII e XVIII, é marcado pelo trabalho infantil, com raptos de crianças pelo mestre. Esses tinham casas próximas de fábricas e, nesse período, submetiam as crianças a trabalhos exaustivos, com crueldades e suicídios, além de trabalho noturno infantil. Woods (2007, p.67) diz que o “capitalismo naturalizou as suas práticas, produzindo bens e serviços com a finalidade de realizar trocas mediante lucros, sem levar em conta as necessidades básicas da vida em sociedade”.

Ao mediar a vida material e a reprodução social, o mercado capitalista teve como principal fonte de riqueza a “superexploração do proletariado, a produção e a auto expansão do capital, com intensa competitividade, acumulação e lucros advindos da mais-valia, do aumento da produtividade do trabalho e do fetichismo da mercadoria” (MARX, 2012, p. 830).

Segundo Marx e Engels (1986),

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variados laços feudais que subordinavam o homem a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre outros homens os outros laços senão o interesse nu e cru, senão o frio “dinheiro vivo”. Submergiu nas águas glaciais do cálculo egoísta os frêmitos sagrados da piedade exaltada, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em nome das inúmeras liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade única e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração disfarçada sob ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, cínica, direta e brutal [...] A burguesia rasgou o véu de emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduziu-as a mera relação monetária (MARX; ENGELS, 1986, p.27-28).

A história da Revolução Industrial institucionalizou-se na escravidão de trabalhadores de colônias, no trabalho infantil e feminino degradante, nas jornadas de trabalho exaustivas e nos salários miseráveis, nas péssimas condições de trabalho, nos suicídios e outras mortes no trabalho e nas normas proibitivas de organização sindical, que foi enquadrada como crime grave pelos poderes. Em síntese, para Marx (2002), o capitalismo utilizou condições degradantes de trabalho oferecido ao proletariado e intensificou-as por intermédio do uso da máquina, da divisão social do trabalho e da alienação do trabalhador durante o processo do qual este participava, enfim, da ação repressora do Estado contra a classe trabalhadora.

Com o princípio da livre iniciativa, baseado no pressuposto de que a não regulação das atividades individuais no campo socioeconômico produziria os melhores resultados na busca do progresso, foi se desenvolvendo a teoria liberal do capitalismo. No entanto, o liberalismo econômico mostrou suas primeiras imperfeições quando as poderosas organizações econômicas que se instalaram passaram a enfrentar dificuldades para comercializar seus produtos, já que os mercados consumidores não cresciam na mesma proporção que a capacidade produtiva da indústria. A concorrência, por sua vez, leva até hoje ao aniquilamento das pequenas empresas e à concentração industrial em trustes e cartéis, que evoluíram para o monopólio.

A partir da primeira guerra mundial, o quadro do capitalismo mundial sofreu importantes alterações: o mercado internacional restringiu-se, a concorrência americana, que derrotou a posição das organizações econômicas europeias e impôs sua hegemonia inclusive no setor bancário, o padrão-ouro foi abandonado em favor de moedas correntes nacionais, notadamente o dólar americano, e o movimento anticolonialista recrudesciu.

Os Estados Unidos, depois de liderarem a economia capitalista mundial até 1929, foi sacudido por violenta depressão econômica que abalou toda sua estrutura e também a fé na infalibilidade do sistema. A política de liberalismo foi então substituída pela New Deal; a intervenção do estado foi implantada em muitos setores da atividade econômica, o ideal do equilíbrio orçamentário deu lugar ao princípio de déficit planejado e adotaram-se a previdência e a assistência social, para atenuar os efeitos da crise.

O crescimento do Estado, fenômeno mundial que caracterizou o século passado e o início deste, estendeu com bastante amplitude a dimensão do conceito de serviço público, gerando um intervencionismo que procurava suprir a ausência de participação da iniciativa privada e, por outro lado, implementá-la e, sempre que possível, desenvolver o papel sócio assistencial.

Sem laivo de dúvida, a atuação do Estado provocou reações nos detentores de capital que passaram a enfrentar a concorrência do Estado com a iniciativa do setor privado. Nesse sentido, são apontados como fatores gerais da crise do Estado Intervencionista¹: a) a desestabilidade econômica e financeira desencadeada pelos choques petrolíferos de 1979 e 1980, agravando o processo produtivo; b) a necessidade de compatibilizar a prestação de serviços e o funcionamento das empresas nacionais com as inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo; c) o aumento da competitividade mundial, evidenciando o atraso tecnológico e econômico dos países fechados em si mesmos; d) a diversidade da demanda mundial, dando lugar a trocas de estilo de produtos com frequência e; celeridade, é mais uma consequência de um fator propriamente dito; e) o aumento do desemprego e o dualismo do mercado do trabalho, representado por um crescimento do setor informal, no qual se detectou clara tendência de desregulamentação dos direitos sociais.

Com o novo estágio do sistema capitalista orientados pelos chamados “novos liberais”, que nada são que os “velhos liberais”, se difundem nas ideias, culturas, concepções de mundo, tecnologia, ideologia de globalização de mercado dos países ricos aos países pobres impondo políticas de ajustes estruturais aos países em desenvolvimento como resposta à concessão de novos empréstimos e pagamentos de juros da dívida externa.

Com a legitimação dessas políticas, temos a privatização, que representa a liberação e diminuição do compromisso da “máquina administrativa” do Estado e da limitação do “poder”, “dever” deste para com a Sociedade.

Essas transformações sociais, política e econômica provocam insegurança e atingem principalmente milhões de pessoas incluídas ou excluídas no processo de globalização, gerando uma alta concentração de riqueza e conseqüentemente agravando as desigualdades sociais.

Nesse contexto, como ficam os Direitos que sofrem alterações como decorrência da própria mudança na forma de conceber-se o Estado. Ideologia que influenciam as relações de capital de trabalho, que buscam instrumentos de descentralização, de parcerias e de terceirização da Administração Pública refletindo na questão social e aumentando, muitas vezes, as desigualdades sociais.

¹ Revista Jurídica do Trabalho; Fatores gerais da crise do Estado Intervencionista; Salvador, ano II, nº 6, jul/set, de 1989, p.57-60

Nesse contexto, como ficam as questões sociais ocasionadas na terceirização? Para os adeptos dessa postura, estas mudanças se constituem, ao lado de outros instrumentos em voga como o trabalho e a terceirização, uma possibilidade de estabelecer uma diminuição do desvio social existente neste País. Mas seria isso mesmo? Será que os conceitos de instrumentos de descentralização da administração pública e da terceirização de seus trabalhos desvelam o caráter social do trabalho?

CAPITULO II – TERCEIRIZAÇÃO

Considerando os aspectos jurídicos, as atividades do poder público podem ser diretamente ou indiretamente oferecidas para a comunidade de acordo com o interesse da sociedade. Nesse aspecto a administração pode ser direta ou indireta. Na direta centralizada suas atividades são prestadas pelo próprio órgão e esse tem total responsabilidade de prestar o serviço. Já na indireta, descentralizada suas atividades são através de empresas privadas, públicas, economia mistas ou fundações.

Com a introdução jurídica as atividades estatais podem ser indelegáveis, portanto, não podem ser terceirizadas, chamadas de funções fins, e de responsabilidade direta da Administração. As delegáveis seriam as funções meios, que podem ser terceirizadas, considerando qual o instrumento utilizado para melhor forma de atender o anseio da população. Nessa colocação formal e jurídica indireta da administração se criam as autorizações, permissões, concessões, terceirizações modelos de contratação de serviço de forma privatizada.

Cabe ressaltar que para compreender estas formas de privatizações é importante definir o que seja privatização, concessão, permissão e autorização. Assim, segundo Di Pietro e Zanella (1997):

- a) Para definir “Privatização” os referidos autores utilizam-se de dois conceitos:

Em prólogo à obra de Juan Carlos Cassagne, observa Jorge A. Aja Espil (1992, p. 14), “a chamada privatização era, até pouco tempo, uma daquelas palavras exóticas que os dicionários se omitiam de incluir. Apenas recentemente, em começos de década de 80, as novas edições dos léxicos norte-americanos começam a dar conta de sua definição: “popular e embaraçoso jargão destinado a desembaraçar o Estado de funções próprias do setor privado”. Está claro que o conceito de privatização importava em redefinir o âmbito próprio do Estado, mudar as antigas e novas fronteiras, mediante uma revitalização das liberdades”; 2) Francisco José Villar Rojas

(1993, p. 100-101) acaba por definir a privatização como “a redução da atividade pública na produção e distribuição de bens e serviços, mediante a passagem (por vezes, a devolução) dessa função para a iniciativa privada. (p.93)

b) Definindo “Concessão” os autores indicam que:

Concessão de obra pública é o contrato administrativo pelo qual o poder público transfere a outrem a execução de uma obra pública, para que a execute por sua conta e risco, mediante remuneração paga pelos beneficiários da obra ou obtidas em decorrência da exploração dos serviços ou utilidades que a obra proporciona. (p.94)

c) O conceito “Permissão” é por eles identificado como:

Ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviços públicos ou a utilização privativa de bens público por terceiros. (p.97)

d) E, finalmente, como “Autorização”, os citados autores sinalizam que:

É o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual o Poder Público delega ao particular a exploração de serviços públicos, a título precário. (p.99)

As definições acima são aqui tratadas, por serem formas legais de estabelecer a prestação de serviços públicos, sendo que através de licitação ou pregão o Estado permite o regime de concessão ou permissão para a terceirização dos serviços públicos.

A partir da sistematização do conceito, cabe a pergunta: mas o que é terceirização?

“A terceirização consiste na possibilidade de contratar terceiros para a realização de atividades que não constituem o objeto principal da empresa. Essa contratação pode envolver tanto a produção de bens como serviços, como ocorre na necessidade de contratação de serviços de limpeza, de vigilância ou até de serviços temporários. (PINTO, 2003, p.23)

Sendo assim, a terceirização atualmente é um ato administrativo, feito através de pregão, para produção de bens ou de serviços, da área meio do Estado que pode contratar com vínculo de responsabilidade trabalhista solidária entre a empresa contratada e a contratante. Ou em caso do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, que prevê a “*contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*”. Nesses casos, o trabalhador normalmente se enquadra nas referidas modalidades com risco, porque mascara a relação de emprego que seria própria a Administração Pública; não protege o interesse público, mas, ao contrário, favorece o apadrinhamento político; burla a exigência

constitucional de concurso público; cobra taxa de administração incompatíveis com os custos operacionais.

A terceirização não é um fenômeno atual. Ela teve início com empresas que, na verdade, desejavam se livrar do pesado fardo da folha de pagamento e da administração de pessoal, considerando não especializado num primeiro plano, e, num segundo, de serviços temporários, sejam especializados ou não, para isso promovendo verdadeira ações de desmembramentos de seus quadros.

Tem-se ideia de terceirização no período da Segunda Guerra Mundial, quando as empresas produtoras de armas estavam sobrecarregadas com a demanda. Verificaram que poderiam delegar serviços a terceiros, que seriam contratados para dar suporte ao aumento da produção de armas.

Aqui no Brasil a terceirização desembarcou nos anos 50 junto com as montadoras de automóveis; no entanto, sua grande arrancada só pôde ser sentida mais recentemente. Para Pinto (2003), a terceirização:

Surge a partir do momento em que há desemprego na sociedade. É o que ocorre no nosso país, quando passamos por crises econômicas, em que o empresário procura diminuir seus custos, principalmente com mão-de-obra. (p.15)

Essa terceirização trazida nos anos cinquenta para o Brasil, veio do interesse da indústria automobilística, que contratava a prestação de serviços de terceiros para a produção de componentes de automóveis, reunindo peças fabricadas por mão de obra mais barata e procediam à montagem final do veículo.

Atualmente, é inegável que os modelos de terceirização adotados para a troca de funcionários concursados por terceirizados têm passado por amplo debate e que a intensificação dessas medidas entre os Estados brasileiros vem proporcionando uma preocupação entre os trabalhadores e sindicatos que buscam melhoria nas condições de trabalho, na contradição de uma relação conflitante, às vezes, perversa, pela perda ou diminuição de direitos conquistados. Surgem novas discussões acadêmicas, doutrinárias e jurisprudenciais que não conseguem alcançar os sujeitos afetados com a crescente mudança na cadeia produtiva, seja considerando os trabalhadores concursados que perdem sua lotação e postos de trabalho ou os terceirizados que se veem obrigados a aceitar o trabalho, para manter o emprego e a sua família, com o estabelecimento de um mercado de trabalho mais

globalizado, que supostamente atende às necessidades de um estado endividado e que leva a uma desenfreada e desregulada concorrência entre as empresas, agora sem fronteiras.

Existe um elevado nível de ingerência velada do capitalismo dentro da Administração Pública que justifica a terceirização e os mecanismos de gestão empresarial, que visam ao menor custo e ao maior lucro, degradando a gestão pública e suas condições de trabalho. Assim, a precariedade salarial que envolve os terceirizados rende lucro às empresas e gera campos de disputas em que pequenas empresas encontram dificuldades em se inserir nesse mercado e ganhar licitações na área pública, bem como em se sustentar.

A terceirização através de parcerias vem a ser um novo estágio entre a empresa fornecedora do serviço e a empresa que a contrata, sendo que a união só irá se concretizar se as parcerias forem completamente autônomas umas das outras. Na procura desta empresa prestadora de serviços pela contratante que lhe seja prestado um serviço no mínimo igual ou melhor do que ele executa internamente. Execução em tempo recorde, o trabalhador deverá realizar o trabalho exatamente como foi determinado pela sua contratante, mesmo que o pedido seja feito no final do expediente. Estas características tornam essencialmente necessária para a concretização total do processo de terceirização, tornando-se assim contratante e contratados totalmente parceiros.

O caráter sexual feminino na carreira de limpeza e conservação é visível na terceirização e, por isso, é imprescindível conhecer o impacto da divisão sexual do trabalho na organização das relações sociais de maneira mais ampla e, em especial, nas vidas das mulheres trabalhadoras e o que aconteceu na virada do século XX para o XXI após as lutas feministas e as conquistas de direitos por elas.

Contudo seja na política, no trabalho ou nas garantias à integridade psíquica e física, os padrões dessa igualdade buscada tem posição desigual entre as mulheres e os homens. De acordo com Yannoulas (2013, p.32), as análises de pesquisas que convergem os estudos de gênero e os estudos de trabalho, apesar de outorgar maior visibilidade acadêmica, demonstram de maneira contundente aspectos da dupla segmentação do mercado de trabalho. Para Yannoulas, por exemplo, Sullerot em 1971, já apontava trabalhos pioneiros na segmentação horizontal, que seria a absorção da maioria das trabalhadoras em poucas profissões e na segmentação vertical, que demonstra a pouca absorção das mulheres em altos cargos. Yannoulas (2013) também traz pesquisas de Wirth (2001) e Cappellin (2008) e mostra que essa dupla segmentação produz pirâmide organizacional, com teto e paredes de cristal, que dificultam o trânsito livre de mulheres pelo mercado de trabalho, pois, de acordo com essas pesquisas, há restrições tanto no campo horizontal como no campo vertical.

Com o alerta de Saffioti (1992) sobre a necessidade de entender a reprodução em sentido mais amplo e não apenas restrita à instituição familiar e de caráter privado e com o questionamento de outros teóricos (ver BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; HIRATA, 2002; HIRATA; ZARIFIAN, 2009) sobre a predominância envolvendo a categoria emprego e não o trabalho, o foco da análise foi mudando gradativamente, e se inicialmente a segregação horizontal e vertical do trabalho era o foco principal, a ênfase passou a estar colocada na especificidade e na revalorização das experiências de trabalho produtivo e reprodutivo realizadas pelas mulheres.

De acordo com Yannoulas (2013), novos estudos estabeleceram relações entre as qualificações, práticas e valores femininos nos âmbitos familiar e profissional; focando nas contradições e ambivalências vivenciadas pelas mulheres, com base na dupla presença utilizada, primeiramente, em 1978, pela socióloga italiana Laura Balbo.

Em pesquisas sobre a feminização do assalariamento, Maruani (2009) destaca que em poucas décadas e a despeito da crise do emprego, as mulheres se tornaram quase a metade do mundo do trabalho remunerado. Já Castel (2010) diz que o aumento quantitativo da “condição salarial” foi mais rápido e importante para as mulheres do que para os homens. A feminização do assalariamento, em parte decorrente da transformação das famílias, da reestruturação produtiva e dos novos paradigmas tecnológicos, teve consequências importantes para as mulheres, em termos da cidadania e da seguridade social.

Em relação ao conceito do termo feminização, Yannoulas (1995; 2011; 2012) estabelece uma diferenciação entre os elementos quantitativos “feminilização” e qualitativos “feminização de fato”.

a) Significado quantitativo (feminilização): refere-se ao aumento de mulheres (pessoas de sexo feminino) na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão; e b) Significado qualitativo (feminização propriamente dita): refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas (ver BANDEIRAS, 1997), predominância na época ou na cultura especificamente analisados, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação (YANNOULAS, 1996 a; 2011; 2012, p. 37).

A autora coloca também outras mutações como: a estabilidade no mercado de trabalho nas trajetórias profissionais/ocupacionais das mulheres, que acumulam de maneira contínua a atividade profissional com a vida familiar; a mudança no comportamento das mulheres que continuam a trabalhar mesmo com a vinda de filhos, sem descontinuidade da trajetória profissional, mesmo que o custo pessoal e familiar seja muito alto. E ela chama a atenção para

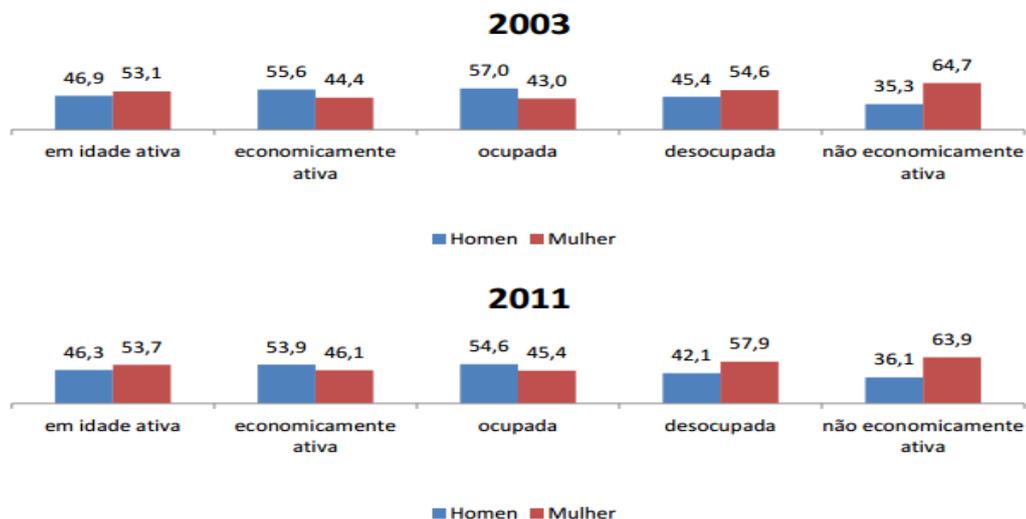
estudos de Bandeira et al. (2009) que mostram que 35% das famílias são chefiadas por mulheres. Aos dizeres de Hirata e Kergoat (2007): tudo muda, mas nada muda! Isso porque essas mutações não alteraram em profundidade as representações sobre o emprego feminino ou a própria divisão sexual do trabalho doméstico.

Bruschini e Lombardi (2000) destacam a constituição de dois polos opostos no mercado de trabalho brasileiro: de um lado a ocupação de má qualidade (em guetos femininos como emprego doméstico) e do outro as boas ocupações (em áreas profissionais prestigiadas pelo sexo masculino). Entretanto a persistência de ganhos femininos inferiores aos masculinos, independentemente do setor de atividade econômica, do número de horas trabalhadas, do número de anos de estudo, e da posição na ocupação, confirma o diferente valor atribuído socialmente aos trabalhadores homens e mulheres.

De acordo com pesquisa de Padorani (2008), a formação institucional dos serviços terceirizados de limpeza e conservação se consolidou nos anos 80 e 90, contudo seu legado pode ser remoto, pois a necessidade de “limpar” vincula-se, intrinsecamente, à constante busca de melhores condições de saúde e higiene dos ambientes em geral. O autor afirma que a limpeza e a higiene estão intrinsecamente relacionadas ao longo da história com epidemias e doenças e destaca que, de acordo com historiador Roper (1966), a Peste Negra ou Peste Bubônica na Europa Medieval que foi disseminada por pulgas parasitas de ratos negros que, em circunstâncias favoráveis das populosas e sujas cidades medievais, colocaram essa nefasta peste em evidência. O impacto negativo da falta de ações de limpeza e higienização em ambientes urbanos e domésticos levaram as autoridades a ficarem alertas sobre a problemática e deu início à política em prol da limpeza pública.

No Brasil, segundo os dados do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), há cerca de oitocentos mil profissionais que desempenham a atividade de limpeza e conservação, constituindo-se um grande segmento econômico e de grande destaque na economia do país. E, quanto à participação das mulheres no mercado de trabalho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz, em pesquisa sobre sexo no período de 2003 e 2011, que, em 2011, as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais idade (PIA); cerca de 53,7%. Contudo elas eram minoria (45,4%) na população ocupada (PO). Essa estrutura distributiva reflete-se no nível de ocupação. Na comparação de 2003, o crescimento da participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) foi de 1,8 ponto percentual. No mesmo período, a proporção de mulheres da população desocupada e na população ocupada elevou, respectivamente, 3,3 e 2,4 pontos percentuais. Segue tabela abaixo mostrando esses dados:

GRÁFICO I – Distribuição das populações, segundo o sexo (%) – (2003 - 2011)*

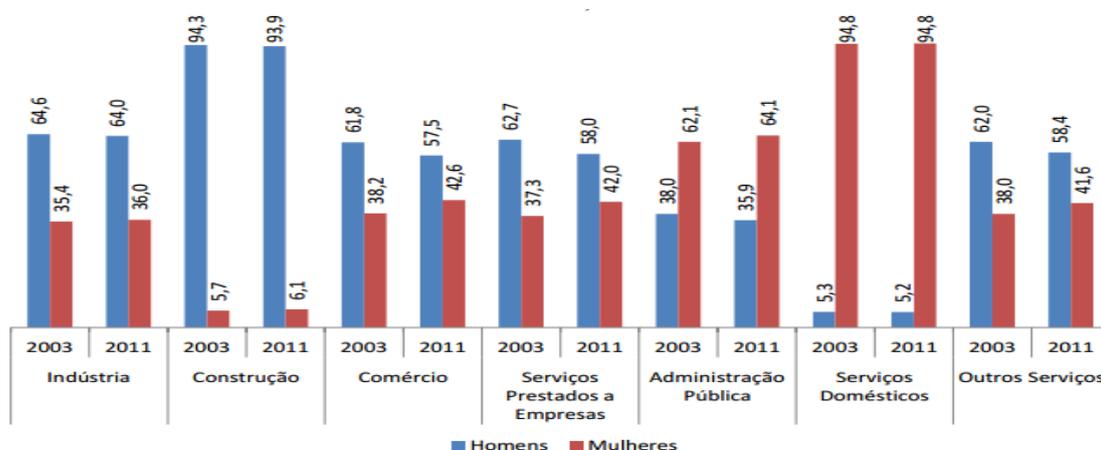


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Sobre a participação de mulheres nos agrupamentos de atividade econômica, o gráfico a seguir mostra o percentual de participação de homens e mulheres nos diversos grupamentos. Essa análise permite observar, por exemplo, a predominância da população nos serviços domésticos, mas também o crescimento no comércio e nos serviços prestados a empresas e a outros serviços.

GRÁFICO II – Participação na população ocupada, por grupamento de atividade, segundo o sexo (%) – (2003 - 2011)*

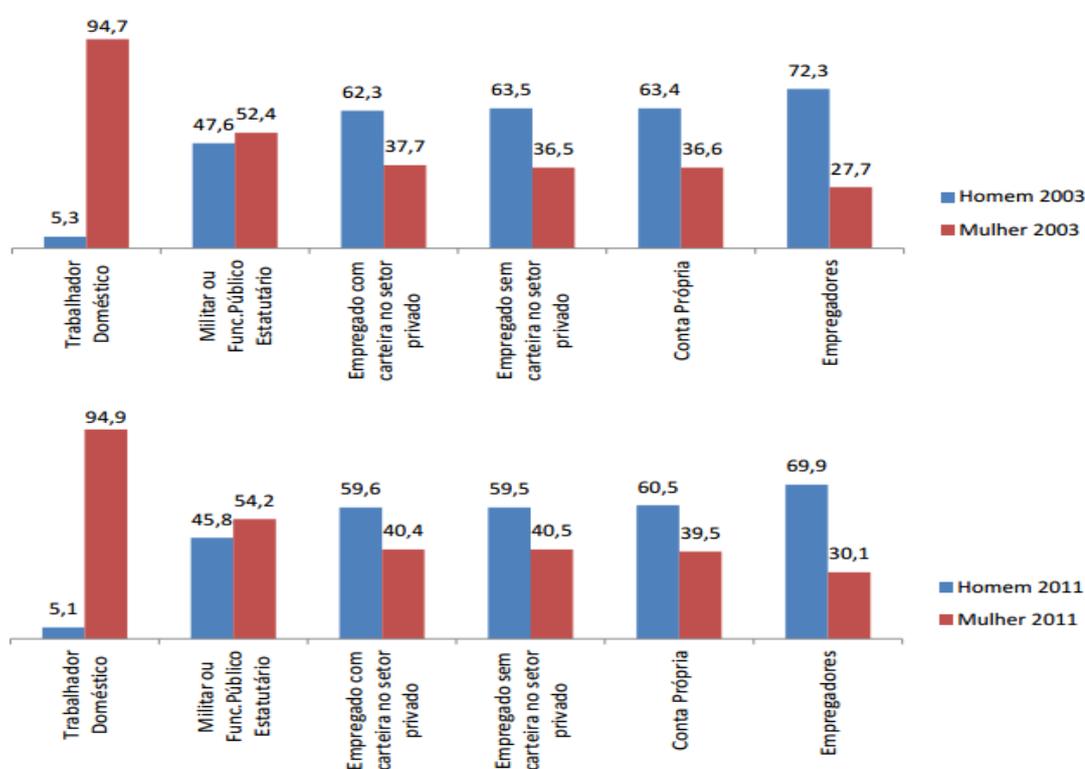


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Como as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho (como empregadas com ou sem carteira de trabalho assinada; e por conta própria, como empregadores etc.), o gráfico abaixo mostra que, com exceção do trabalho doméstico e da ocupação como militar ou funcionário público estatutário, os homens são maioria dentro a população ocupada nas diversas formas de inserção. Esse cenário foi verificado tanto em 2003 quanto em 2011, mas, mesmo diante de predominância masculina, constatou-se que as diferenças foram reduzidas em 2011, com as mulheres aumentando sua participação em todas as formas de ocupação.

GRÁFICO III – Distribuição da população ocupada, por posição na ocupação, segundo o sexo (%) – (2003 - 2011)*

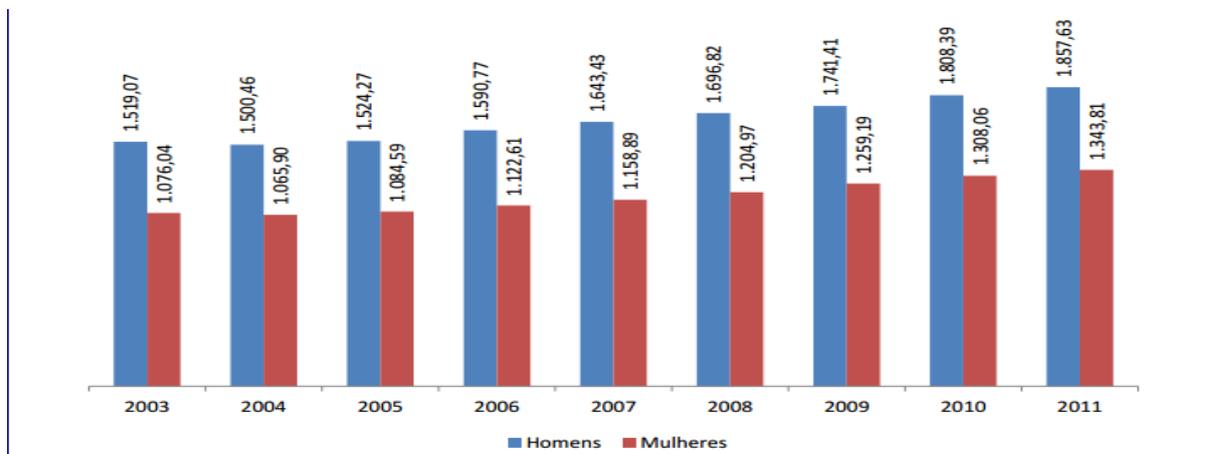


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais

Já a tabela IV traz qual o rendimento médio do trabalho recebido pelas mulheres que foi de R\$ 1.343,81 (hum mil trezentos e quarenta três reais, oitenta um centavo), 72,3% (setenta e dois por cento e três) do que recebia os homens R\$ 1.857,83 (hum mil oitocentos e cinquenta sete reais oitenta três centavos).

GRÁFICO IV – Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) – (2003 – 2011)*



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação ao dos homens – 2003 - 2011*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Razão da remuneração do trabalho entre mulheres e homens	70,8%	71,0%	71,2%	70,6%	70,5%	71,0%	72,3%	72,3%	72,3%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

As transformações na inserção das mulheres no mercado de trabalho são muito significativas, porém não alteram de maneira expressiva o tipo de carreira profissional ou ocupacional, pautado geralmente pelo modelo de profissional masculino ou, dito em outros termos, pelas possibilidades concretas dos homens no exercício das respectivas profissões ou ocupações (YANNOULAS, 2001; 2003).

As tabelas e reflexões expostas podem contribuir para melhor compreensão da divisão sexual do trabalho (produtivo e reprodutivo) e, conforme Yannoulas (2012), a permanência da discriminação sexual no conjunto é tendência contraditória que nos leva a recomendar enfaticamente o planejamento e a execução de políticas de trabalho e políticas sociais específicas para as mulheres, visando atender imediatamente às suas necessidades práticas, mas também a radicalização dos interesses estratégicos para que as políticas promovam uma inserção mais igualitária de homens e mulheres para o conjunto do mundo do trabalho.

Se invocássemos o aparato jurídico estatal no conceito marxiano de infra e superestrutura, poderíamos compreender que as relações de produção são o fator determinante desse modelo e que os regulamentos criados para cuidar da terceirização tende ao aumento da

precariedade salarial e à proletariedade social, assim como à fragmentação da classe trabalhadora em sua ação política, sindical e partidária, implicando, ao final da etapa, a completa desarticulação do trabalhador para enfrentar o seu inimigo de classe. O caráter explícito de que o Governo deve diminuir custos com o trabalho, implica no caráter implícito do rebaixamento das condições do trabalhador.

Entre tantas manifestações públicas emitidas de 2013 até 2015 condenando o PL n. 4330– notas, notas técnicas, moções de repúdio, cartas e ofícios à Presidência da República, aos Presidentes do Senado, à Câmara Federal e às suas Comissões Geral de Regulamentação da Terceirização –, várias entidades lançaram, na Câmara, Fóruns Nacionais de Combate à terceirização que acontecem desde 2013. Esses fóruns e documentos públicos externam parte da luta travada pela sociedade civil organizada em defesa do Direito do Trabalho e de seus princípios. Nesse período, foram elaborados e publicados artigos, contatos parlamentares, manifestações de rua, protestos nas imediações da Câmara dos Deputados e em seu interior, além de inúmeros atos políticos que marcam a atuação da sociedade brasileira contra o PL n. 4330. Também já circulava na mídia vídeo sob o título “Todos contra a terceirização”, que foi divulgado na rede mundial de computação a partir do dia 4 de outubro de 2013, com atores Osmar Prado, Dira Paes, Bete Mendes, Priscila Camargo, Gilberto Miranda, Wagner Moura e Camila Pitanga que prestaram depoimentos curtos, contundentes e impactantes contra a terceirização e o PL n. 4330, tendo como frase final de cada um deles a seguinte expressão “Diga não à terceirização”. Esse vídeo teve grande repercussão dentro e fora do Congresso Nacional, influenciando decisivamente no afrouxamento do ritmo da Câmara dos Deputados em aprovar o PL n. 4330. Sabe-se que a maioria dos integrantes da Câmara estava interessada na votação do tema ainda em 2013, mas estava ciente da impossibilidade política de sua apreciação no ano de 2014, ao menos até o fim do período eleitoral, diante do desgaste provocado junto ao eleitorado em razão de qualquer medida declaradamente usurpadora de direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, como é o caso da terceirização.

Houve também, nesse período com grande cobrança de juristas e sindicalistas, um pronunciamento com assinatura da maioria de ministros do TST contra o PL n. 4330, que Central Única dos Trabalhadores - CUT traduzem ser marco inicial da trajetória de resistência do órgão judicial. O perfil dos magistrados já havia mudado durante os governos Lula e Dilma, e as decisões desses Ministros já vinham revelando o seu rompimento com a postura neoliberal ali reinante entre os anos de 1980 e 1990.

Contudo a resposta do capital veio por meio de novas medidas direcionadas a liquidar o Direito do Trabalho e a esvaziar o papel desse novo TST, que já, conforme relatado,

assumira ser contrário à terceirização geral. E várias emendas foram ressuscitadas como a Emenda Constitucional n. 45/04, que criava outros mecanismos de controle aptos à desconstrução dos princípios laborais. Junto com isso, os setores empresariais não descuidaram dos ataques públicos à Justiça do Trabalho e atuaram em diversas frentes.

Em 2014, o Governo eleito de Dilma Rousseff estava desestabilizado e, aproveitando-se disso, a Câmara dos Deputados tratou de fazer, “na calada da noite”, a votação do PL n. 4330/04, que foi aprovado com alguns ajustes e encaminhado para o Senado. Os movimentos retornaram, porque existia a possibilidade de a presidente vetar o PL n. 4330/04 no todo ou em parte e também de o TST julgar a lei. O Senado Federal criou comissões afirmando que seria para ouvir a comunidade, mas, o que parece é que foi somente uma estratégia para ganhar tempo e esperar o esquecimento dos movimentos quanto ao PL.

Tem sido enorme a pressão empresarial para o Poder Público regulamentar a terceirização generalizada em todas as atividades econômicas. E muitas também são as reações dos integrantes de movimentos contrários a essa generalização. Mesmo quando a terceirização vira questão urgentíssima na pressa de concessão do aumento do capital, o movimento contrário de resistência se torna as grades que prendem esse capital, e impedem que exerçam com volúpia o lucro exagerado e a acumulação de riqueza em cima do trabalhador.

O trabalho e todas as suas instituições protetivas devem primar pela sua valorização como princípio fundante da Constituição Federal, em respeito à dignidade humana do trabalhador, à necessidade da existência de ambiente saudável do trabalho, ao combate a qualquer tipo de trabalho degradante e à função social do trabalho. Assim sendo, a análise identifica o objetivo específico da pesquisa que é identificar os elementos de resistência e de desistência para os profissionais entrevistados. Dentro desse foco, também desvelou como ocorre a resistência e a desistência coletiva e individual dos profissionais da Educação, aqui com o olhar de diretores, supervisores administrativos, professores e até dos terceirizados.

A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Os resultados da terceirização são difíceis para a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista de organização política, quanto das condições gerais do trabalho. Nesse novo modo de gestão capitalista, tem-se alargado o conceito de vínculo de emprego para considerar o terceiro da relação, subcontratado, como empregador de trabalhadores, os quais produzem

riquezas materiais, em primeiro lugar, para a contratante, a empresa principal da cadeia produtiva.

A economia brasileira nasceu com feição capitalista, embora existissem elementos típicos da servidão nas relações rurais, bem como, a presença expressiva de trabalho forçado indígena e negro. O processo mercantil era conduzido pela metrópole e, aliás, tinha a finalidade de alimentar o desenvolvimento do capitalismo, pilhagem de tesouros, metais preciosos e outras riquezas naturais (MARX, 2012, p.825)

O caráter escravista ou servil das colônias não desvinculava a finalidade econômica de produzir mercadorias com o intuito lucrativo. Segundo periodização lançada por Cardoso de Mello (2009), a economia brasileira teve os seguintes ciclos:

Economia colonial de produtos destinados ao mercado externo e à subsistência (1500-1808); economia escravista cafeeira nacional (1808-1888); economia exportadora capitalista marcada pelo início do assalariamento no Brasil (1888-1930); industrialização restringida (1930-1956); industrialização acelerada (1956-1961) (CARDOSO DE MELLO, 2009, p. 31).

Nota-se, na verdade, que o “capital brasileiro jamais gozou de autonomia em relação à metrópole e às nações imperialistas concretizadas no final do século XIX” (ARRETCHE, 1999, p.03). Essa “dependência crônica”, própria de economia periférica, conduz a uma superexploração histórica da força de trabalho, inclusive para reduzir ou compensar as desvantagens advindas dos negócios estabelecidos com as nações capitalistas mais avançadas.

Segundo Marini (1973), a superexploração da força de trabalho é configurada pelo aumento da prorrogação da jornada de trabalho, pela elevação da intensidade do trabalho e pelo arrocho salarial. Nem mesmo o assalariamento foi capaz de alterar o quadro de segregação social da classe trabalhadora brasileira e nem as conquistas nas legislações conseguiram eliminá-la. Em 1930, “com o fim da República Velha, novos direitos sociais foram reconhecidos pelo Estado, mas estes ainda eram insuficientes para atender as necessidades trabalhistas” (ARRETCHE, 1999, p.5). E, a partir da Constituição de 1934, deu-se a regulação do trabalho pelo Estado, com o reconhecimento dos direitos sociais conquistados depois de três décadas de intensas lutas dos trabalhadores organizados em partidos operários e sindicatos. Em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tratou de ampliar, um pouco, esses direitos.

Para Giovanni Alves (2014), o assalariamento e a legislação trabalhista criaram duas categorias de trabalhadores superexplorados: a da “precariedade salarial extrema”, composta pela vasta massa de trabalhadores pobres que vivem à margem da legislação do trabalho; e a

da “precariedade salarial regulada”, que seria a regulação do salário mínimo oferecido pelo mercado.

As mudanças na transição da economia brasileira rural para industrial significaram, na prática, a preservação intacta dos privilégios da velha elite latifundiária e, concomitantemente, a concessão de vantagens inerentes ao assentamento da burguesia no poder econômico e político brasileiro (CARVALHO, 1987). Contaminados pela ideologia liberal, muitas vezes os trabalhadores brasileiros não organizados imaginam que o sucesso ou insucesso de vida estão relacionados aos esforços e aos desempenhos individuais.

No Brasil, desde a década de 1950, com a chegada das primeiras empresas multinacionais, principalmente as do setor automobilístico, a proposta de regulamentação da terceirização vem sendo difundida. Em 1967, foi criado Decreto n. 200 dispondo a execução da terceirização nas atividades de Administração Pública com a descentralização. Nas décadas de 1980, com a onda das novas estruturas empresariais, esse discurso voltou aos cenários brasileiros, mas foi postergado até 1990, e surgiu intensamente com o movimento de abertura comercial e desregulação do contrato de trabalho.

Principalmente durante governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que se dedicou na reforma da administração pública e do Estado, essa forma de contratação foi difundida. Essa reforma da administração pública e do estado reacendeu o discurso sobre a necessidade de flexibilizar a estabilidade dos servidores públicos de forma a aproximar os mercados de trabalho público e privado. De imediato, as ideias foram rejeitadas, mas, após a persistência desses discursos e do quadro dos problemas econômicos nacionais e internacionais, surgiram apoios, em dado momento, a essas reformas, que passaram a ser vistas como necessidades únicas e cruciais para o crescimento do Brasil.

Fazendo referência ao projeto do capitalismo globalizado e às políticas públicas nacionais, Boneti (2006) coloca que

As questões econômicas normalmente aparecem na dinâmica da correlação de forças do mercado global imponente regras e procedimentos que favoreçam os países presentes neste mercado com maior poder de barganha. Em relação à política, esta se configura no âmbito da organização estatal, exteriorizada na esfera diplomática, mas presa aos determinantes econômicos (BONETI, 2006, p. 42).

Então, as políticas públicas se resumiram e se concretizaram pela pressão de uma das duas vias, a diplomática ou a presença de representantes das grandes corporações mundiais na esfera política nacional.

De imediato, essas reformas não foram implementadas, mas as dificuldades financeiras mundiais forneceram o apoio político necessário para implementá-las, “Moldando o discurso político de que essa reforma é a única e crucial medida para possibilidade de crescimento brasileiro” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p.39).

Nesse sentido, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, publicado em 1995, veio para legitimar a possibilidade de governos privatizarem as empresas públicas. Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2008), essa reforma definiu três áreas de atuação: i) as atividades exclusivas do Estado, constituída pelo núcleo estratégico; ii) os serviços científicos dos Estados (escolas, universidades, hospitais dentre outros) e iii) a produção de bens e serviços para o mercado (que é retirada do Estado por meio dos programas de privatização e descentralização) e fora as atividades principais, estão as atividades de serviços auxiliares (vigilância, limpeza, entre outros).

Os governos estaduais adotam o discurso da Lei Complementar 101 de 2000, o qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a Responsabilidade da Gestão Fiscal, com o objetivo de redução de custos. Dessa forma, inibem o concurso público e incentivam a terceirização, utilizando-se dessas artimanhas econômicas para subcontratação de trabalhadores temporários, emergenciais e comissionados que, nessa nova lei, não são computados como despesa de pessoal.

Com isso, “ampliou-se a diversidade da modalidade terceirização na esfera pública a exemplo de: concessão, permissão, parcerias, cooperativas, ONGs, Organizações Sociais e Civil de interesse público” (PINTO, 2003, p. 153). Um quadro que faz parte do serviço público, mas não é realizado por um servidor concursado e sim por diferentes trabalhadores precarizados, por contratados por tempo de serviço, sem ter acesso aos direitos trabalhistas e recebendo salários mais baixos que dos trabalhadores concursados.

Temas como direitos e garantias conquistadas pelos trabalhadores, suas angústias frente a essa realidade, vão se acomodando e sendo individualizados e alienados de seu cotidiano. Uma “alienação” que, para Marx (2012), é a “objetivação do sujeito”. Então, alienação, entendida como expressão contraditória no capitalismo, como processo, é também expressão de luta de resistência. Assim, a diminuição e a extinção dos investimentos e da valorização profissional prejudicam o trabalhador, que fica na situação de desempregado e de precarizado, e o habilitam a sobreviver desprovido de direitos e em situação de instabilidade cotidiana, pelo trabalho temporário, *part-time* etc.

Antunes (1999) assim caracteriza o estranhamento ou a alienação nessa parcela da classe trabalhadora mais precarizada:

Sob a condição de separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade, trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disfunção dos elementos de unidade presente na sociedade do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 133).

Quando se pensa na enorme massa de trabalhadores desempregados, são várias as formas de alienação que se apresentam na rejeição da vida social, no silêncio, na doença, na violência e na agressão, conflitos que se tornam um problema social. Entretanto, apesar dos problemas que atingem o mundo do trabalho e, em especial, a terceirização, existe a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho que proíbe a terceirização das atividades fim da empresa e que propõe responsabilidade solidária na contratação dos terceirizados. Todavia os empresários não se conformam com esse fato e essa súmula tornou-se um problema legal para o capital e se preparam para tentar aprovar no Congresso o PL 4330/13.

É dentro de tal panorama que a terceirização caminha a passos largos no Brasil, para se transformar em modo predominante de contratação obreira, e, por isso, no tópico a seguir, veremos algumas medidas legislativas para a sua regulamentação.

MEDIDAS LEGISLATIVAS PARA REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

Inicialmente, cabe assinalar que os direitos econômicos, sociais e culturais integram o rol de garantias fundamentais previstas em normas nacionais ou internacionais. Assim, eles são consagrados em dispositivos da Constituição Federal do Brasil de 1988, no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), da Convenção Americana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Contudo, no Brasil, o que tem prevalecido nesses direitos são fórmulas jurídicas responsáveis pela legitimação de articulações capitalistas que preservam ou amenizam esses direitos baseados no lucro, na mercantilização e na acumulação de riquezas. E com a terceirização, o que vemos é a delapidação do tecido social nas relações de trabalho como condição indispensável à vitalidade da economia do país.

O trabalho degradante tem como fonte nuclear de sua existência a redução de custos, e a terceirização também se esconde no lado sombrio e cruel das relações de trabalho: na atualidade prática, um trabalho com o mais baixo custo possível, pode causar até mortes e mutilações relacionadas ao labor.

De acordo com a Convenção n. 155 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, o Estado é obrigado a “pôr em prática e reexaminar periodicamente uma política nacional coerente em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente do trabalho”.

A atuação da sociedade civil organizada no mundo do trabalho nos últimos anos foi de suma importância para que não se adotem leis de terceirização de forma generalizada para todas as atividades econômicas. Os regulamentos apresentados pelo segmento econômico jamais foram objeto de regulamentação pelo Congresso Nacional.

De acordo com os dados apresentados no site do planalto, podem-se identificar as principais normas legais indicadas pelo setor patronal como autorizadas da subcontratação empresarial, em determinadas atividades. Elas são elencadas a seguir, por ano: Lei n. 4.886/65 representação comercial autônoma; Decretos-Lei n. 1212/66 e n. 1216/66 prestação de serviços de segurança bancárias por empresas interpostas; Decreto-Lei n. 200/67 descentralização administrativa do serviço público federal mediante contratação de empresas particulares para executar algumas atividades antes conferidas exclusivamente ao Estado; Lei n. 5645/70 descrição das atividades delegáveis a terceiros pela Administração Pública Federal – transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes; Lei n. 6019/74 criação da empresa de trabalho temporário para atender à necessidade transitória da tomadora de serviços ou de acréscimo extraordinário de serviços; Lei n. 7102/83 oferecimento do serviço de vigilância bancária e financeira por intermédio de empresa prestadora de serviços, incluindo o transporte de valores; Lei n. 7290/84 transporte rodoviário; Lei n. 8863/94 estende a terceirização, na área de vigilância, para qualquer vigilância patrimonial, pública ou privada, bem como a segurança de pessoas físicas e transporte de valores; Lei n. 8949/94 inclusão do parágrafo único do art. 442 da CLT, que declarou inexistir relação de emprego quando o trabalho for prestado pelo sistema de cooperativa; Emenda Constitucional n. 08/95 quebra o monopólio estatal do sistema de telecomunicações e delegação parcial de atividades no referido setor; Emenda Constitucional n. 09/95 quebra do monopólio da Petrobras; Lei n. 9472/97 contratação, pelas concessionárias do sistema de telecomunicações, de empresas prestadoras de serviços para a execução de atividade inerente, acessórias ou complementares.

Algumas dessas leis foram analisadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e disso surgiu a Súmula n. 256/83 que, segundo ela, a contratação de empregados por empresas interpostas era admitida apenas nos casos de trabalho temporário (Lei n. 6019/74) e vigilância bancária (Lei n. 7102/83). Porém, em 1993, diante da avassaladora ação do capital global baseado na lógica da acumulação flexível toyotista, em que os empresários estavam implantando a terceirização com ou sem lei, o TST sucumbiu a esse movimento e cancelou a Súmula n. 256 e editou a Súmula n. 331. Nessa súmula, a jurisprudência reconhece como legal a terceirização de todos os serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, e isso possibilitou a legitimação de muitos cargos dada a polissemia de “atividade-meio”.

Entretanto, para o setor empresarial, essa Súmula já não atende aos seus anseios, as forças produtivas se utilizam da disputa e da competitividade internacionais entre as economias dependentes e periféricas, que se esforçam para ver qual delas pode precarizar mais as condições de trabalho em tempos de dispersão do processo produtivo por mobilidade geográfica.

Essas corporações empresariais apresentaram diversos projetos de lei para autorização da terceirização, mas seus esforços estão centrados para aprovar o Projeto de Lei n. 4330/04, de autoria do deputado empresário Sandro Mabel. De sua criação até 2010, houve diversas tentativas de votação da matéria, mas faltou apoio do Poder Executivo, no Governo Lula. A retomada do Projeto se deu em 2011, período em o Poder Executivo, no Governo Dilma, não emitiu nenhuma declaração contrária. Depois de tramitar em algumas comissões da Câmara dos Deputados entre os anos de 2011 e 2012, em 2013, o Projeto teve um grande impulso, foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e remetido à Comissão de Constituição e Justiça, tendo avançado, sem apreciação, para Plenário da referida Casa Legislativa, depois de grande mobilização das entidades sindicais de trabalhadores e da sociedade civil organizada contra a proposta patronal. Durante o ano de 2014, o processo eleitoral tornou inoportuna a votação da matéria, mas, em 22 de abril de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou, por 230 votos a favor e 203 contra, a expansão da terceirização para as atividades fins. O projeto seguiu para o Senado que não tem prazo para votar. Caso algum senador mude algum ponto do texto, a matéria volta a ser debatida da Câmara.

Um dos pontos dessa lei é sobre a responsabilidade subsidiária das empresas tomadoras dos serviços. Atualmente, a responsabilidade é solidária, quando a contratante é responsável junto com a empresa contratada pelas dívidas trabalhistas e pode ser acionada na justiça, conjuntamente ou individualmente, pelos empregados. Isto é de suma importância,

pois, se a empresa terceirizada não pagar os direitos trabalhistas dos empregados, a empresa contratante, seja do governo ou não, pode ser acionada judicialmente. Essa ideia de solidariedade é defendida pelos sindicatos e agentes do Direito Trabalhista. Ao negar esse direito trabalhista, aumentará a inadimplência dessas empresas terceirizadas com os trabalhadores.

Na verdade, a Lei 4330 visa colocar na conta dos trabalhadores e dos mais pobres o custo pela crise econômica, a recessão que leva à queda na produção, no consumo e, principalmente, nos lucros. Com a terceirização, se objetiva a promoção da reestruturação produtiva a fim de aumentar os lucros e tornar as indústrias mais competitivas. Mas qual é o preço disso? O preço representa a exploração do trabalho humano, com a generalização das relações de trabalho que já estão precárias, a redução de salários, o fim de vários direitos trabalhistas, além da perda de seguridade social e da falta de apoio do Governo.

As pesquisas indicam que o desemprego aumenta com a terceirização, basta observar que um trabalhador terceirizado trabalha em média três horas mais que o não terceirizado. Isso significa que se precisará de menos trabalhadores, como também gerará o aumento da rotatividade dos trabalhadores terceirizados, que, em sua maioria, são mulheres e jovens. Em Portugal, por exemplo, a flexibilização do salário para baixo, fechou vários postos de trabalho, prejudicando a sindicalização, gerando o bloqueio do acesso aos direitos trabalhistas e a diminuição da arrecadação de impostos devido aos terceirizados receberem 30% menos que os contratados.

É fundamental conhecer a legislação trabalhista em educação para investigar em que medida a terceirização ameaça ou não esses trabalhadores e para reconhecer a existência de direitos sociais nascidos e sustentados com base em processo contínuo de luta, em movimentos grevistas e em outras manifestações.

Estas são algumas leis que reconhecem direitos da classe e a profissionalização das carreiras de apoio educacional. Além dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e dos Direitos do Trabalho, a Resolução n. 5/2005 inclui, nos quadros anexos, a Resolução CNE/CEB n. 4/99 o artigo 21º que cria a Área Profissional e a Área de Serviços de Apoio Escolar. Já a Portaria Normativa MEC n. 25/2007 instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviços de Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIÓNÁRIO – com habilitação em Gestão Escolar, Secretário Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar. Outra Lei importante é a Lei n. 12.014/2009 que traz a discriminação de quais as categorias de trabalhadores que devem ser considerados profissionais de educação. A Resolução

CNE/CEB n. 05/2010 fixa diretrizes nacionais para orientar a elaboração do Plano de Carreira e Remuneração dos funcionários da Educação Básica. O Decreto n. 7.415/2010 institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dispõe sobre o PROFUNCIÓNÁRIO e outras providências.

Quem ganha com a terceirização? O empresário, que diminui o pagamento dos encargos trabalhistas e aumenta o seu lucro.

O ajuste da economia por meio da precarização dos trabalhadores é injusto e, no campo da resistência, deve unir todos os trabalhadores para desconstruir e não apoiar esse tipo de terceirização existente, mas sim derrotá-la, pois nossa sociedade anseia e necessita de valorização do trabalho.

Por ser a escola o ambiente natural da pesquisa, o item seguinte reside em constatar como ocorre a transformação de cargos concursados em terceirizados.

A TERCEIRIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Ignorar essa discussão é camuflar uma questão fundamental, que é a da luta virulenta, às vezes ruidosa, dos movimentos corporativistas, pela disputa da escola como um mercado de trabalho (CARVALHO. 1989, p.15).

Não foi por acaso que se iniciou a terceirização nas escolas públicas, foi um fenômeno que desgastou a realidade, proporcionando um ambiente fértil para dirimir/diminuir os efeitos de conflitos que a ela poderia exaltar. Os resultados obtidos para favorecimento da terceirização foram causados pela ação e alteração de elementos do trabalho, como bem coloca os sociólogos Santana e Ramalho em seu livro sobre a Sociologia da força de trabalho.

Que no mundo do trabalho em mutação [...] O resultado tem sido um aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores (SANTANA; RAMALHO, 2004, p.8).

Na alteração profunda do ambiente de trabalho é que a administração ou Estado promovem a terceirização. A não contratação ou contratação de poucos trabalhadores para o desempenho de suas atividades levam ao desempenho ruim dos funcionários da escola e até dos gestores, porque não têm quem desempenhe o serviço.

Esse desequilíbrio na relação entre o trabalhador e o governo veio acontecendo por um longo período, o que proporcionou desgaste físico, mental e emocional dos trabalhadores que,

no caso dos cargos de apoio, conservação e limpeza de escolas públicas, tinham que executar suas funções com um número cada vez menor de servidores. Isso acarretou mudanças no ambiente escolar e proporcionou um desgaste grande para a categoria, uma vez que o servidor não conseguia executar o seu serviço e ainda substituía outros que adoeciam ou aposentavam.

Essa situação gerou conflitos e desavenças entre os profissionais e os professores que reclamavam da limpeza e da direção da escola, que se via, cada dia, mais pressionada com essa realidade. Criou-se, assim, um ambiente favorável para instituir a terceirização.

A Administração era responsável por introduzir as ideias de terceirização do Estado. Germinaram possibilidades de terceirização entre os diretores de escola, falseando a ideia de que ela, a terceirização, seria o melhor caminho para as dificuldades encontradas no ambiente escolar. Foi o tipo de mediação encontrada pelos que detinham o poder para implementar a política da terceirização em um ambiente de classe organizado em sindicatos e bem esclarecido.

Porém o que vimos foi uma mediação de subordinação à ideologia capitalista. De acordo com Pages *et. al* (1987), a mediação interna entre as instâncias possibilitou a aceitação da ideologia da empresa, porque sua lógica é comum. Trata-se de um sistema coerente, orientado para a subordinação e para o enquadramento do indivíduo no seio de uma ordem global econômica, política, ideológica, psicológica definida centralizadamente. Os autores também recorrem a Marx (2007) para expor:

O estado não exclui ninguém que se ajuste a todos os seus mandatos e exigências, que se acomode ao seu desenvolvimento. E, em sua perfeição, fecham até mesmo os olhos e declaram não políticos os antagonismos reais que não o perturbam.

(e)

O estado moderno tem como base natural a sociedade burguesa e o homem da sociedade burguesa, isto é, o homem independente, ligado ao homem somente pelo vínculo do interesse particular e da necessidade natural inconsciente, tanto a própria como a alheia (MARX. 2007, p. 63 e 79).

Assim, a terceirização do trabalho foi implementada nas escolas públicas do Distrito Federal, em 1996 a carreira de vigilância foi a primeira da carreira de apoio a ser terceirizada, durante o período da administração federal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), considerado um partido de direita, enquanto o Distrito Federal era administrado por Cristovam Buarque, do Partido dos Trabalhadores (PT). O Brasil já tinha muitos trabalhadores terceirizados em seus quadros neste período.

As questões de luta de classe, suas contradições que opõem os trabalhadores à organização e ao sistema social devem ser discutidas e levadas em consideração. Contradições entre os próprios trabalhadores, todos os conflitos potenciais que possam emergir entre trabalhadores, cidadãos, consumidores de diversas categorias e situações, quase não acontecem durante o período de terceirização. Temas como direitos e garantias conquistadas por esses trabalhadores, as angústias desses trabalhadores frente a essa realidade, relacionamentos e ideais de que somos todos educadores foram esquecidos.

ESCOLAS TERCEIRIZADAS NA ÁREA DA PESQUISA

A área pesquisada no Distrito Federal implantou a terceirização dos serviços de atividade meio: conservação e limpeza, no ano de 2000. A empresa “JF”, do ramo de limpeza e conservação, foi contratada sem licitação para o atendimento de vinte e nove (29) escolas. Só em 2009, após processo licitatório e contrato direto com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), a empresa “JF” foi substituída pela empresa “M”. E, em 2013, a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal (SEPLAN/DF) contratou a empresa “S” com mais 23 postos para trabalhar nas escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atender o ramo de conservação e limpeza.

Os critérios para determinar o quantitativo de pessoal a ser distribuído em cada instituição educacional levam em consideração a metragem de área interna (toda a instalação predial) e de área externa (pátio externo). A soma da metragem desses dois ambientes determinará o número de funcionários a serem designados para suprir a necessidade da instituição.

Para substituição de vigilância, foi contratada, em 2009, por meio de licitação em contrato direto com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, a empresa “C” para atendimento no ramo de vigilância desarmada de 30 instituições. Em 2015, como manutenção do mesmo contrato foi aumentado o efetivo para 34 instituições, com a diferenciação dos serviços que passaram a ser de vigilância armada.

A justificativa dada para a terceirização no ramo de conservação e limpeza e de vigilância armada foi respaldada pelos crescentes números de afastamento por motivo de doenças, de aposentadoria e de não realização de concurso público para reposição do pessoal da carreira assistência nos dois ramos de atividade meio.

Quanto à fiscalização do cumprimento das regularidades contratuais, ela é realizada, pela Gerência de Serviços Terceirizados, ligada à Coordenação de Contratos e Convênios na qual se encontra o executor geral do contrato. Na ponta do processo de fiscalização, a

Unidade Regional de Administração Geral está ligada à Coordenação Regional de Ensino da área pesquisada e fiscaliza o cumprimento contratual quanto à locação de pessoal obedecendo aos critérios, fiscalização do cumprimento dos dias trabalhados, entrega de material, respeitando a listagem de material constante no contrato, reposição de uniforme, substituição de funcionários por afastamento de qualquer natureza.

QUADRO I - LISTAGEM DAS ESCOLAS TERCEIRIZADAS POR EMPRESA ATENDIDA

Nº	INSTITUIÇÃO	EMPRESA DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	Quantidade de funcionários lotados	EMPRESA DE SEGURANÇA ARMADA	Quantidade de funcionários lotados
01	CEI AC	Servigel (1)	06	Confederal (1)	04
02	CEI 01	Servigel (2)	06	-----	-----
03	CEI 02	Servigel (3)	06	-----	-----
04	CEI 03	Servigel (4)	06	-----	-----
05	CEI 04	Manchester (1)	07	-----	-----
06	CEI 05	Servigel (5)	06	-----	-----
07	CEI 06	Servigel (6)	06	-----	-----
08	EC 01	Servigel (7)	08	-----	-----
09	EC 02	Manchester (2)	07	Confederal (2)	04
10	EC 06	Manchester (3)	06	-----	-----
11	EC 10	Manchester (4)	07	-----	-----
12	EC 11	Servigel (8)	08	-----	-----
13	EC 12	Servigel (9)	07	-----	-----
14	EC 13	Servigel (10)	07	-----	-----
15	EC 15	Servigel (11)	08	-----	-----
16	EC 17	Manchester (5)	05	-----	-----
17	EC 18	Servigel (12)	08	-----	-----
18	EC 19	Manchester (6)	06	-----	-----
19	EC BILINGUE	Servigel (13)	10	-----	-----
20	EC 27	Servigel (14)	08	-----	-----
21	EC 39	Servigel (15)	07	Cnfederal (3)	04
22	EC 41	Servigel (16)	08	-----	-----
23	EC 45	Servigel (17)	07	-----	-----
24	EC 46	Servigel (18)	07	-----	-----
25	EC 53	-----	-----	Confederal (4)	04
26	EC 54	Servigel (19)	10	Confederal (5)	04
27	EC GUARIROBA	Manchester (7)	03	Confederal (6)	04
28	EC L DA J	Manchester(8)	02	Confederal (7)	04
29	EC A	-----	-----	Confederal (8)	04
30	EC COL. A. V. P	-----	-----	Confederal (9)	04
31	EC JIBOIA	-----	-----	Confederal (10)	04
32	EC C DAS CORUJAS	-----	-----	Confederal (11)	04

33	CEF 03	Manchester (9)	09	Confederal (12)	04
34	CEF 04	Manchester (10)	07	-----	-----
35	CEF 05	Manchester (11)	05	Confederal (13)	04
36	CEF 08	Servigel (20)	09	Confederal (14)	04
37	CEF 09	Manchester (12)	06	Confederal (15)	04
38	CEF 10	Manchester (13)	08	Confederal (16)	04
39	CEF 11	Servigel (21)	10	Confederal (17)	04
40	CEF 12	Manchester (14)	08	Confederal (18)	04
41	CEF 14	Manchester (15)	07	-----	
42	CEF 15	Manchester (16)	08	Confederal (19)	04
43	CEF 16	Manchester (17)	06	Confederal (20)	04
44	CEF 17	Manchester (18)	08	Confederal (21)	04
45	CEF 21	Servigel (22)	08	Confederal (22)	04
46	CAIC W M	Manchester (19)	19	Confederal (23)	04
47	CEF V AREAL	Manchester (20)	06	Confederal (31)	04
48	CEF B E	Manchester (21)	04	Confederal (24)	04
49	CED 02	Manchester (22)	13	Confederal (25)	04
50	CED 04	Manchester (23)	09	Confederal (32)	04
51	CED 05	Manchester (24)	09	Confederal (26)	04
52	CED 06	Manchester (25)	14	Confederal (27)	04
53	CED 07	Manchester (26)	06	Confederal (28)	04
54	CEM 03	Manchester (27)	10	Confederal (29)	04
55	CEMEIT	Manchester (28)	17	Confederal (33)	04
56	CEMTN	Servigel (23)	14	Confederal (30)	04
57	CILT	Manchester (29)	08	-----	-----
58	CEMAB	-----		Confederal (34)	04

FONTE: Secretaria de Educação do Distrito Federal – Coordenação Regional de Taguatinga - Outubro de 2015 (adaptado)

Considerando quais instrumentos de descentralização são usados pela Administração Pública, como aconteceu a terceirização do serviço público no Brasil, as medidas legislativas que buscam regulamentar a terceirização, esse acontecimento em estabelecimento de ensino e em se definindo a área a ser pesquisada. A existência de outros impactos severos nas relações de trabalho trataremos no capítulo a seguir dos processos de intensificação e precarização do trabalho.

CAPITULO III - PROCESSOS DA TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepção e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado e profano e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens (MARX; ENGELS, 1988, p.43).

Qualquer trabalho – seja ele escravo, camponês, fabril, intelectual, autônomo, assalariado – apresenta determinado grau de intensidade, envolvendo certo dispêndio quantitativo e qualitativo de energia e esforço do trabalhador na atividade concreta. Como salienta Marx (2012, p.470), na lógica do capital, para o capitalista, os espaços “vazios” ou “poros da jornada de trabalho”, que é o tempo morto em que não há produção, são resolvidos criando a condição subjetiva e objetiva para a intensificação do trabalho, “capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado”. Nesse sentido, “transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumentos objetiva e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo”. Assim, são empregados mecanismos que elevam a capacidade de produção dos trabalhadores para o capital, reorganizando as condições objetivas e subjetivas dos processos de trabalho.

O aumento da intensidade do trabalho pressupõe maior dispêndio de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho de mais intensidade corporifica-se, por isso, em mais produtos do que a jornada de menor intensidade, mas da mesma duração (MARX, 2002, p. 596).

Para descrever o processo de intensificação do trabalho, Marx (2012) emprega a metáfora da “porosidade”, de tal maneira que as partículas vazias são preenchidas como maior intensidade e ritmo. Outra metáfora é da “jornada composta por tempos vivos e mortos”, com a qual o autor explica que, numa jornada qualquer, os tempos de trabalho efetivo (tempo vivo) são intercalados de descanso (tempo morto).

Segundo Dal Rosso (2006),

Os capitalistas são responsáveis de imediato pela intensificação do trabalho, seu interesse em aumentar a produção leva ao aumento de número de horas do trabalho ao máximo possível e intensificação das horas de trabalho e passam então a investir em tecnologia e a exigir que os trabalhadores se adaptem ao novo ritmo que já nasce acelerado, intensificado (DAL ROSSO, 2006, p.46).

A relação temporal, sequencial e teórica entre jornada e intensificação da atividade laboral é desenvolvida por Marx, em 1979, que afirma que a jornada e a intensificação não são dois fatos isolados e estanques. Para ele, o capitalismo teve, como um dos seus pilares, o alongamento da jornada de trabalho. Dal Rosso (2008, p.33) esclarece que, quando os alongamentos de jornada alcançaram seu ponto máximo, houve um movimento para inclinar a curva, no sentido de diminuição de horas de trabalho. Dessa forma, os empregados passaram a dar mais atenção ao modo como o trabalho era exercido. Diz também que essa curva se modifica periodicamente e que se nota uma diminuição da duração da jornada de trabalho pela intensificação da ação laboral.

Dal Rosso (2006, p. 47) destaca que o “controle do grau de intensidade do trabalho é um dos focos de uma luta histórica entre empregado e empregador”. Sendo assim, o trabalhador tenta reduzir o ritmo e a intensificação e os capitalistas, aumentá-los. Dal Rosso (2006, p. 47) afirma que o grau de intensidade do trabalho apresenta duas faces opostas: uma em que “quanto maior a intensidade, maiores e melhores os resultados obtidos” e outra que é “caracterizada pela dilapidação e pelo desgaste do indivíduo”.

Mesmo durante a vigência do Estado do bem-estar social ou *welfare state* (1945-1970), Arretche (1995) diz que houve evidente aumento do lucro, da produtividade, da acumulação de capitais, do emprego e da renda, além de surgir outro expressivo conjunto de avanços sociais trabalhistas justificados pela inserção do Estado na formulação e na execução de políticas públicas.

Já Boneti (2006) fala que o acúmulo tecnológico – a cibernética, por exemplo –, alcançado nessa época de contenção do espírito liberal do sistema capitalista de produção, foi utilizado com a finalidade de desvalorizar o trabalhador e o trabalho vivo em todos os espaços de discussão política acerca da manutenção dos conflitos entre o capital e o trabalho.

Dessa maneira, “o capital soube tirar proveito dos avanços tecnológicos sem perder de vista a exploração selvagem da sua primordial fonte de riqueza: o trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 28) e isso acontece pela necessidade de acompanhar a competitividade existente em

seu setor. Cria-se, então, uma lógica em que se intensifica o trabalho. Os incrementos cibernéticos criam uma falsa sensação de que o trabalhador da era toyotista não mais se submete a controle de jornada nem extrapola o seu horário regular. Na verdade, o que se observa são os turnos mais intensos, por meio de conexão permanente do empregado ao ambiente virtual de trabalho, esteja em casa ou do outro lado do mundo. Ele se prende a mecanismos eletrônicos sofisticados capazes de captar, com extrema precisão cada passo do obreiro, dentro e fora do local de trabalho.

De acordo com Harvey (2010),

Para enfrentar a recessão econômica descortinada de vez com a crise do petróleo em 1973, o sistema capitalista deu início ao processo de superação do modelo fordista-keynesiano, promovendo uma reestruturação de expressiva magnitude, assim configurada pelo ingresso de fatores como: ataque sistemático e quase silencioso ao valor do trabalho; racionalização produtiva e busca de outros mercados para a sua comercialização; deslocamento da planta produtiva para regiões geográficas dispersas com a finalidade de enfraquecer o movimento de reação ou de enfrentamento com o trabalho organizado; fusões e incorporações empresariais voltadas para a formação de monopólios e oligopólios. Toda essa atitude significa o primeiro passo em direção a outro modo de acumulação de capital, o da acumulação flexível (HARVEY, 2010, p.137-140).

Nesse contexto, “a indústria da era de acumulação flexível, fiel à denominação capitalista ostentada, flexibiliza tudo, salvo os seus lucros e os efetivos controles sobre os processos do trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 31). A produção é extremamente seletiva, voltada para atender às necessidades imediatas dos mercados consumidores, havendo flexibilidade dos produtos de curta durabilidade e padrões de consumo fútil. As grandes empresas capitalistas horizontalizam o processo produtivo por intermédio da subcontratação de pequenas empresas, inicialmente, para o desempenho de funções especializadas e serviços de consultoria.

Harvey (2010) confirma que

A dispersão geográfica é caracterizada pelo deslocamento frequente de plantas produtivas entre os continentes, saindo de centros avançados para a periferia do capitalismo. Há aumento do setor de serviços fundamentais para a concretização da atividade produtiva. Em nome da concentração e centralização de capitais, as fusões e as incorporações empresariais assumem a titularidade de boa parte do capital mundial. A cibernética é a peça imprescindível para marcar a revolução tecnológica inserida nos meios de produção (HARVEY, 2010, p.145-151).

Assim, a acumulação flexível decorre de flexibilização não só dos processos, dos mercados, do trabalho, do produto, dos padrões de consumo e de vários outros, mas também de seu interior, em alguns dos “pressupostos fundamentais do modo de produção capitalista”, como no crescimento econômico baseado na exploração do trabalho vivo com o uso de incremento de tecnologias para dar conta das alterações ocorridas no meio de produção (MARX, 2012 p.823).

No Japão, a subcontratação, na era da acumulação flexível, modifica o perfil da relação entre o capital e o trabalho, a ponto de permitir a criação de novas técnicas de gestão organizacional das empresas, com a descentralização do processo produtivo, acarretando o fechamento de grandes fábricas e dando uma enganosa sensação de ter havido radical desindustrialização no mundo inteiro, quando, na verdade, na maioria das vezes, ocorreu a dispersão industrial por “mobilidade geográfica e verticalização” da cadeia produtiva instalada na periferia da periferia (HARVEY, 2010).

Sobre o sistema *Kanban*, Antunes (1999) descreve que ele nasceu de uma necessidade japonesa no pós-guerra. Os consumidores, contidos pela fragilidade econômica, realizavam pedidos e compravam produtos diferenciados em pequenas quantidades. Dadas as vantagens alcançadas por esse sistema, ele foi “aperfeiçoado para produzir de forma diversificada a fim de atender à demanda cada vez mais seletiva e exigente, nada sendo fabricado para além do consumo rápido, reduzindo-se os estoques” (ANTUNES, 2001, p. 23), a exemplo do ocorrido nas prateleiras dos supermercados dos EUA. A reposição dos produtos ocorre somente após o esvaziamento dos estoques.

De acordo com Antunes (2001):

O toyotismo desenvolve a sua produção de acordo com a demanda, com o elevado aproveitamento do tempo e eliminação de estoques, embora o faça para atender um mercado variado ou diversificado, heterogêneo e exigente. Ademais, prestigia o trabalho em equipe como pressuposto de multifuncionalidade ou polivalência de cada trabalhador e investe em programas de qualidade total e destina parte considerável desse processo às empresas subcontratadas (terceirização), de quem é exigido acatamento ao padrão aplicado no interior bastante enxuto da empresa principal (ANTUNES, 2001, p. 23).

Essa ideologia é afinada com o espírito da gestão toyotista dos processos de trabalho, pois, se assim não fosse, essa reestruturação produtiva japonesa teria encontrado focos de resistência mais efetivos contra os métodos postos em prática para a desvalorização da classe trabalhadora.

A apropriação da “totalidade” do trabalhador, inclusive de sua vida social, se fez por técnicas diversas, a começar pela tentativa de escamoteamento da disputa existente entre o capital e o trabalho. Superando o modelo fordista na dominação e na “alienação” da força de trabalho, o toyotismo quer ganhar o “corpo e a alma” dos trabalhadores, capturando integralmente a sua subjetividade, tarefa essa facilitada pelo incremento da automação no processo produtivo (MARX, 2012).

Com a terceirização, o que se nota são os aumentos das queixas sobre a acumulação de tarefas, dos alongamentos das horas, dos salários menores e de outros fatores (FIDALGO; FIDALGO, 2009, p. 91). Verifica-se que, a partir de um momento histórico específico do capitalismo contemporâneo, a reestruturação produtiva que se processou no seu interior conduziu e propiciou o surgimento de novas formas e relações de trabalho, pautados exclusivamente pela flexibilização da produção e do uso da força de trabalho.

Nascida nos Estados Unidos no século XIX, a terceirização ou *Outsourcing* se consolidou durante os anos findos da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) diante da necessidade de as indústrias bélicas se concentrarem no desenvolvimento da produção de armamento, delegando assim, algumas atividades de suporte às empresas prestadoras de serviços, mediante o estabelecimento de contrato. (ANTUNES, 2001)

No Brasil, as instituições de defesa do trabalho são frágeis e a terceirização do serviço público foi perfeita para o capitalismo global que valoriza a riqueza por intermédio da máxima exploração de mão de obra e da precariedade salarial. Com isso, o tópico a seguir traz a terceirização do serviço público no Brasil.

No intuito de desvelar quais processos de intensificação e precarização são vistos pelos trabalhadores nas escolas, sendo eles terceirizados ou não é que no capítulo a seguir escolhemos dentro da área a ser pesquisada as escolas e os participantes da pesquisa.

CAPITULO IV – PESQUISA DE CAMPO

ESTABELECEMENTOS DA PESQUISA

Foi escolhida uma escola de cada segmento, ou seja, Centro de Ensino Médio, Centro de Ensino Fundamental e Escola Classe, que possui os quadros de limpeza e conservação terceirizados na região administrativa de Taguatinga, Distrito Federal.

PARTICIPANTES DA PESQUISA

QUADRO II – Quanto ao sujeito e ao instrumento utilizado na pesquisa

Sujeitos	Instrumentos	Pessoas por escola	Total de sujeitos por segmento
Terceirizado	Entrevista semiestruturada e Questionário Socioeconômico	02	06
Professores	Entrevista semiestruturada	02	06
Diretor	Entrevista semiestruturada	01	03
Supervisor Administrativo	Entrevista semiestruturada	01	02

Fonte: Elaborado própria.

Para tanto, as técnicas de investigação foram entrevistas semi-estruturadas, observações nos locais de trabalho e questionário, usadas de maneira combinada, analisando a relação entre os conteúdos obtidos mutuamente.

As entrevistas semi-estruturadas e questionário foram realizados após a assinatura de Termo de Livre Esclarecimento (apêndice A), dentro do ambiente escolar, mas em ambiente reservado, evitando a interveniência de ruídos e o constrangimento dos trabalhadores. Por meio desses dois instrumentos de coletas de dados, foram extraídas informações, a respeito da percepção dos empregados concursados e terceirizados, sobre o local de trabalho, sobre a intensificação do trabalho, seu impacto e as formas de resistência e desistência dos trabalhadores. A partir de questionamentos e de questões trabalhadas no fenômeno social do qual faz parte a terceirização é que poderá interessar a todos e não somente aos entrevistados.

As entrevistas semi-estruturadas (apêndice B) foram realizadas para verificar questões de opiniões, atitudes, preferências e fatos. Elas aconteceram com um diretor, um supervisor administrativo, dois professores e dois servidores terceirizados de escolas terceirizadas na região de Taguatinga, Distrito Federal.. Sendo assim, houve onze profissionais concursados e seis terceirizados, perfazendo um total de dezessete entrevistas.

Por meio de questionário (apêndice C), foi feito um levantamento do perfil sociodemográfico dos trabalhadores. A análise dos dados foi feita de acordo com Bardin (1977), primeiramente, considerando os resultados significativos e fiéis que propõem inferências e adiantam interpretação a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. O tratamento dos resultados e das interpretações foram feitas mediante operações estatísticas, provas de validação, síntese e seleção dos resultados, inferências, interpretação e utilização dos resultados de análise com fins teóricos ou pragmáticos.

EIXOS DE ANÁLISES ENCONTRADO

Conforme já abordado, a análise das entrevistas baseou-se na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). O quadro IV – demonstra as partes tratadas em tópicos, as classes temáticas, categorias e subcategorias elaboradas através dos resultados obtidos com as entrevistas

Quadro III –Classe temática, categorias e subcategorias obtidas por meio das entrevistas

Partes	Classe Temática	Categorias	Subcategorias	
I	Implementação	Processo	Aleatório	Não discutido
			Processual	Discutido
		Concursado	Redistribuído	
			Profuncionário	Realocado
		Contrato	SEPLAN	Serviços limpeza
			SEDF	Serviços limpeza e outros
II	Intensificação	Diferenças	Carga horária	
			Salário	
			Profuncionário	
			Voto	
	Precarização	Salarial		
		Material		

III	Desistência	Favorável à terceirização atual	
		Favorável à terceirização de sua função	
		Desconhecimento da Lei 4330/04	
		Não participação de greve e paralisações	
		Não sindicalização	
	Resistência	Contra a terceirização	
Conhecimento das Leis			
Sindicalização		Participação em movimentos	
IV	Condições trabalhadores brasileiros	Perda de direitos trabalhistas	
V	Consciência frente aos desafios	Maior participação	

Fonte: Pesquisa de campo

Em seguida são apresentados individualmente cada parte, classe temática, categorias e subcategorias.

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Classe Temática: IMPLEMENTAÇÃO

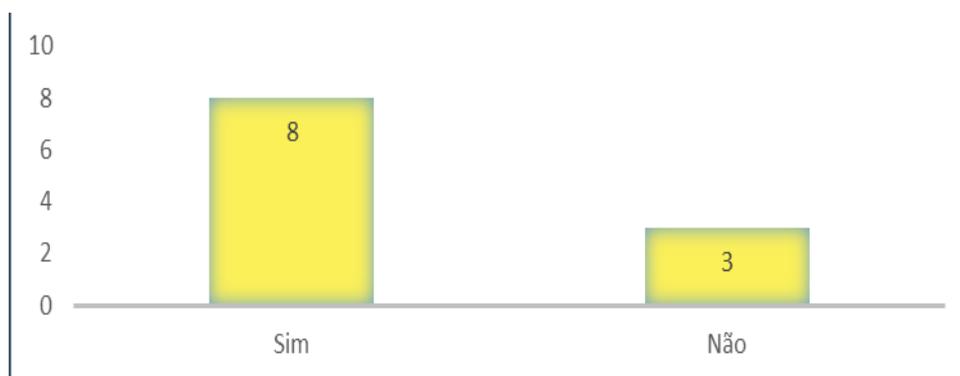
É fundamental investigar como ocorreu e como ocorre a implementação da terceirização da carreira de assistência à educação nas escolas públicas do Distrito Federal, levando-se em consideração as perdas ou não de direitos conquistados com base em processos contínuos de luta. O destaque é para movimentos grevistas e para outras manifestações de mesma intensidade capazes de desvelar as reais intenções no embate entre trabalho e capital, que acabam por resvalar nos processos educativos, estabelecidos no interior da escola.

No intuito de desvelar um dos objetivos específicos que é identificar como ocorreu o processo de implementação da terceirização na carreira de apoio, conservação e limpeza, foram feitas as questões de 01 a 03 da entrevista semiestruturada. A questão 01 dividiu sem em pergunta A: aos professores, diretores e supervisores administrativos envolvidos na pesquisa, sobre quem estava presente durante o acontecimento da implementação da terceirização. Conforme as respostas foram apresentadas, foi acrescentada a pergunta B: Como isso aconteceu?

De acordo com Bardin (2011), na análise proporcional do discurso, consideraremos a resposta sim para os que estavam presentes e não para os outros. Com essa “análise por agregação” da pergunta A, foi feita a organização da resposta. Na tabela abaixo que identifica

quantitativamente o número de entrevistados presentes durante o processo de terceirização da escola.

GRÁFICO V – Quantos entrevistados estavam na escola durante a terceirização.



Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com tabela, oito dos entrevistados estavam presentes na escola quando ocorreu a terceirização. A partir dessa identificação, foi solicitado que eles relatassem, um pouco sobre o ocorrido. Na pergunta B, determinamos o número de polos de atração ocorridos na resposta. Identificamos que os discursos dos entrevistados da Escola Classe e do Centro de Ensino traziam situações parecidas para o modo de contratação dos terceirizados e também para a situação do local que os concursados ficaram. Já no Centro de Ensino Médio, as respostas eram diferentes e o termo “aleatório” que ocorria em vários pronunciamentos. Esse termo designava a situação “no acaso” sem nada determinando. Dessa maneira, a tabela IX qualifica as entrevistas com os diretores como foco de principal análise, por serem entrevistas mais completas, pois todos os entrevistados dessa categoria estavam na escola durante o processo de implementação da terceirização nas unidades escolares pesquisadas.

QUADRO IV – Informação dos diretores acerca da implementação do processo de terceirização.

Pergunta B (para quem estava na escola)	CEF	EC	CEM
Pode informar como isso ocorreu?	“Devido a muitos problemas, a diretora da época optou que viesse a terceirização. Os servidores ficaram muito contentes, pois continuariam na escola exercendo outras funções: sala de apoio,	“Tem dois anos que começou com rumores. Todos concursados que tinham o curso do Profuncionário e que quiseram ficar ficaram em outras funções. Duas mudaram para perto de casa. Nós	“Faz muito tempo. Muitos problemas, greves, paralisações, brigas. Até adoeceram. Não queriam sair. Foram para todo canto. Não sei como foi contratado... dos que chegaram... primeiro

	<p>audiovisual etc. Só saiu aquele que optou por mudar daqui para ir para perto de casa. Mas tinha que ter o Curso Profucionário, apresentar o certificado. Os terceirizados foram bem recebidos na escola, são pais e ex-alunos daqui. Eu sei que o contrato é da SEPLAN, eles não são contratados para serviços da secretaria de educação, em outras escolas eles limpam calhas, bueiros, cortam gramas etc. Até reclamei, pois aqui não podem fazer isso.”</p>	<p>auxiliamos a empresa ‘S’, avisamos quando, onde e que seria aqui a entrega de currículo. Só comunidade, pais e ex-alunos, todo mundo saiu ganhando.”</p>	<p>era a empresa ‘JF’. Foi aleatório. A empresa contratou. Até maltrataram alguns deles, os da mesma classe . Não teve nem licitação. Quando teve, mudou para a empresa ‘M’ e é a mesma até agora.”</p>
--	---	---	---

Fonte: Pesquisa de campo

Nas suas respostas podemos verificar que o Centro de Ensino Médio foi uma das primeiras escolas a serem terceirizadas em Taguatinga, em 2000, desencadeando processos aleatórios para contratação de terceirizados, não discutidos entre funcionários, sindicatos, pais e alunos. Isso provocou a realocação dos concursados em novas escolas. Foi um período de greves e paralisações e até com adoecimento de concursados. Tal situação proporcionou “maus tratos” no recebimento dos terceirizados, de acordo com algumas respostas, por parte de alguns servidores que se sentiam prejudicados. Não houve licitação dos serviços e sim a contratação da empresa “Juiz de Fora”, feita pela SEPLAN/DF. Somente em 2009, houve licitação para contratação pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, e a empresa “Manchester” ganhou o processo, estando com o contrato até os dias de hoje. De acordo com a Regional de Ensino, o contrato apresenta suas especificações para atendimento a 29 escolas, mas não possui tabelas com aditivos do contrato.

Em contrapartida, a Escola Classe e o Centro de Ensino Fundamental, que foram terceirizados nos últimos quatro anos, estabeleceram novo processo de implantação da terceirização, com a participação do Sindicato dos Auxiliares em Educação do Distrito Federal (SAE/DF), um processo discutido e processual, de acordo com entrevistados.

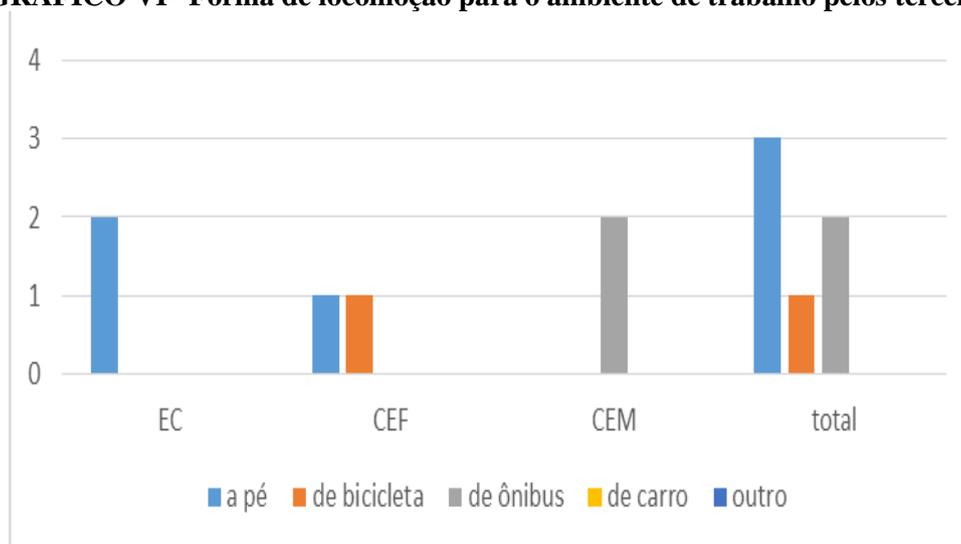
Acredito que esse processo se deu devido à existência de leis que normatizavam as categorias de trabalhadores em educação, pois, no âmbito federal, desde 2007, com a Portaria

n. 25, os servidores estão sendo estimulados a fazer o curso de aperfeiçoamento/formação/qualificação do PROFUNCIÓNÁRIO com recursos federais. E também em detrimento de Portaria do CNE/CEB n. 5/2010 que fixou diretrizes nacionais para orientação do Plano de Carreira Remunerado dos Funcionários da Educação Básica e que estimulou os movimentos sindicais com greves e paralisações em prol da implantação desse Plano de Cargos e Salários no Distrito Federal (PCS). Essas leis podem ter ajudado o Sindicato a discutir esse novo processo de terceirização. Tal assertiva merece nova pesquisa.

Nesse novo processo, os funcionários concursados são realocados na mesma escola, caso queiram e tenham o Certificado do Profuncciónário. Eles também recebem pequeno estímulo salarial no plano de carreira para a qualificação/aperfeiçoamento/formação na apresentação do Certificado ao Setor de Recursos Humanos da empresa e, em contrapartida, a Secretaria de Educação do Distrito Federal diminui sua necessidade de contratação para novas funções que, na prática administrativa, não existiam e que são fundamentais para a escola. Algumas das funções exigem que o funcionário ajude na sala de apoio, na segurança dos corredores das escolas, nas mecanografias, nas salas de áudio e vídeo, merenda, salas de leitura e outros cargos. Além de que, com a extinção de concursos para nível fundamental, essa contratação teria que ser a nível médio com um salário inicial maior do que é oferecido a esses trabalhadores qualificados.

Também, durante esse novo processo discutido, houve a participação da comunidade escolar. A direção da escola era responsável em informar para a comunidade a data, a hora e o local da entrega dos currículos. Nessas duas escolas pesquisadas, a entrega do currículo foi na mesma escola e havia preferência em contratar pessoas da comunidade escolar. Essas duas escolas pesquisadas possuem em seus quadros de terceirizados pais e ex-alunos.

Em uma das entrevistas com terceirizadas sobre a condição de morar perto da escola, foi colocado que, devido a esse quesito, ela tinha se mudado para outro setor longe da escola e não teve direito ao vale-transporte. Essa informação também foi confirmada pelo diretor e pelo supervisor administrativo. A terceirizada também informou que não fez a mudança de endereço na empresa com medo de perder o emprego.

GRÁFICO VI– Forma de locomoção para o ambiente de trabalho pelos terceirizados

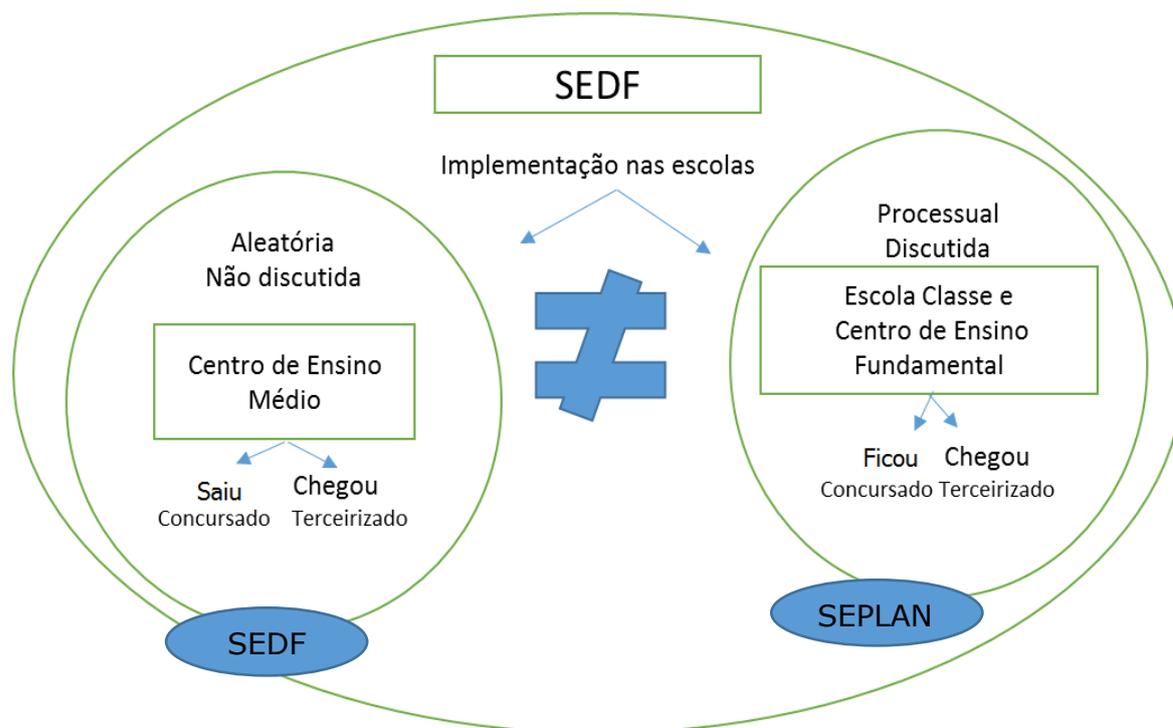
Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com gráfico VI, verificamos que somente o CEM possui trabalhadores terceirizados que se utilizam do transporte coletivo. Os demais utilizam-se de outros transportes.

Da análise geral, notamos que, de acordo com maioria das pesquisas, temos categorias do Método bem visíveis como “Hegemonia” de políticas a favor da terceirização, pois sem querer, no intuito de ajudar os concursados a permanecerem nas escolas o sindicato em meio a tantos problemas faz movimento que são contrários aos seus ideais; a “dominação” que está no processo de sujeição e de subordinação da classe por outra mais forte, exercido coletivamente e também subjetivamente; além da reprodução capitalista da condição de mais valia que pode ser verificada no valor do vencimento, ou salário do terceirizado. A “mediação” foi um dos meios que o Sindicato dos Auxiliares em Educação do Distrito Federal usou para qualificar os concursados e realocá-los na mesma escola. Essa mediação encontrada na vantagem do aumento salarial pela conclusão do curso de profuncionário no plano de carreira e na melhor qualificação desses profissionais.

Fizemos um esquema I abaixo que tenta mostrar como esse sistema está atualmente.

ESQUEMA I – ORGANOGRAMA DO SISTEMA IMPLEMENTAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo

Resumo desse Eixo:

Classe temática: Implementação

Categoria I : Processo

. Subcategoria – Aleatório (não discutido) e Processual (discutido); categoria

Categoria II: Concursado

. Subcategoria – Redistribuído(saiu) e Profundionário(realocados - ficou)

Categoria III – SEPLAN e SEDF

. Subcategoria: Diferenças na execução de serviços de limpeza

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Classe Temática: INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Para identificar um dos objetivos específicos da dissertação, a análise das condições de trabalho dos terceirizados, se há precarização e intensificação, analisaremos a seguir, as questões de número 04 a 17 da entrevista semiestruturada e o questionário socioeconômicos que se limitam ao cargo de conservação e limpeza dos terceirizados, aqui são elencadas a visão de diretores, supervisores administrativos, professores e terceirizados sobre as condições de trabalho dos terceirizados.

Após as entrevistas, perguntei aos entrevistados se queriam acrescentar algo que não perguntei sobre os terceirizados e pedi para, se possível, acrescentarem como está a questão do governo, da empresa e dos terceirizados. Esse material obtido foi de suma importância para agrupar os dados, de acordo com Bardin (2011, p.182) um material que se tornou rico em informação. Nessa perspectiva transcrevo partes da resposta do diretor e do supervisor administrativo de uma mesma escola.

QUADRO V – Acrescentar algo que não perguntei sobre terceirizados

Pergunta: Pode acrescentar algo que não perguntei sobre os terceirizados. Ou dizer como está esse ano a questão dos terceirizados e o governo?	
CEF	EC
“Foi um ano difícil, novo governo, dívidas do outro governo, então tinha que cortar gastos. E fizeram Decreto, diminuindo 25% dos terceirizados. A empresa veio aqui e deu aviso prévio. Ficamos loucos: como diminuir, quem iria fazer o serviço. Fui na Regional, eles se mobilizaram. E aí ficou.”	“Difícil, muito difícil. Aqui já teve paralisação, não pagaram, a empresa não recebe do Governo. Diminuir gastos, ainda pagam atrasados. Coitados! Recebem tão pouco e nem podem contar com isso. Teve decreto, fomos na regional. Não dava para ficar sem os terceirizados. Mas voltou.”

Fonte: Pesquisa de campo

Para analisar essas respostas, elencamos frases que, de acordo com Bardin (2011), podem ser relacionadas e, depois, podem ser juntadas em uma única análise. Surgiram: “ano difícil”, “Decreto com diminuição de terceirizados”, “25% de diminuição com esse Decreto”. Fatos ocorridos: Assinatura de aviso prévio por alguns terceirizados, preocupação com a

diminuição do quadro, solicitação à Regional que intervisse nessa diminuição. Houve mudança de contrato nessa escola: Sim e não. Houve diminuição de pessoal durante toda a terceirização: Sim e não. Motivos dessa diminuição: Justificativa de diminuição do espaço no Centro Educacional. E vários outros conectivos que ajudam a tradução dos relatos em um só relato. Esses relatos trouxeram um fato novo e relevante para a pesquisa sobre intensificação e precarização do trabalho terceirizado. Por isso, início a análise com ele.

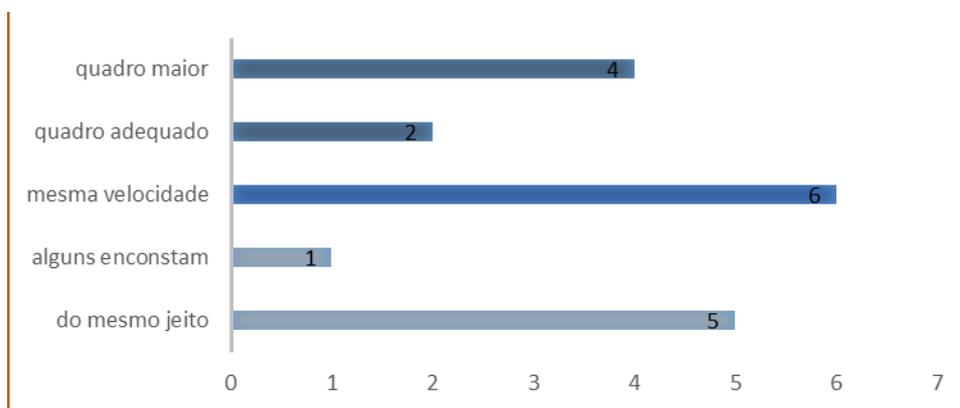
Na junção de todos os relatos dos diretores e supervisores administrativos, foi possível chegar à codificação de reagrupamento da situação e transcrever as colocações dos entrevistados. Todos informaram que esse ano foi difícil, que foi feito um Decreto por esse Governo, solicitando a diminuição de até 25% do quadro de funcionários dos contratos. Devido a isso, a Empresa Servigel, solicitou a diminuição de pessoas na escola, alguns chegaram a assinar o aviso prévio, e os diretores alegaram à Regional de Ensino não ser possível, já que estavam trabalhando com quadro reduzido. Assim, a Regional de Ensino fez documento para a Secretaria de Educação avisando da impossibilidade dessa diminuição.

Um Diretor acrescentou que teve a diminuição de um funcionário terceirizado quando teve reduzido o espaço físico da escola em que ele atua, já que havia cedido para CRET e, com isso, o número de alunos e turmas também havia reduzido. Ele também relatou que todos os diretores tinham preocupação com o número de funcionários terceirizados, pois, às vezes, é diferente o espaço físico atual da escola com o que consta no departamento de engenharia. Contudo ele tinha conhecimento de que contratos tinham que seguir o que constava na Sede da SEDF.

Para identificar se há ou não intensificação nos relatos dos terceirizados, foi feita relação quantificando as três perguntas da entrevista e relacionando-as com a intensificação do trabalho. Da pergunta de número três “Você considera que trabalha mais ou menos horas do que quando começou na empresa? ”, surgiu a expressão “do mesmo jeito” e “alguns encostam”; na pergunta de número quatro “Acha que a velocidade de realização das tarefas hoje é maior que anteriormente? ”, surgiu somente a expressão “mesma velocidade”; E a de número dezesseis “O quadro de servidores é adequado para o cumprimento das tarefas? ” Resultou em expressões, como “quadro adequado” e “quadro maior”. Junto à questão de número três também foi perguntado se “É comum fazer horas-extras? E recebe por isso? ” E todas as respostas foram que não têm direito a horas-extras e que não as fazem.

Os resultados quantitativos dessas expressões estão nos gráficos a seguir:

GRÁFICOVII – Intensificação do trabalho



Fonte: Pesquisa de campo

A análise da questão 3, trazendo a visão só dos funcionários terceirizados demonstra que eles consideram que a carga horária trabalhada se mantém a mesma desde o início da contratação. Somente 1 (um) terceirizado disse que “alguns encostam”. Quanto à resposta 4, todos concordam que é a mesma velocidade utilizada para fazer o serviço desde o início. Na resposta 16, há uma discrepância entre as respostas anteriores, pois, nesta resposta, a maioria diz que o quadro de funcionários terceirizados deveria ser maior do que o atual. Se levarmos em consideração as perguntas relativas a esse conteúdo feita para diretores, supervisores e professores as respostas informam que eles enxergam uma intensificação, pois quando se terceiriza se há uma ideologia que os funcionários serão mais rápidos, com mais qualidade na execução do trabalho em tempo recorde, mesmo se o pedido para executar a tarefa seja feito no final do expediente. Junto com a questão número três, também foi perguntado se é comum fazer horas-extras, se recebem por isso, e todas as respostas de terceirizados, professores, diretores e supervisores foram que não têm direito a horas extras e por isso não as fazem.

Foi feito um pedido para diretores, supervisores e professores para que falassem um pouco sobre as atividades desses servidores em relação aos serviços? Com que público lidam? Que horas chegam? O que fazem? E também pedimos aos terceirizados para comentarem sobre a rotina na função. Cada escola tem uma realidade, trabalha de maneira diferente, mas é possível achar ações comuns. Diretores e supervisores informaram que, quando delegam para um grupo as ações, facilita o trabalho na falta de um profissional, já, que quando alguém falta

sem avisar pela manhã, não há tempo hábil de pedir substituto. O que ocorre é que o grupo faz a limpeza da sala enquanto o funcionário não chega. Porém existe um quadro de tarefas para responsabilizar o chefe da limpeza de cada sala, ou seja, cada funcionário tem salas de sua responsabilidade para encerrar e deixar lavada. Há um vínculo entre as perguntas que denotam o olhar dos diretores, supervisores administrativos, professores com as descritas pelos terceirizados. Para explicar esse processo, há quadro abaixo que mostra a realidade de uma das escolas pesquisadas.

Essa tabela leva em consideração o tempo previsto para limpeza de salas entre o período de entrada do servidor e o início das aulas, em cada turno. Deve-se considerar que as escolas que possuem turno noturno, não possuem servidores de conservação e limpeza terceirizados para o período. Os diretores e supervisores colocaram servidores concursados que estão na sala de apoio noturno para dar uma ajuda em caso de necessidade.

Os supervisores administrativos ao informar que existe a divisão das atividades por grupos relataram que isso acontecia pois quando um terceirizado faltava o grupo que era responsável limpava tudo. Isso acontecia, pois, mesmo a empresa terceirizada mandando outro funcionário para substituir, as salas tinham que está limpa antes do recebimento ou solicitação desse funcionário.

QUADROVI – Divisão de Grupos e atividades laborais por período de trabalho.

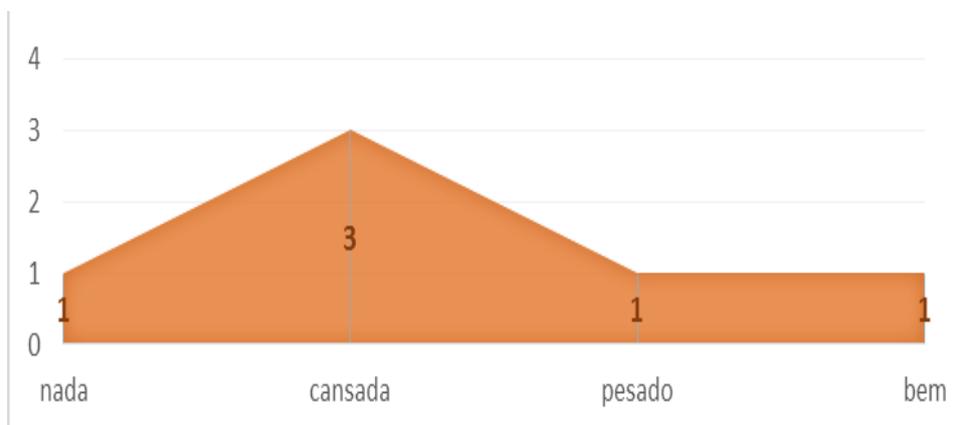
	6h as 7:30h	7:30 as 12:30	10h as 12:30h	12:30h as 13:00 h	de 14h as 15 h	de 14 as 18h	15h	18h as 19h
Grupo de: A (3 pessoas)	salas 01 a 09	biblioteca, direção, sala de recurso, limpar banheiros dos meninos antes e após intervalo		Quadra de esportes e banheiro dos meninos e das meninas	Limpeza de pátio		saída	
Grupo de: B (2 pessoas)	Salas 10 a 15	secretária, assistência, banheiro das meninas antes e após		sala dos professores, banheiro dos professores e copa	Limpeza de pátio		saída	

		intervalo						
Grupo de C (3 pessoas)	=	=	limpeza pátio	Salas 01 a 09		biblioteca, direção, sala de recurso, limpar banheiros dos meninos antes e após intervalo		Quadra de esportes e banheiros dos meninos e das meninas
Grupo de D (2 Pessoas)	=	=	limpeza pátio	Salas 10 a 15		secretária, assistência, banheiro das meninas antes e após intervalo		Sala dos professores, banheiro dos professores e copa

Fonte: Pesquisa de campo

A tabela acima traz um retrato do trabalho desses profissionais com delimitação de tempo e tarefa. Todos ainda comentaram que, quando chega material para descarga, como livros, cadeiras, carteiras etc., são os terceirizados que fazem esse serviço, além de outros. E nota-se que existe período em que essa intensificação de trabalho é maior, citado pelos encarregados que a entrada do turno vespertino é muito corrida. Houve pergunta similar para terceirizados sobre intensificação do horário de trabalho. E nas respostas dos terceirizados cada grupo responsável de limpeza de salas tendeu para o horário em que trabalha, ou seja, os que entram seis horas da manhã acham que é esse o horário mais corrido e os que entram dez horas da manhã identificaram o intervalo entre as mudanças de turno. Sendo assim esses trabalhadores relatam a intensificação no mesmo período citado pelos supervisores administrativos.

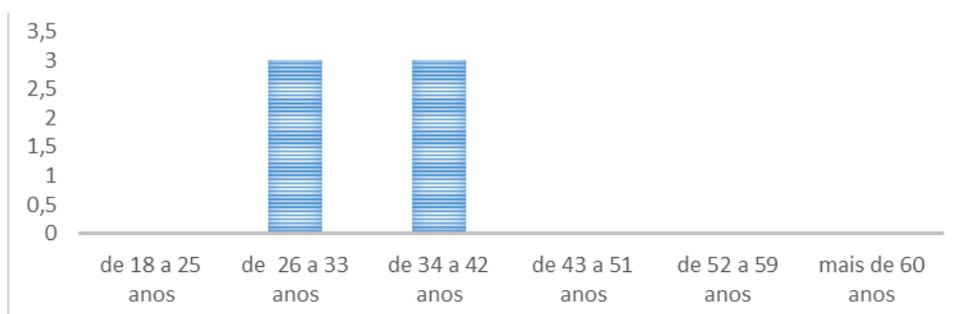
Ainda para verificar se há intensificação do trabalho foi feita a pergunta da entrevista de número 12 para terceirizados: Como você geralmente se sente após uma rotina de trabalho?

GRÁFICO VIII– Estado físico após a rotina de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo

Notamos que a maioria das respostas estão vinculadas à intensificação do trabalho. De acordo com Yannoulas (2013) a profissão de limpeza é ocupada pela maioria do sexo feminino. Destaca, também que grande parte dessas trabalhadoras tem jornadas duplas ou triplas, e ainda são acometidas e penalizadas pelo desconhecimento de doenças ocupacionais e as várias jornadas de trabalho, por isso uma intensificação maior de cansaço com essas trabalhadoras.

As próximas tabelas também se relacionam com as condições de trabalho dos terceirizados. Nelas podemos ver: idade, sexo, escolaridade, qualificação, produtividade e cobrança de resultados.

GRÁFICO IX– Idade do Terceirizado

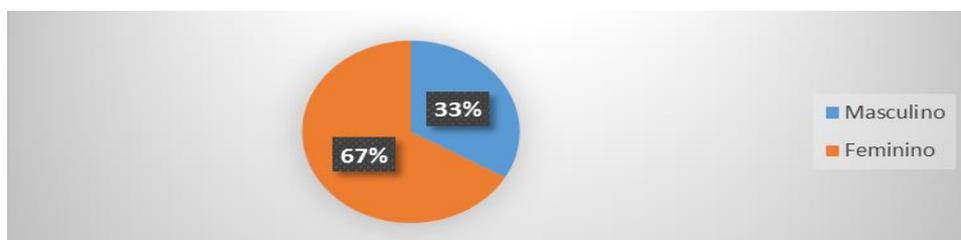
Fonte: Pesquisa de campo

Notamos que, de acordo com tabulação dos dados da idade dos pesquisados, todos se encontram no intervalo de 26 a 42 anos. E, de acordo com diretores e supervisores administrativos, a maioria dos terceirizados possui idade menor que 35 anos. Cito a resposta de um diretor sobre o assunto: “um dos fatos de se ter terceirizado a carreira nas escolas foi a idade dos concursados, que ficam velhos e não dá conta do trabalho que é pesado. Além de que, as empresas terceirizadas contratam pessoas mais jovens e quando o terceirizado não dá conta do trabalho... ele é dispensado.”

O resultado da análise é a alta rotatividade desses trabalhadores. Esse resultado também foi encontrado em pesquisa de 2012 feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que concluíram no estudo sobre a dinâmica das contratações no trabalho terceirizado a alta taxa de demissão mensal nos postos terceirizados e a alta rotatividade desses trabalhadores.

Sobre o sexo dos terceirizados pesquisados, a análise foi feita a partir respostas dos questionários.

GRÁFICO X – Sexo dos terceirizados pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo

Como os questionários foram realizados somente com os terceirizados esse resultado de 67% se deve a amostra do mesmo.

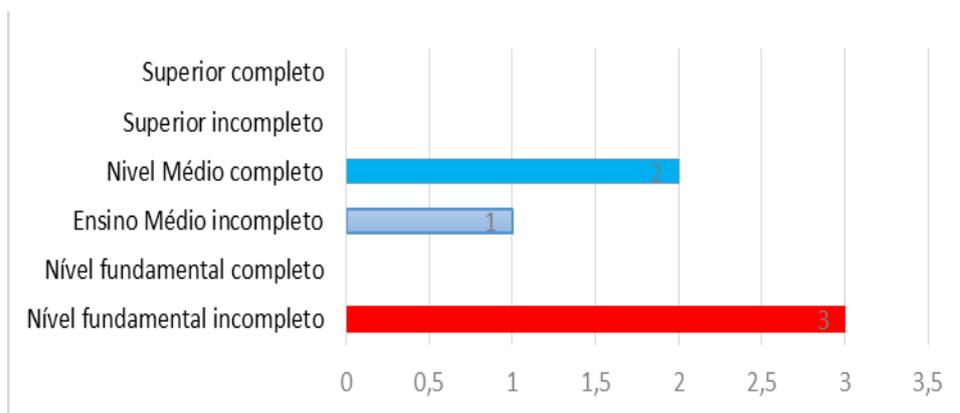
Já em 2009, pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) trouxe resultados que existiam no Brasil 7,2 milhões de brasileiros trabalhando na limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios e destes 93% do total, seis milhões, eram mulheres.

Podemos identificar a ênfase na permanência das mulheres na ocupação de cargos de limpeza e conservação, o que ocorre historicamente com o fenômeno de ocupações que falam de habilidades e capacidades femininas. E também podemos relacionar com as condições de

precarização do trabalho delas que se tornaram maioria em atividades de menor prestígio, como auxiliares de serviços gerais e limpeza.

Quanto à escolaridade dos terceirizados, a tabela abaixo foi feita a partir dos resultados do questionário.

GRÁFICO XI – Escolaridade dos terceirizados

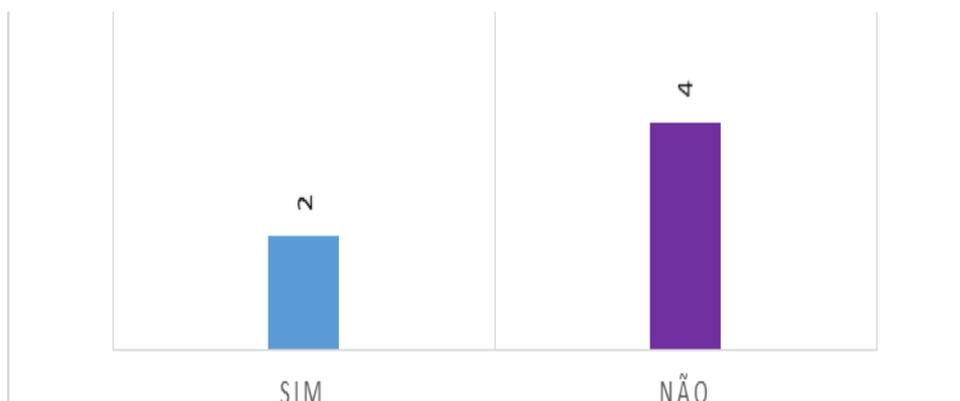


Fonte: Pesquisa de campo

Esses dados foram tabulados de acordo com questionário respondido pelos terceirizados e demonstram que muitos ainda não terminaram o ensino fundamental. Esse dado também apareceu na entrevista de diretores e dos supervisores administrativos que informaram que as maiorias não terminaram o ensino fundamental.

Sobre a qualificação dos terceirizados surgiu a seguinte resposta

GRÁFICO XII – Possui curso de qualificação profissional?

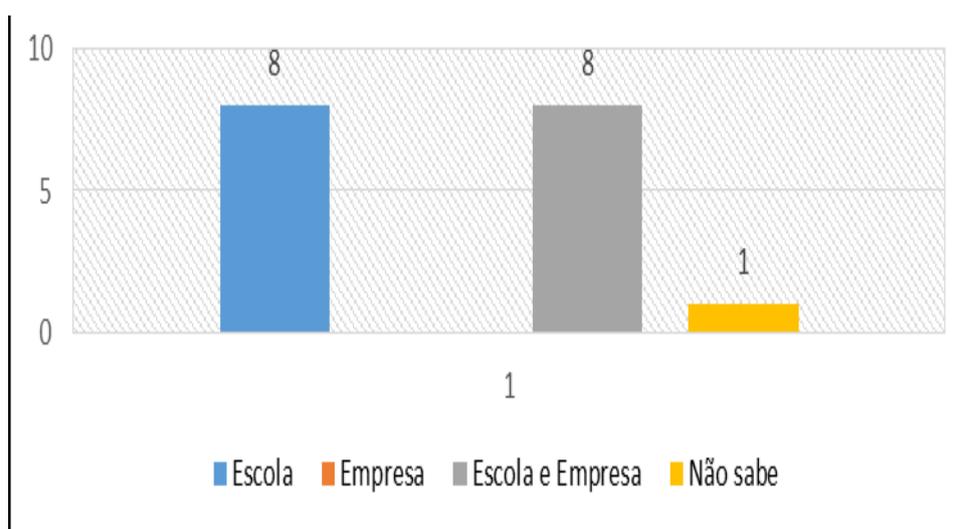


Fonte: Pesquisa de campo

Esses dados mostram que alguns terceirizados ainda se preocupam em fazer cursos de qualificação e aperfeiçoamento. Os supervisores reclamaram muito desse quesito, informaram que muitos terceirizados não sabem usar os equipamentos, como bota, luvas, máquinas etc. e que não estão preparados para usar a quantidade correta de detergente, desinfetante, cera etc., além de que não há preparo para contenção de gastos para água ou energia e que não foi ofertado pela empresa o curso para esses terceirizados.

Quanto à cobrança dos resultados, foi perguntado para professores, diretores, supervisores e terceirizados quem é o responsável em cobrar resultado deles.

GRÁFICO XIII – Quem cobra os resultados dos terceirizados

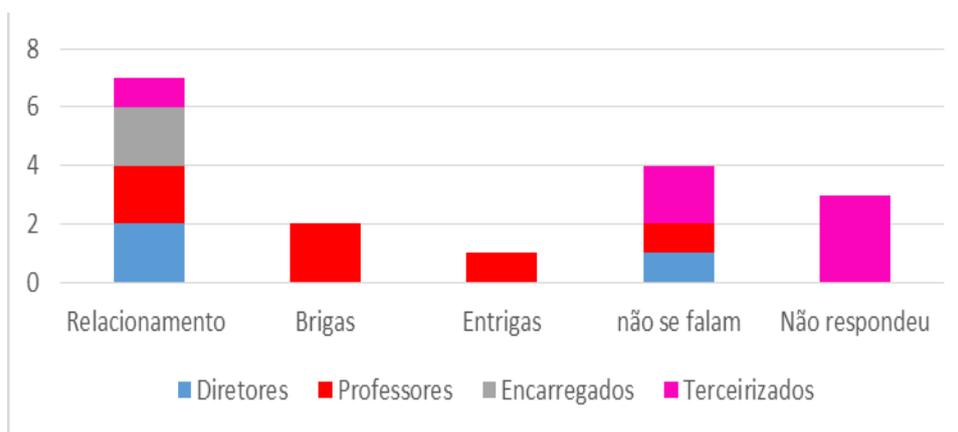


Fonte: Pesquisa de campo

No contexto geral de todos os entrevistados a escola e a empresa terceirizadas são responsáveis pela cobrança. Mas se considerarmos por classe de entrevistado, a maioria dos terceirizados tem consciência da cobrança de resultados, mas muitos relataram ser a escola quem cobra. Os diretores e supervisores administrativos respondem que é uma das funções conjuntas dos supervisores da escola e da empresa. Entretanto, os supervisores administrativos da escola reclamam que um só encarregado da empresa para tratar de todas as escolas de Taguatinga, dificulta o trabalho. Já uma professora diz não saber quem faz essa cobrança.

Quanto aos principais problemas elencados por professores, diretores, supervisores e terceirizados, foi feita a tabela abaixo:

GRÁFICO XIV – Quais os principais problemas entre os terceirizados elencados pelos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo

Todos identificaram problemas que fazem parte do relacionamento humano e do ambiente de trabalho. Porém, o sofrimento desses trabalhadores durante o trabalho deve ser pesquisado para se poder elencar quais fatos importantes que os faz terem esses comportamentos que podem levá-los ao adoecimento e descobrir qual alívio pode ser dado para que esses trabalhadores possam compreender o processo das relações, suas causas e aprender a proteger-se.

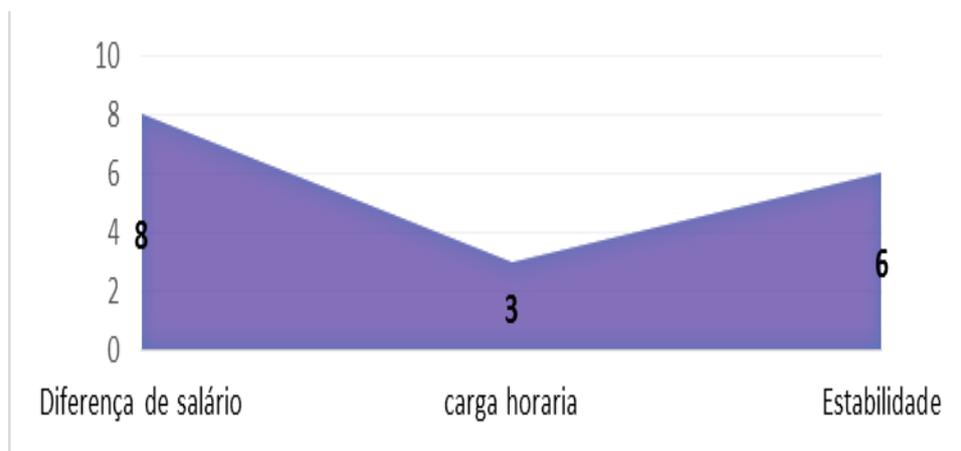
As contradições de uma organização entre os próprios trabalhadores, todos os conflitos potenciais que possam emergir entre os trabalhadores e cidadãos de diversas categorias e situações. Quando a organização está em análise vários são os objetivos que estão por traz dos interesses por sua conservação, mas ressalto um que Enriquez (1990) chama de objetivo mais ambicioso que o é considerar o sentido do inconsciente que se deriva de fenômenos históricos, econômicos e políticos.

Nesse ponto a organização não define quais os modos de defesa os trabalhadores podem usar contra o desconhecido, os outros, e os comportamentos que são necessárias da coerência de ação e sim preocupa-se em usar da coerção dessa ação contra os seus trabalhadores e, assim cria o melhor trabalhador entre todos. O mundo torna-se então o mundo no qual a estabilidade no trabalho é baseada no conflito: concorrência econômica

desleal, discordância política, brigas individuais ou grupais e outros. Destaco que nesse ponto seriam necessárias outras pesquisas.

Quanto às diferenças entre o trabalho dos concursados e terceirizados, a análise do questionário possibilitou o surgimento do gráfico de palavras abaixo.

GRÁFICO XV– Diferenças entre concursados e terceirizados



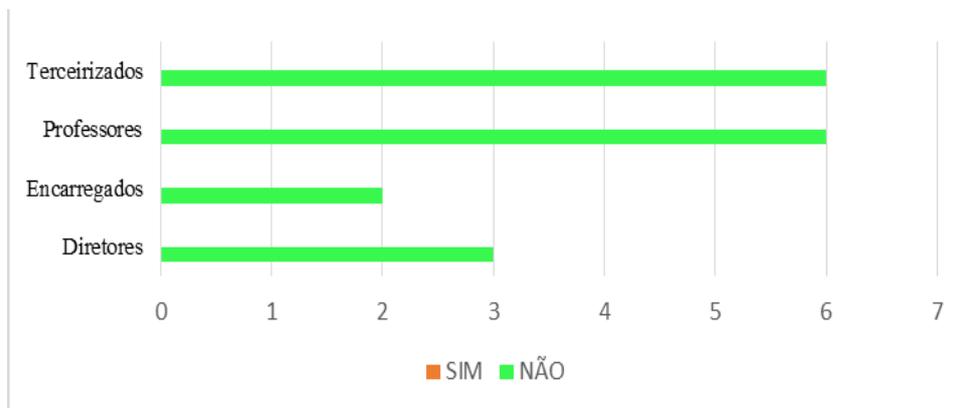
Fonte: Pesquisa de campo

Existem outras diferenças e as mais citadas se referem a conquistas dos concursados durante muitos anos de mobilizações. Cito Gaulejac (1987) pois noto que os trabalhadores brigam para manter os empregos, muitas vezes, deixando de lado as conquistas trabalhistas.

Em uma perspectiva marxista, como um fenômeno de alienação econômica (a não propriedade dos meios de produção) que separa os trabalhadores dos meios de produção e do produto de seu trabalho; - recentemente, como um fenômeno, sobretudo político, um fenômeno de imposição, de controle sobre as decisões e a organização do trabalho; - do nível ideológico, como um fenômeno de apropriação do sentido e dos valores e; - ao nível psicológico, como fenômeno de alienação psicológica, de dependência, de projeção e introjeção, e sistemas inconscientes de defesa coletiva. (PAGES, BONETTI, GAULEJAC E DESCENDRE, 1987. p. 12)

Destaco aqui, a necessidade dessa pesquisa continuar para se poder verificar, se os gastos feitos pelo estado com as empresas terceirizadas seriam menor do que com os concursados, e se nos contratos e seus aditivos esses valores não poderiam ser uma conquista dos trabalhadores.

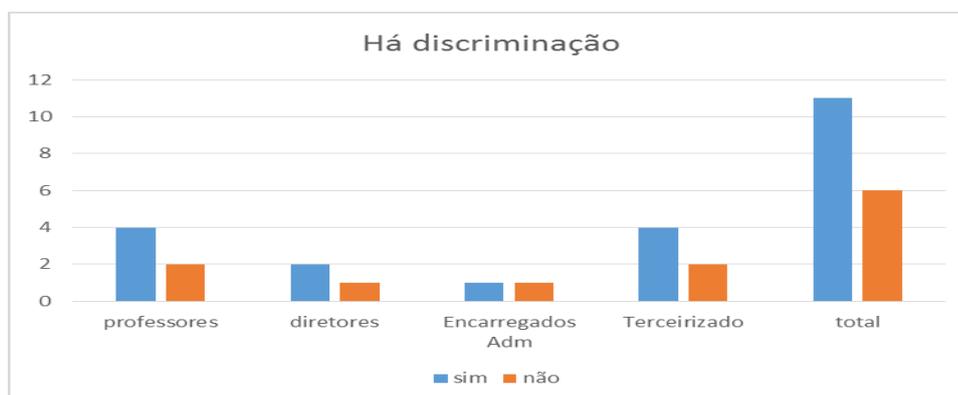
Quanto a precariedade do trabalho terceirizado foram feitas duas perguntas: A primeira tratava somente da precariedade do terceirizado e de acordo com gráfico abaixo todos os entrevistados não consideravam precário o trabalho dos terceirizados.

GRÁFICO XVI– Visibilidade da precarização por segmento.

Fonte: Pesquisa de campo

Mas a segunda pergunta foi sobre a precariedade salarial e material e as respostas foram que as empresas não estão fornecendo material de qualidade ou adequado para proteção individual. Houve reclamação sobre a péssima qualidade dos sacos de lixo, das luvas, dos desinfetantes, das vassouras, dos rodos e de outros utensílios. Na maioria dos relatos dos entrevistados consideraram que o fato dos terceirizados receberem 01 (um) salários mínimo, terem carga de 44 horas semanais, maior que de todos os outros funcionários da escola, os quais fazem, no máximo, 40 horas, indicaria que há precarização salarial desses pesquisados terceirizados. Seria a precariedade material referente má qualidade do material e a precariedade salarial o não cumprimento do seu objetivo constitucional que garante salário digno que seja capaz de atender as necessidades vitais do trabalhador.

Sobre a existência de discriminação entre os terceirizados e concursados, foi feita a pergunta para todos os entrevistados. O resultado foi tabulado na tabela abaixo.

GRÁFICO XVII – Existe discriminação entre concursado e terceirizado

Fonte: Pesquisa de campo

O resultado é que a maioria diz existir discriminação com esses trabalhadores, mas esse resultado deve ser explorado, pois pesquisas sobre esse item ajudariam a relatar quais seriam essas discriminações. Nas entrevistas dos terceirizados alguns citaram que alguns professores e servidores nem falavam com eles, passavam e nem dava bom dia. Já os professores, encarregados e diretores levaram a discriminação para as condições de trabalho precário como: salário e horas trabalhadas.

Fizemos um esquema com uma análise geral das condições de trabalho desses terceirizados e algumas palavras também foram elencadas como categoria e subcategorias da intensificação do trabalho terceirizado. Na categoria Precarização, os entrevistados elencam a precariedade salarial e material desses trabalhadores terceirizados. Destaca que não há incentivo para participação de cursos de formação, cursos para melhor utilização de material e equipamentos, cursos de capacitação, além de outros. Já em outra categoria encontrada, “intensificação das condições de trabalho”, se destacam a carga horária desses trabalhadores, os salários recebidos, a falta de participação no processo democrático de escolha de diretores das escolas, já que os terceirizados não podem votar. Nesse processo verifica se que o trabalhador é o responsável pela crise econômica, sua mão de obra é cada vez mais explorada, não participação nos processos democráticos inclusos na escola.

Abaixo o Esquema II foi feito para uma análise geral desses terceirizados.

ESQUEMA II – CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TERCEIRIZADOS

Condições de trabalho dos terceirizados		
Visão de diretores, supervisores administrativos, professores e terceirizados	Condições de trabalho dos terceirizados elencadas pelos entrevistados	
<ul style="list-style-type: none"> • Diretores e supervisores adm.: Vários contratos, várias cláusulas, contratação por órgãos diferentes, não recebimento de contrato, recebeu somente minuta informando serviços. Professores e terceirizados desconhecem tudo sobre o contrato de terceirização. • Diferença de contrato – Contrato S, feito pela Secretaria de Planejamento. E por não ter sido feito para escola, não faz várias tarefas que o contrato M faz, como limpeza de caixa de água, poda em árvores, limpeza de esgoto, limpeza de telhado e calhas, e vários outros serviços. Contrato M feito com a Secretaria de Educação do Distrito Federal • Categoria do método encontrada: Contradição, pois são servidores trabalhando em escola da SEDF para a mesma função com atividades diferentes. • A categoria do método: Intensificação acontece de acordo em todas as condições elencadas ao lado. • Não foi encontrada a categoria precarização do trabalho e sim precarização de equipamentos e materiais e precariedade salarial . 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição de postos de trabalho • Feminização da profissão • Baixa escolaridade • Sem curso de qualificação e aperfeiçoamento • Maioria de idade até 35 anos • Esforço físico demandado • Intensificação pela palavra cansaço e tabela de tarefas com intensificação de serviços relacionado com o tempo de realização da tarefa • Cobrança de resultado pela Escola e Empresa • Problemas de relacionamento interpessoal entre os terceirizados • Não reconhecido como trabalho precário, feitas as considerações sobre precariedade de equipamentos e material • Diferenças entre concursados e terceirizados: Salário, carga horária e estabilidade 	
<div style="border: 2px solid blue; padding: 10px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p>CEM CONTRATO M SEDF</p> </div>	<div style="font-size: 2em; color: blue; margin: 0 auto;">≠</div>	<div style="border: 2px solid blue; padding: 10px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p>EC/CEF CONTRATO S SEPLAN</p> </div>

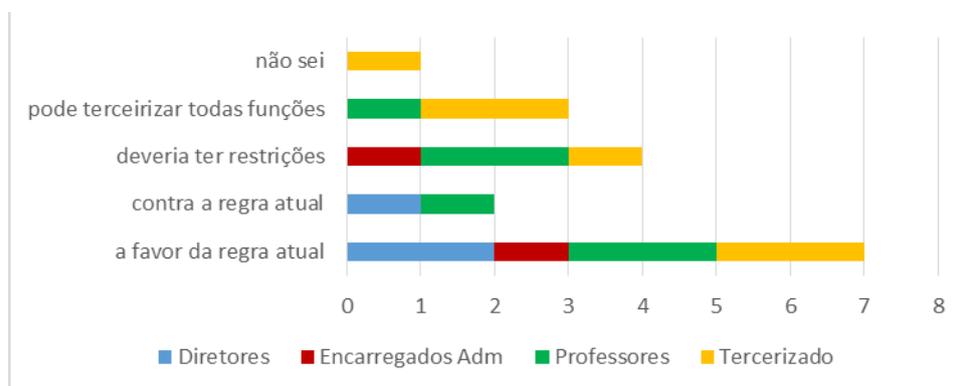
PAR DIALÉTICO RESISTÊNCIA/DESISTÊNCIA À TERCEIRIZAÇÃO

O item identifica os elementos de resistência e desistência à terceirização nas funções de Diretor, Professor, Supervisor Administrativo e Terceirizados, as questões de número 18 a 25 da entrevista semiestrurada.

As questões relacionadas a esse eixo foi feita com vínculo ao cargo de cada profissional entrevistado, ou seja, as categorias de terceirizados, de diretores, de supervisores administrativo e de professores e relação direta com a terceirização da sua função.

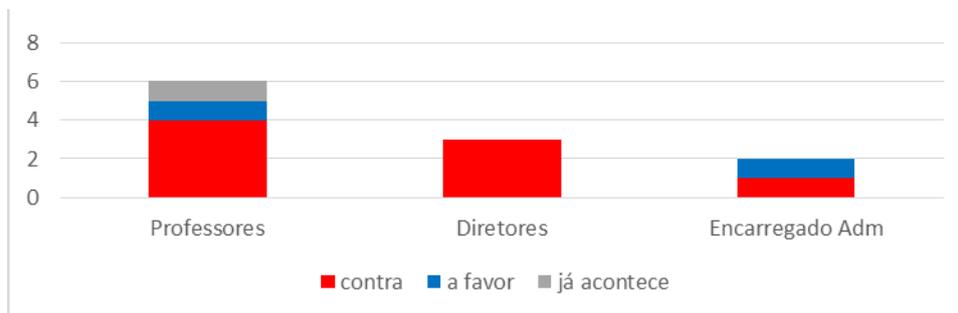
Saber a opinião dos entrevistados sobre a terceirização atual, para isso fizemos a pergunta sobre o que eles achavam da terceirização atual. E, de acordo com as respostas, foi feita a tabela abaixo com as categorias que apareceram nas entrevistas.

GRÁFICO XVIII – Opinião sobre da terceirização



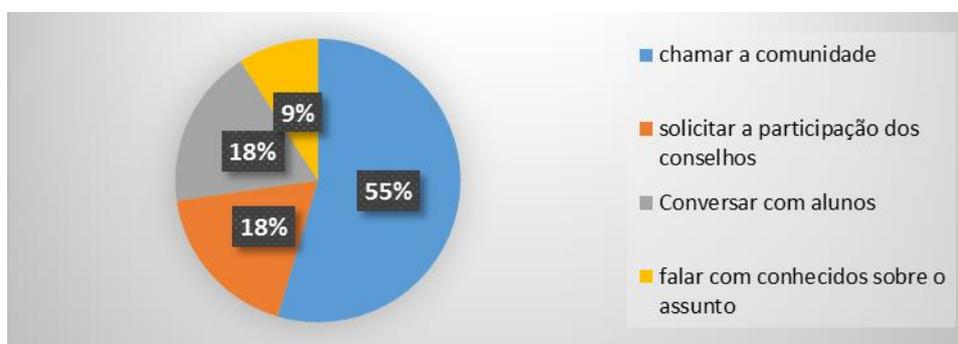
Fonte: Pesquisa de campo

Muitos consideraram a terceirização um mal necessário, por isso são favoráveis à lei atual. Também consideraram um meio de o Estado economizar dinheiro e consideram a terceirização um processo que tende a aumentar. Notaremos em outra tabela que quando a pergunta muda para um grupo individual, e se pergunta o que acha da terceirização de sua função, o resultado é diferente e está tabulada abaixo, considerando as categorias que aparecerem nos relatos “a favor” ou “contra” a terceirização. E apesar de alguns professores entrevistados concordar que o contrato temporário de professores é uma forma de precarização do trabalho dos professores e também de terceirização.

GRÁFICO XIX– Opinião sobre da terceirização na própria função que exerce

Fonte: Pesquisa de campo

Os diretores colocaram que não estão na função por questões financeiras, mas sim porque gostam, que são necessários a vivência e o conhecimento da necessidade da escola para melhor administrar e que esse cargo deve considerar o desejo da comunidade em escolher seu gestor. Os supervisores administrativos elencaram o sigilo que esse setor deve ter, mas têm posições contrárias à terceirização de sua função. Já a maioria dos professores é contra a terceirização e alguns citaram a liberdade em ensinar, comparada a algumas escolas particulares que têm essa liberdade limitada. Uma professora considera o contrato temporário para professores uma terceirização da função. Para analisar qual ação promoveriam se fossem contra a terceirização, foram colocadas algumas respostas para poder tabular a porcentagem em tabela abaixo.

GRÁFICO XX– Ações de Resistência Individual

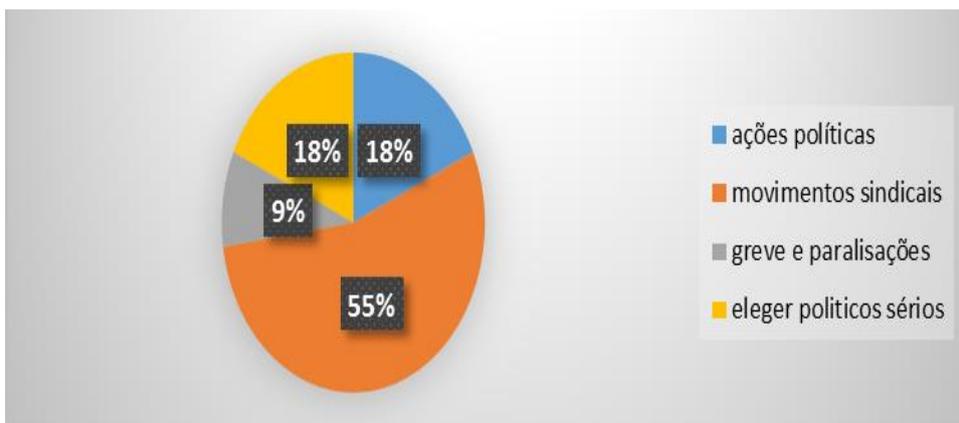
Fonte: Pesquisa de campo

Essas foram as principais respostas encontradas na entrevista feita com diretores, supervisores administrativos e professores e chama a atenção que, mesmo sendo uma

resistência individual, a maioria chamaria a comunidade para participar e pode tornar essa ação coletiva.

Quanto às ações coletivas, também elencamos as categorias para poder tabular os dados abaixo

GRÁFICO XXI – Ações de Resistência coletiva

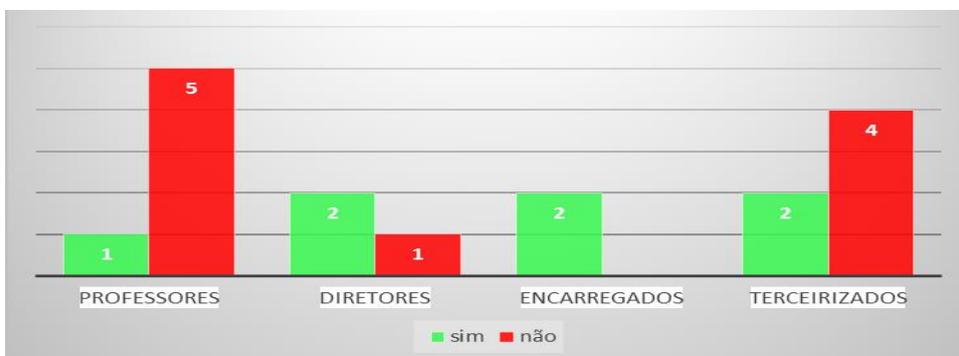


Fonte: Pesquisa de campo

As palavras vinculadas com o sindicato são maioria absoluta, o que denota o papel principal do sindicato em ações coletivas.

Sobre a Lei 4330/04 que terceiriza até as funções fins, foi feita a pergunta para os entrevistados se tinham conhecimento dela.

GRÁFICO XXII- Você conhece a Lei 4330/04.

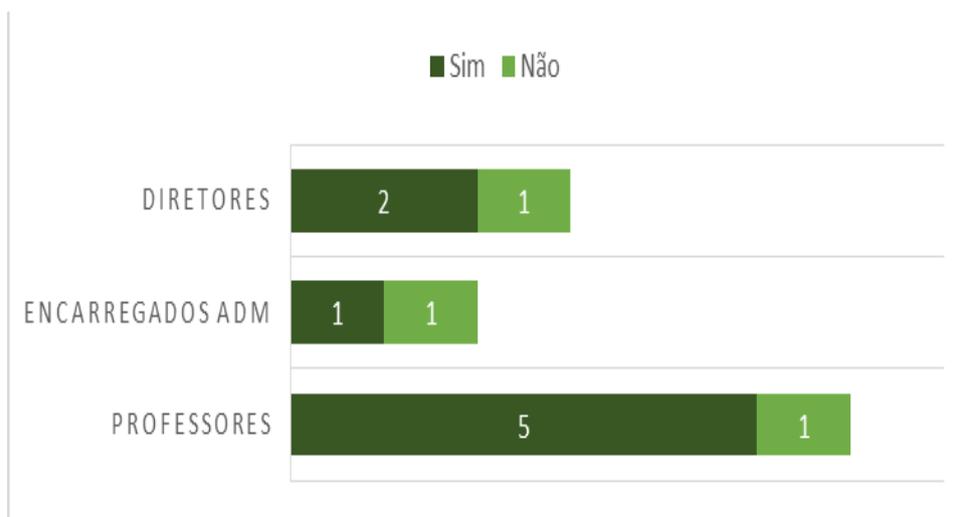


Fonte: Pesquisa de campo

Esses resultados chamam a atenção para a categoria de professores que possui grande número de pesquisados sem conhecimento da Lei n. 4330 que terceiriza todas as funções.

Quanto à sindicalização dos entrevistados, foi feita a pergunta se eram sindicalizados, e surgiu a tabela abaixo.

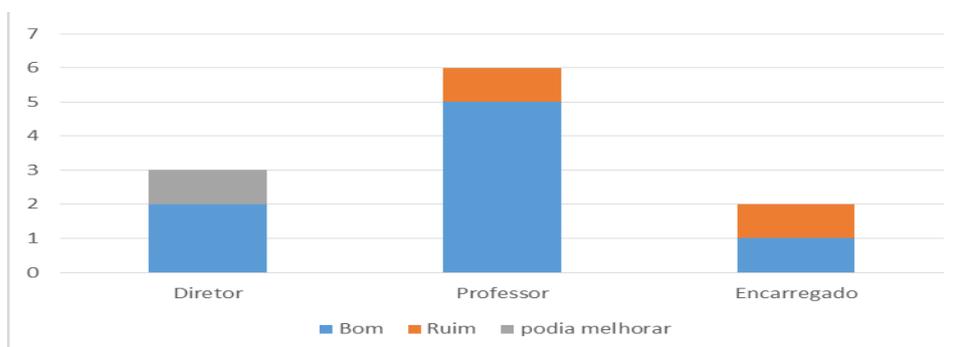
GRÁFICO XXIII –sindicalização dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo

A maioria dos entrevistados é sindicalizada. Além de saber quantos entrevistados são sindicalizados, as entrevistas evidenciaram como eles consideram o sindicato, e surgiu a tabela abaixo.

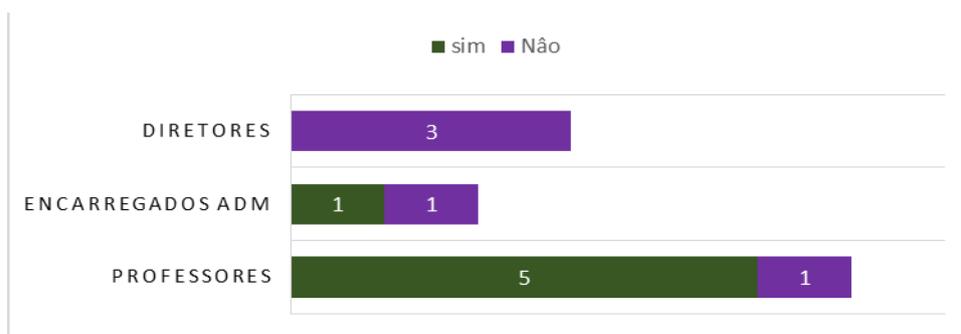
GRÁFICO XXIV – Opinião sobre o sindicato



Fonte: Pesquisa de campo

A maioria dos entrevistados considera o sindicato bom. Chamo atenção para o fato de que os supervisores são de sindicatos diferentes dos professores e diretores. Quanto à participação dos entrevistados em movimentos sindicais, a tabela abaixo indica:

GRÁFICO XXV – Participação em movimentos sindicais

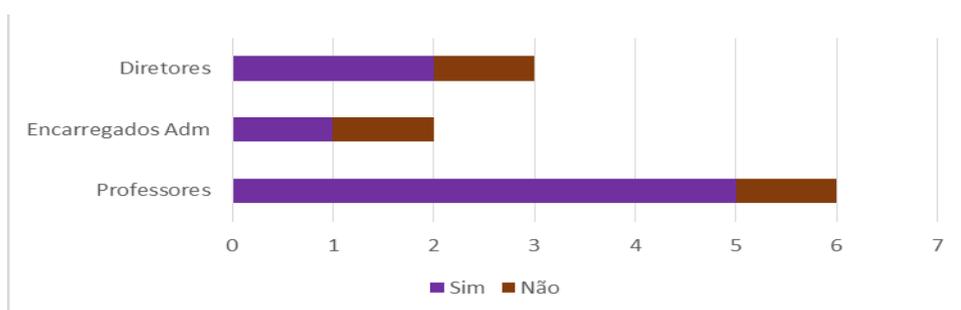


Fonte: Pesquisa de campo

Chamo atenção para o segmento de diretores que não participa de movimentos sindicais por serem cargos comissionados. Já a maioria dos professores participa. Quanto a posição dos terceirizados foi elencado que eles fizeram greve durante o ano de 2015, pelo não recebimento do salário, mas que esse movimento partiu das empresas e pouco ou quase nada dos sindicatos. Quanto ao terceirizado não foi possível tabular esses dados já que os movimentos ocorridos no ano de 2015, em que foi feita a pesquisa, as paralisações e greves ocorridas pela categoria, foram devidos ao não pagamento pelo Governo do Distrito Federal as notas empenhadas as empresas responsáveis pelos terceirizados, os movimentos ocorridos foram mais uma solicitação dos empresários do que dos sindicatos dessa categoria. Esse dado requer mais pesquisas.

Em relação à união da classe, foi feita a pergunta que resultou na tabela abaixo.

GRÁFICO XXVI - Considera a classe unida



Fonte: Pesquisa de campo

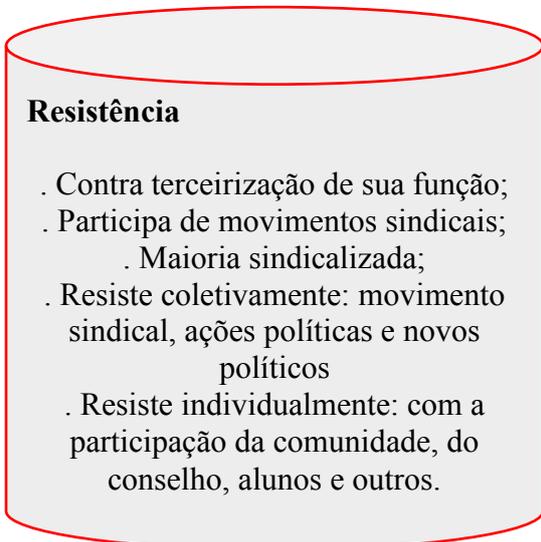
Referente a consciência de classe a maioria dos entrevistados considera a classe unida.

O par dialético das categorias Resistência e Desistência se encontra relacionado em várias respostas dos pesquisados e permeia as ações sindicais que estão tentando trazer a consciência de classe. Kohm Nestor (2015, p. 4-5) coloca que essa consciência de classe é a identificação cultural e a compreensão política, pensada, vivida e sentida por cada grupo social sobre seus interesses estratégicos a longo prazo. Nesse capitalismo que vivemos sempre teremos maiores ou menores momentos de resistência ou de desistência, mas através da consciência de classe podemos nos preparar mais para a resistência.

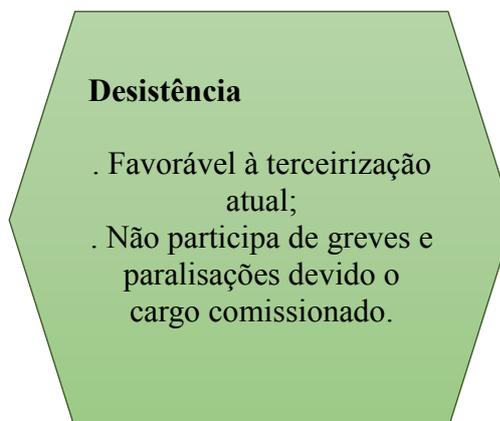
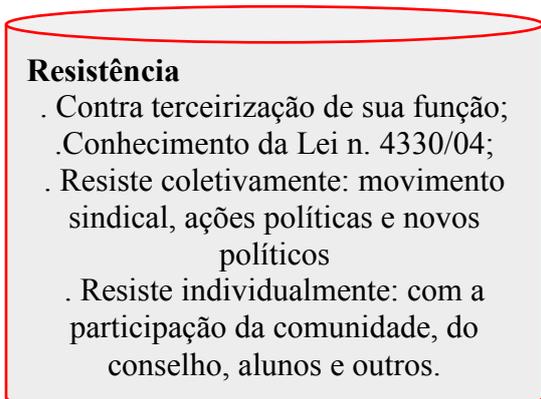
No Esquema abaixo não há relação de Desistência e Resistência dos terceirizados já que, muitos não são sindicalizados, não conhecem seu sindicato, fizeram greve e paralizações a pedido das empresas, pois o governo do Distrito Federal não estava pagando as notas fiscais mandadas. E os empresários dizem ser isso o motivo do não pagamento de salários, tickets, decimo terceiro salários e vale transporte.

ESQUEMA III – MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E DESISTÊNCIA

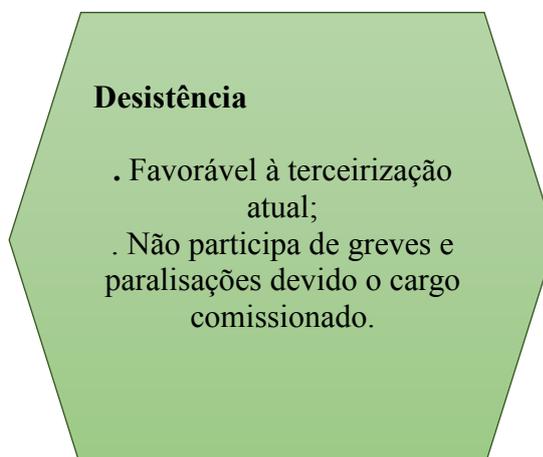
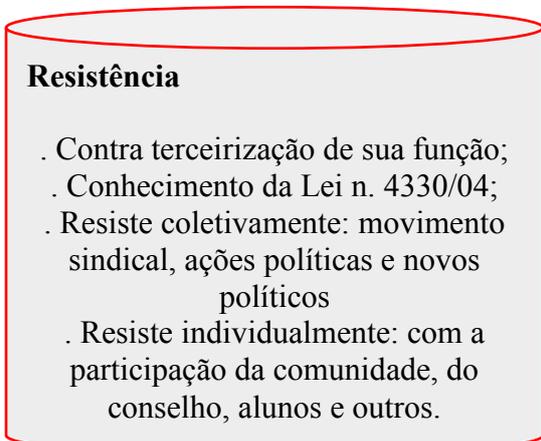
PROFESSORES



DIRETORES



SUPERVISOR ADMINISTRATIVO



CONDIÇÕES E CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS

CONSCIÊNCIA E DESAFIOS

Esse item procurou explorar o objetivo específico de compreender a visão de diretores, supervisores administrativos, professores e terceirizados em relação às condições gerais do trabalhador brasileiro, as questões analisadas foram de número 26 e 27 da entrevista semiestruturada.

A retórica de defesa dos Direitos Humanos e das condições do trabalho passa, muitas vezes, a conspirar sistematicamente contra esses direitos. Com o suporte de um capitalismo globalizado que valoriza o acúmulo de riquezas materiais por grupos cada vez mais oligopolistas, apropriadores de lucro a qualquer custo realizam persistentes movimentos para derrotar o trabalho em todas as suas dimensões.

Os (neo)liberais se utilizam de discurso envolto de problemas fatalistas, como se a solução para os desastros produzidos pela via individual do capital, consumista e segregacionista tivessem que reforçar essa lógica de redução dos custos do trabalho, pouco importando com os estragos e sequelas advindos desses trabalhadores. A grande mídia mantida por esses (neo)liberais se compromete com as premissas da globalização e do capital. Sem limites éticos, confere ao mercado global o papel de regular tudo na economia, inclusive as relações de trabalho. O Estado se afasta, cada vez mais, do papel de assegurar o direito laboral. A guerra da competitividade leva esse Estado a esmagar os Direitos Humanos e acentua os problemas enfrentados por esses trabalhadores, gerando lucro maiores aos detentores do capital.

No intuito de desvelar o objetivo específico de compreender a visão de diretores, supervisores administrativos, professores e terceirizados em relação às condições gerais do trabalhador brasileiro. Fizemos as seguintes perguntas: “Como você vê a situação hoje dos trabalhadores, como um todo, e os principais problemas a serem enfrentados pela sociedade de modo geral? ”

Para análise dessa pergunta, tentaremos fazer uma árvore com palavras respondidas, ou seja, pegamos uma palavra dita por cada um dos entrevistados. A escolha de expressões para cada pesquisado que identificassem sua resposta.

A escolha da estrutura de uma árvore como modelo de análise é na busca de um nó, ou seja, uma expressão que represente essa visão.

ÁRVORE I – Palavra identificando o principal problema para cada um dos entrevistados.

1Crise
2Buraco
3Miséria
4Injustiça
5Reclamações
6Ingerência
7Roubalheira
8Olhar ruim
9Desmatamento
10Desemprego
11Falta retorno
12Sem esperança
13Perdas salariais
14Perdas de conquistas
15Navio sem direção
16Políticos corruptos
17Falta de comprometimento

Fonte: Pesquisa de campo

Aqui temos representado os dezessete quesitos elencados por professores, diretores, supervisores administrativos e terceirizados sobre a situação dos trabalhadores no ano de 2015. As palavras não estão em ordem de quantidade apresentada. Foi escolhida expressões não repetida para cada entrevistado. As expressões demonstram um período muito difícil para o trabalhador brasileiro que enfrenta uma política econômica de escândalos e roubalheira.

Destaca-se que os entrevistados são trabalhadores em educação e que os relatos ou cruzamentos das expressões na árvore acima, permitiu traçar um breve levantamento da situação dos problemas desses profissionais. Essa análise não é conclusiva, pois não cobre

todos os territórios nacionais e somente uma parcela de trabalhadores, mas pode corroborar com outras pesquisas sobre o assunto.

Foram elencados por muitos entrevistados que as políticas públicas deixavam um “buraco”, estavam como um “navio sem direção” e com “ingerência” quando não melhoravam as condições de trabalho dos trabalhadores em educação a fim de atrair novos profissionais, citaram que notam grande progressão nas políticas educacionais, mas que essas não surtem efeito para chamar bons profissionais para trabalhar com a educação.

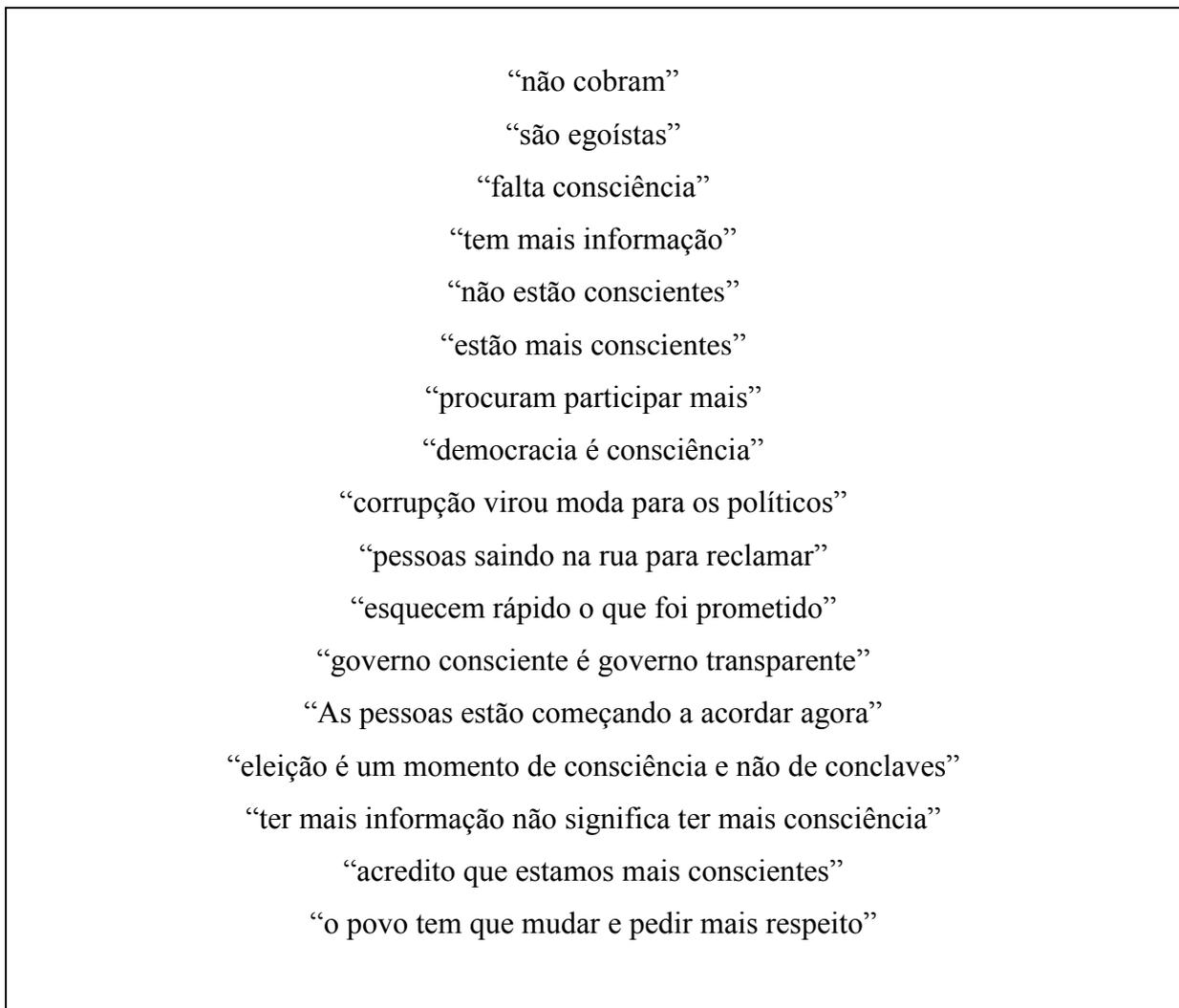
Que as possíveis “perdas de conquistas” levam muitos profissionais a pedirem aposentadora com medo das mudanças no regime previdenciário, essa medida defensiva desses trabalhadores é para assegurar seus direitos.

“Reclamaram” que mesmo sendo a maioria dos entrevistados com qualificação para o cargo que exercem, que a “falta de retorno” levava muitos a não escolher educação como área de trabalho, e que de fato, os “baixos salários” são uma das principais dificuldades, pois não asseguram as condições de vida digna e que nem mesmo a criação e dedicação exclusiva desses profissionais mudou essa situação. Uma entrevistada citou “olhar ruim” para as políticas educacionais por que na verdade elas não são feitas para ficar acima de governos e além de mandatos.

Está “sem esperança”, foi uma resposta, pois a maioria dos colegas de trabalho estavam adoecendo, pouco se fazia com a dupla ou tripla jornada desses trabalhadores que são na maioria mulheres, e que isso refletia diretamente sobre a saúde.

Ainda tentando responder ao objetivo de compreender as visões dos entrevistados sobre as condições gerais dos trabalhadores formulou se a questão: você acha que as pessoas estão mais conscientes frente a esses desafios? Porquê? A segunda árvore formou frases que mostra a consciência desses trabalhadores em educação frente aos desafios.

ÁRVORE II – Consciência das pessoas frente aos desafios



Fonte: Pesquisa de campo

Aqui, a árvore foi criada com citação de cada um dos pesquisados. Ao analisar todas as colocações, a maioria acredita que o povo está mais participante. Que apesar de ainda não saber usar os seus direitos já estão procurando mudar a consciência e a se mobilizar para pedir melhora-las.

O pensamento de Karl Marx explica de maneira lúcida o que é consciência.

São os homens os produtores das suas representações, das suas ideias etc.; mas os homens reais agentes, tais como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e das relações que lhes correspondem. [...] A consciência não pode ser coisa diversa do ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Desde o início que pesa uma maldição sobre “o espírito”, a de estar “manchado” por uma matéria que se apresenta aqui sob a forma de camadas de ar agitadas, de sons, de linguagem em suma. A linguagem é tão velha quanto a consciência - a linguagem é a consciência real, prática, existente também para outros

homens, existente também igualmente para mim mesmo pela primeira vez, e, tal como a consciência, a linguagem só aparece com a necessidade, a necessidade de comunicação com os outros homens. [...] A consciência é portanto, desde início, um produto social, e assim sucederá enquanto existirem homens em geral. (MARX, 1843)

Então considerando a consciência com representação das ideias dos homens, trago aqui o relato de um diretor sobre o assunto:

Fui sindicalista, e sei que as organizações dos sindicatos mudaram depois dos anos 70, que antes disso os sindicatos eram atrelados ao Estado. Considero que a “democracia é consciência”, por isso digo, que no Brasil a participação democrática se deu no século XX, mas que essa democracia vem atrelada a partidos políticos que nos impõe os candidatos. Esses candidatos, na sua maioria, são partes de uma máquina completamente corrupta e obsoleta, e, que essa máquina vem conseguindo por meio de leis se manter. Sendo assim, enquanto o povo brasileiro não tiver consciência que pode mudar essa imposição, de velhos nomes... pelos partidos políticos a nossa população continuará dizendo que é democrata, pois elege seus políticos, mas não vê que os partidos elegeram os nomes desses políticos antes.

Para que o Estado seja democrático e possa formar sujeitos críticos é necessário que elimine o desemprego, a utilização de medidas ineficazes que não conscientizam o ser humano, já que, como afirma Marx, o ser humano para existir, precisa estar em condições de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Direitos Humanos marcaram esse século, em que várias vozes da sociedade surgiram na defesa desses direitos, mas, lamentavelmente, junto com esse movimento vêm os discursos contra a dignidade humana trabalhadora. A fragilidade econômica e política conspiram para diminuição desses direitos e, com isso, dão suporte para uma economia globalizada que valoriza o acúmulo de riquezas materiais e a manutenção de grupos cada vez mais oligopolistas, insaciáveis por geração de negócios com lucros altos e a qualquer custo, o que permite novos movimentos financeiros para derrotar o trabalho em todas as suas dimensões.

Esses novos movimentos negam a responsabilidade do modelo capitalista que se utiliza de altas taxas de exclusão social, utilizam um discurso envolto do exagero de conteúdos fatalistas e concluem que a terceirização é a solução ideal para os desastros produzidos por má gestão administrativa. Além disso, produzem vias intencionais e únicas para um mundo mais individualista, consumista e segregacionista, reforçando a lógica de máxima redução dos custos com a mão de obra, pouco se importando com os estragos e sequelas daí ocasionados.

A exploração de mão de obra nos países subdesenvolvidos proporciona a discrepância entre o custo do serviço e o valor do trabalho, essa pressão força a empresa a intervir nas condições precárias de trabalho de seus funcionários terceirizados. Um dos motivos dessa exploração se deve a globalização, mas essa não beneficia a todos de maneira uniforme. Uns ganham muito, outros menos, outros perdem. É um drama para países pobres, que perdem com a desvalorização do trabalhador e da matéria prima.

A Organização das Nações Unidas (ONU) relata que o desenvolvimento humano nesse mundo globalizado está concentrado na renda: os países ricos ficam mais ricos, e os pobres, mais pobres. As crises econômicas desses países vêm acelerando o processo de centralização e globalização do capital.

As empresas utilizando o recurso da globalização e da terceirização procuram abrir novos mercados para a sua produção e, ao mesmo tempo, recuperar as taxas de lucro, reduzindo seus custos pelo aumento da exploração dos trabalhadores, via redução de salários, aumento das jornadas de trabalho e eliminação de direitos trabalhistas.

Os sindicatos, nacionais e mundiais, tentam reagir a esse movimento com greves e mobilizações mundiais, também buscam alternativas para a maneira excludente com que a

globalização e a terceirização vêm se processando. Essas lutas ainda se ressentem da ausência de um projeto alternativo capaz de se contrapor ao (neo)liberalismo.

A terceirização consiste em transferir a atividade de uma empresa para terceiros, ou seja, na subcontratação para realização de serviços específicos, modificando, assim, sua dimensão e o número das atividades desenvolvidas.

Com as economias mais liberais, os formadores de opinião na mídia se comprometem a mostrar a eficácia de um mercado global regulador de tudo, inclusive das condições de trabalho e das suas relações, defendendo o absoluto afastamento do Estado como assegurado de direitos trabalhistas a partir da criação de legislações obscuras que defendem o fim ou enfraquecimento do direito do trabalhador e, com isso, esmagam o Direito Humano.

Nessa dissertação, demonstramos que a terceirização tem escancarado, cada vez mais seu exitoso propósito político de encurralar o trabalho. Com a terceirização, os trabalhadores e os sindicatos ficam fragmentados, os custos com a mão de obra mediante a diminuição dos salários são reduzidos, o que provoca a invisibilidade individual e coletiva da classe trabalhadora, além de propiciar condições degradantes de trabalho e, em alguns casos da terceirização elétrica no Brasil, se matam e mutilam trabalhadores. Com ela, a miséria imposta pelo modelo econômico em vigor trata de diminuir também o papel das leis trabalhistas.

O projeto de Lei 4330 em curso sobre a terceirização que passou na Câmara dos Deputados e se encontra no Senado Federal consegue piorar o que, na prática, já é muito ruim para a classe trabalhadora. Com a aprovação dessa Lei estaremos legitimando e legalizando a terceirização em todos os setores produtivos. O trabalho passará a ser mais um insumo banal da produção capitalista. E aceitar a terceirização como fenômeno inevitável é naturalizar a opressão do forte sobre o fraco, é banalizar a exclusão e a miséria social.

A apresentação dessa lei como única solução para os desmandos administrativos será a conformação dos valores da ideologia dominante, e é necessário ir contra essa ideologia. É preciso rechaçar o conteúdo dessa lei, quebrar os tentáculos inibidores da emancipação e da criatividade humana que destrói a resistência coletiva e individual e não se preocupar com o destino social de milhões de explorados, oprimidos e excluídos no planeta.

A localização desse trabalho foi na escola. Lá devemos proporcionar aos trabalhadores da educação uma formação significativa que aglutinará elementos que ajudem esses trabalhadores a enfrentar fatores externos, estreitamente relacionados à condição socioeconômica que proporcionam a desistência humana, e talvez, assim ofertar uma formação consciente desse trabalhador e proporcionar uma maior resistência humana.

Quanto a atual lei de terceirização, cito a responsabilidade solidária do tomador ao terceirizado o que não ocorre na nova Lei 4330, que torna subsidiária, ou seja, somente a empresa terceirizada se responsabiliza pelos direitos do trabalhador. Na atual, o Tribunal Superior do Trabalho argumenta que por ser o tomador o mantenedor do ambiente de trabalho, deve seguir a regra da Constituição Federal do Artigo 7º - sobre o direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Sabe se que atualmente são inúmeras empresas terceirizadas que estão fechando e não pagando os direitos trabalhistas a seus funcionários. E como medida o Tribunal de Contas da União criou em alguns casos, retenção de até 25% (vinte e cinco por cento) das Notas Fiscais do mês para pagamento no final do contrato das empresas terceirizadas, mas o mesmo Tribunal autoriza a retirada desse fundo, para pagamento excepcional.

A pesquisa deixou de encaminhar algumas questões importantes para o tema, tais como: Quanto é gasto pelo Governo do Distrito Federal com as empresas terceirizadas? Como se deu o processo de licitação? Quanto aditivos foram apensados ao processo de licitação, e quais os motivos? Esses assuntos, embora altamente relevantes, não puderam ser trabalhados, pois os pesquisados não tinham essas informações. O que indica a necessidade de se encontrar essas respostas em outros níveis da administração do Distrito Federal.

Como consideração final por categoria, trago a importância da sociedade civil organizada na implementação da terceirização, para que não se adotem leis de terceirização de forma generalizada. As fragmentações do trabalho e dos sindicatos levam a intensificação e precarização do trabalho, enquanto tornamos o trabalhador o principal responsável pela crise econômica estamos esquecendo do papel coletivo da sociedade. Se considerarmos a exploração cada vez maior da mão de obra estaremos voltando a escravidão do trabalho. As desistência e resistências fazem parte do ser humano, mas devemos considerar que são ocasionais e que podem mudar a qualquer tempo. Nelas conseguimos as perdas e os ganhos trabalhistas.

Há necessidade de se verificar em pesquisas posteriores, se há aumento nos custos e nos processos de licitação uma vez que se supõe que o volume de gastos ao final de um contrato dificilmente são os mesmos previstos inicialmente. Dois problemas vitais, também requer pesquisa, a falta de gerenciamento na administração pública e a de fiscalização por parte dos Governos.

É de conhecimento de todos que existem vantagens e desvantagens na terceirização, mas são necessárias pesquisas que demonstrem se a causalidade histórica ligada à tentativa de superação de crises financeiras e políticas não esqueceram os princípios constitucionais.

Primar por esse princípio de valor à vida digna e de ambientes saudáveis ao trabalho, são pactuados por normas internacionais, garantem a proteção do trabalhador.

E para considerar a existência de consciência frente aos desafios das condições de trabalho terceirizado, coloco que atualmente a terceirização reestrutura o trabalho gerando graves problemas, problemas esses que não recaem somente sobre o indivíduo, mas também sobre o grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e cinema. O mundo do trabalho através do cinema: “o homem que virou suco*. Bauru: Práxis, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Editora Unicamp, 2002.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)*. Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. Pesquisa sobre os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARRETCHE, Marta Teresa Silva. *Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Dumará/ANPCOS, N. 39. 1º semestre de 1999, p. 3-40.
- Brasil. Constituição Federal. Câmara e Senado Federal, 1988, com revisão de 2012,
- BANDEIRA, Lourdes M. *Divisão sexual do trabalho, práticas simbólicas e práticas sociais*. In: SIQUIERA, Deis E. et al. *Relações de trabalho, relação de poder*. Brasília/DF: UnB, 1997, p.155-176.
- BONETI, Lindomar Wessler. *A gênese das políticas públicas: princípios e determinantes/Enfim, o que são as políticas públicas e quais são os seus objetivos hoje*. In: _____. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina. *Introducción. La mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y econômicas*. In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmem (Comp.) *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona: Icaria, 1994. p 15-109.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo*. Cadernos de Pesquisa, n 110, 2000, p. 67-104.
- CAPPELLIN, Paola. *As desigualdades impertinentes: telhados, paredes ou céu de chumbo?* Gênero, v.9, n 1, 2008, p 89-126.
- CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Campinas: Unespe-Edições Facamp, 2009.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. *A escola como mercado de trabalho*. Editora Iglu, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia de letras, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*.

Petrópolis/RJ: Vozes, 9. ed., 2010

Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição (1988). Brasília, DF; Senado; 1988. Disponível em : www.planalto.gov.br . Acesso em: 8 Out.2015.

_____. Decreto-lei n. 200, de 25 fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev.1967. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 8 Out.2015.

_____. Lei n 4886, de 9 de dezembro de 1965. Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez.1965. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em 8 Out.2015.

_____. Lei n 5645, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos e Serviços Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez.1970. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em 8 Out.2015

_____. Lei n 6019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 1974. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em 8 Out.2015.

_____. Lei n 7102, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimento financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento de empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun.1983. Disponível em : www.planalto.gov.br . Acesso em 8 Out.2015.

_____. Lei n 7290, de 19 de dezembro de 1984. Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em 8 Out.2015

_____. Lei n 8863, de 28 de março de 1994. Altera a Lei 7102, de 20 de junho de 1983. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar.1994. Disponível em : www.planalto.gov.br . Acesso em 8 Out 2015.

_____. Lei n 8949, de 9 de dezembro de 1994. Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo

empregatício entre as cooperativas e seus associados. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 12 dez.1994. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 8 Out 2015.

_____. Lei n 9472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul 1997. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 8 Out 2015.

_____. Resolução n 05 de novembro de 2005. Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB n 4, de 22 dez 1994, como o art. 21 área profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em : www.cnte.org.br . Acesso em 30 Out. 2015.

_____. Portaria Normativa MEC n 25, de 31 de maio de 2007. Institui o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIONÁRIO, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 01 jun.2007. Disponível em: www.cnte.org.br . Acesso em 30 Out 2015.

_____. Resolução n 5, de 3 de agosto de 2010. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Fixa diretrizes nacionais para o Plano de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública. Disponível em: www.cnte.org.br . Acesso em 30 Out 2015.

_____. Decreto n 7415, de 30 de dezembro de 2010. Institui a política nacional de formação profissional da educação básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviços de Profissionais de Ensino Público – PROFUNCIONÁRIO, e da outras atribuições. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 3 jan 2010. Disponível em: www.cnte.org.br . Acesso em 30 Out 2015.

_____. Lei n 12014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que deve considerar profissionais de educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 7 ago.2009. Disponível em: www.cnte.org.br . Acesso em 30 Out.2015.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Intensidade do trabalho. In: CATANNI, A. D. & HOLZMANN, L. (Orgs). *Dicionário de trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: Concessão, permissão, franquias, terceirização e outras formas*. 4ª ed. São Paulo:Atlas, 1997.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. (1845) Tradução B. A Schumann. São Paulo: Bointempo, 2010

FIDALGO, Nara Luciene R; FIDALGO, Fernando. Trabalho docente e a lógica produtiva: Conformação e subjetividade. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M; FIDALGO, Nara Luciene R (Orgs.). *A intensificação do trabalho docente: tecnologia e produtividade*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FRIGOTTO, Guadêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. Texto apresentado ao encontro regional de pesquisa sudeste, no simpósio sobre diferentes enfoques teóricos na pesquisa educacional brasileira, Vitória. 11.09.1987 . UF. IESAE/FGV

_____. *O enigma da teoria nas pesquisas e análises da relação trabalho-educação: pontos para debate*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, Mimeo, 1987.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: *Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

GUALEJAC, V. *Gestão como doença Social*. São Paulo: Ed. Idéias e Letras. 2007

MAX, P. ; BONETTI, M.; GAULEJAC, V. de; DESCENDRE, D. *“O poder das Organizações. A dominação das multinacionais sobre os indivíduos.”* Tradução Maria Cecília Pereira Tavares, Sonia Simas Favatti; São Paulo: Atlas. 1987

GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1978.

HARVEY, David. *Para entender o capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2009.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, v. 37, n 132, p. 595-609. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p.251-256.

HUBERMAN, Léo. *História da riqueza do homem*. 21 eds. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

KOHM NESTOR. Dicionário Básico de Categorias Marxistas. Disponível em: [pcb.org.br\(portal\)docs/](http://pcb.org.br(portal)docs/) em novembro de 2015.

LEI COMPLEMENTAR 101. 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade de gestão fiscal.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Santiago, nr 5, 1973.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p.85-90.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manuscritos econômico-filosóficos (1844)*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 1986.

_____. *Manifesto do partido comunista (1848)*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I (1859)*. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 17. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A Questão Judaica (1843)*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. 6ª edição. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. *A ideologia alemã (1843)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Crítica da economia política. Livro II (1845-1846)*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A origem do capital. A acumulação primitiva. (1867)*. 3.ed. (Coleção Bases, 3). São Paulo: Global, 1979.

_____, *O capital: crítica da Economia Política. Livro I (1867)*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____, *O capital: crítica da Economia Política. Livro I (1867)*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro II (1967). O processo de circulação do capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2000.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro III (1967). O processo global de produção capitalista. Vol. V*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAX, Pages; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vicente de; DESCENDRE, Daniel. *O poder das Organizações. A dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. Tradução de Maria Cecília Pereira Tavares, Sonia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1987.

MENDES, Valdelaine. Reflexões sobre os conceitos de homem, liberdade e Estado em Marx e as políticas educacionais. In: PARO, V. H. (Org). *A teoria do valor em Marx e a educação*. São Paulo: Cortez, 2006, p.11-32 e 157-178.

PINTO, Sérgio Martins. *A terceirização e o direito do trabalho*. 6ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2003.

PROJETO DE LEI 4330. 2004. Dispõe sobre o controle de prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho decorrentes dele.

RÊSES, Erlando da Silva. A contribuição do método no materialismo histórico-dialético e a atualidade do pensamento marxista no contexto da crise econômico-financeira. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da. (Org.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Coleção Política Públicas de Educação. Campinas, SP: Autores Associados/ Brasília, DF: Faculdade de Educação, UnB, 2014. p.154-174.

SAFFIOTI, Heleith. *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias*. Araraquara/SP: Faculdade de Filosofia e Letras de Araraquara, 1969.

_____. *Reminiscência, releitura, reconceituações*. Estudos Feministas. Ano 0, n. 0, 1992, p. 97-103. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/REF/v0/Saffioti.pdf>

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SULLEROT, Evelyne. *La mujer, tema candente*. Madrid: Guadarrama, 1971.

WIRTH, Linda. *Breaking through the glass ceiling: women in management*. Geneva: International Labour Office, 2001.

WOODS, Alan. *Reformismo ou Revolução Marxismo e Socialismo no século XXI*. Vol. I. Editora Marxista, 2007.

YANNOULAS, Silvia C. Trabalho feminino: discursos e realidades. In: FREITAG, Bárbara; SOBRAL, Maria Francisca (Org.) *Marx morreu: viva Marx!* V.1. p. 147-167. Campinas/SP: Papyrus, 1993.

_____. Notas para a integração da perspectiva de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno (Org.) *Trabalhando com a diversidade na educação profissional*. V.1, p. 69-105. São Paulo/SP: Flacso/Brasil-Unesp, 2001. Disponível em <http://www.flacso.org.br/pdf/pptr/347.pdf>

_____. *Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria*. Temporalis. V.2, p. 271-192, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>

____. *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) – Brasília : Editorial Abaré, 2013.

APÊNDICE A

	<p>Universidade de Brasília – UnB</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação</p> <p>Linha de Pesquisa: Polícias Públicas Gestão Educacional</p>
---	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) _____

Gostaria de convidá-lo/a para participar de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, sobre as condições de trabalho nas escolas públicas do Distrito Federal. Faremos uma entrevista individual, usando bloco de anotações e gravador para não perder nenhuma informação, durante os meses de julho e agosto de 2015 com duração de cerca 1(uma) hora. Sua identificação será preservada.

Ressaltamos que sua participação é muito importante, pois a partir dessa investigação poderemos ter uma visão atual da realidade do trabalho da carreira de apoio e conservação de limpeza, o que pode subsidiar futuras pesquisas e ações de melhoria quanto às problemáticas relacionadas. As divulgações dos resultados serão feitas em revistas e eventos científicos, e o nome de todos os participantes serão mantidos em sigilo. Caso possa colaborar, peço que indique os horários disponíveis para sua participação.

Qualquer dúvida, basta entrar em contato pelo telefone (61) 86090234 ou pelo e-mail: reginaceliadebarros@hotmail.com

Desde já, agradecemos a atenção.

Atenciosamente,

Regina Célia de Barros

Mestranda em Educação

Universidade de Brasília

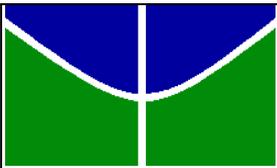
De acordo com o exposto acima, eu _____ (nome completo) aceito participar voluntariamente dessa pesquisa e autorizo a gravação da entrevista. Estou ciente de que posso desistir de participar a qualquer momento e que não terei nenhum prejuízo caso isso ocorra. Meus horários disponíveis são: _____ (dias da semana), das ____:____ às ____:____ (horário).

Informo ter recebido uma cópia desse termo.

Obs: _____

Assinatura do Participante

APÊNDICE B

	<p>Universidade de Brasília – UnB</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação</p> <p>Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Educacional</p>
---	--

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Instituição número: _____

Entrevistado: () Diretor(a) () Supervisor Administrativo () Professor(a)

INTRODUÇÃO

- 1) Você estava nessa escola durante o processo de implementação da terceirização? Se sim. Pode informar como isso aconteceu?
- 2) Com relação ao serviço de limpeza dessa escola, como foi a forma de ingresso?
- 3) Fale um pouco sobre as atividades desses servidores em relação ao seu dia a dia. Quais suas responsabilidades em relação aos serviços? Com que público eles lidam?

ANÁLISE SEM/COM INTENSIFICAÇÃO/PRECARIZAÇÃO

- 4) Você sabe qual o tipo de qualificação desses servidores? Como é desenvolvido o trabalho?
- 5) Eles fazem horas-extras?
- 6) Acha saberia comentar como é a realização das tarefas desse funcionário em relação ao horário da escola?
- 7) Como é a cobrança por resultado dos trabalhos?
- 8) Como são controladas as atividades desses trabalhadores?
- 9) Você considera que a SEDF e a escola tratam os empregados com igualdade? Sabe como se dá a divisão dos trabalhos? Você sente que há algum tipo de discriminação com eles?
- 10) Quais são os principais problemas observados com esses trabalhadores?
- 11) Você considera que eles trabalham em condições ou material precários? Por quê?
- 12) Você conhece o contrato de terceirização dos trabalhadores da escola?
- 13) Por que esta escola foi terceirizada?
- 14) Você considera que o trabalho do terceirizado é diferente do concursado?
- 15) O quadro de servidores é adequado para o cumprimento das tarefas?

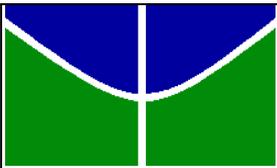
RESISTÊNCIA/DESISTÊNCIA POR FUNÇÃO

- 16) O que você acha da terceirização?
- 17) Você tem conhecimento da Lei 4330 que poderá terceirizar todas as funções? Quais conhecimentos você tem dessa Lei?
- 18) Você considera que sua função (Diretor, Supervisor Administrativo ou Professor) pode ser terceirizada?
- 19) Você é contra ou a favor a terceirização?
- 20) Que tipo de ações individual e coletiva você acha necessário para enfrentar o atual contexto das condições de trabalho dentro da escola?
- 21) Quais os maiores desafios à frente da terceirização dos trabalhadores nas escolas?
- 22) Você resiste ou não as condições de trabalho terceirizado? Como?
- 23) Você é sindicalizado?
- 24) Como você avalia os sindicatos escolares? Como é sua participação no movimento sindical?
- 25) Você considera que a escola tem uma classe trabalhadora unida?

VISÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS TRABALHADORES

- 26) Como você vê a situação hoje dos trabalhadores, como um todo, e os principais problemas a serem enfrentados pela sociedade de modo geral?
- 27) Você acha que as pessoas estão mais conscientes frente a esses desafios? Por quê?

APÊNDICE B

	<p>Universidade de Brasília – UnB</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação</p> <p>Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Educacional</p>
---	--

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Instituição número: _____

Entrevistado () terceirizado

INTRODUÇÃO

- 1) Fale um pouco sobre sua atividade atual. Quais suas responsabilidades e quais os serviços mais comuns no dia a dia de trabalho? Com qual público você lida? Como é a sua rotina de trabalho?

INTENSIFICAÇÃO/PRECARIZAÇÃO

- 2) Que tipo de qualificação a empresa lhe exige para ter um bom desempenho na sua atividade? Como elas são desenvolvidas (no dia a dia, em programas de treinamento institucional, cursos específicos internos e externos)?
- 3) Você considera que trabalha mais ou menos horas do que quando começou na empresa? É comum fazer horas-extras? Recebe por isso?
- 4) Acha que a velocidade de realização das tarefas hoje é maior que anteriormente?
- 5) Você sabe quantas pessoas concursadas faziam antigamente as atividades que hoje você faz?
- 6) Em geral, que tipo de esforço é mais demandado na sua rotina (físico, cognitivo, psíquico)? Em que tipo ele é mais intenso?
- 7) Considera um dia de trabalho, quando ele é mais intenso? No início da jornada de trabalho, no meio, no fim? Por quê?
- 8) Como é a produtividade do seu trabalho? Você é cobrado a mostrar mais resultados?
- 9) Como é a cobrança por resultados da sua atividade? Como a sua atividade é controlada? Existem metas de produtividade? Fale um pouco a respeito.
- 10) Existe avaliação do seu trabalho?

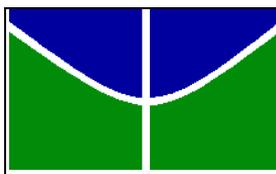
- 11) Você considera que a SEDF ou a escola trata os empregados com igualdade? Sabe como se dá a divisão dos trabalhos desses funcionários? Você sente que há algum tipo de discriminação?
- 12) Quais são os principais problemas observados no cotidiano do trabalho? A empresa tem tomado alguma medida em relação a elas?
- 13) Como você geralmente se sente após uma rotina de trabalho?
- 14) Como você observa o impacto da atividade que você realiza em sua saúde?
- 15) Você conhece o contrato de terceirização dos trabalhadores dessa escola?
- 16) Sabe por que esta escola foi, foi terceirizada?
- 17) O quadro de servidores é adequado para o cumprimento das tarefas?

RESISTÊNCIA/DESISTÊNCIA

- 18) O que você acha da terceirização?
- 19) Você tem conhecimento da Lei 4330 que poderá terceirizar todas as funções? Quais conhecimentos você tem dessa Lei?
- 20) Você resiste ou não as condições de trabalho terceirizado? Como?
- 21) Que tipo de ações você acha necessário para enfrentar o atual contexto do trabalho dentro da escola? E quais os maiores desafios à frente da terceirização dos trabalhadores nas escolas?
- 22) Há alguma ação individual ou coletiva em relação às condições de trabalho desses funcionários?
- 23) Você é sindicalizado?
- 24) Como você avalia os sindicatos escolares? Como é sua participação no movimento sindical?
- 25) Você se considera que a escola deva ter uma classe trabalhadora unida?

VISÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS TRABALHADORES

- 26) Como você vê a situação hoje dos trabalhadores, como um todo, e os principais problemas a serem enfrentados pela sociedade de modo geral?
- 27) Você acha que as pessoas estão mais conscientes frente a esses desafios? Por quê?

APÊNDICE C**Universidade de Brasília – UnB****Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação****Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Educacional****QUESTIONÁRIO PARA TERCEIRIZADOS OU CONCURSADO**

Instituição número: _____

Entrevistado número: _____

1) Qual sua idade?

 de 18 a 25 anos de 26 a 33 anos de 34 a 42 anos de 43 a 51 anos de 52 a 59 anos mais 60 anos

2) Sexo?

 Masculino Feminino

3) Nível de Escolaridade?

 Nível Fundamental incompleto Nível Fundamental completo Nível Médio incompleto Nível Médio completo Nível Superior incompleto Nível Superior completo Pós-graduação incompleto Pós-graduação completo

4) Salário?

 1 a 2 salários mínimos mais de 2 a 3 salários mínimos

- mais de 3 a 4 salários mínimos
- mais de 4 a 5 salários mínimos
- acima de 6 salários mínimos

5) Filhos?

- Nenhum
- De 1 a 2 filhos
- De 3 a 4 filhos
- Mais de 5 filhos

6) Tem cursos de aperfeiçoamento?

- Sim. Qual? _____
- Não

7) Gosta do que faz no trabalho? Por quê?

- Sim
 - Não
-

8) Se pudesse você mudaria da empresa que trabalha?

- Sim
- Não

9) Qual a diferença entre o trabalho de um servidor concursado e o trabalho de um funcionário terceirizado?

10) Você participa de algum conselho da escola?

- Sim. Qual? _____
- Não

11) Qual tipo de transporte utiliza para vir trabalhar?

() a pé

() de bicicleta

() de ônibus

() de carro

() outro: _____